

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL



Incorporação
DEZ. 1999

Rev. 3240V



LISBOA

revista municipal

ANO XLVII — 2.ª SÉRIE — N.º 18 — 4.º TRIMESTRE DE 1986 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO



sumário

TRÊS OUTRAS INSCRIÇÕES ROMANAS
DE OLISIPO • A CASA DOS BICOS — O SÍTIO
E O EDIFÍCIO • A AULA DO COMÉRCIO
DE LISBOA — III-DOS PROGRAMAS
AOS EXAMES • SUBSÍDIOS PARA A
HISTÓRIA DO BATALHÃO DE SAPADORES
BOMBEIROS • LISBOA — NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 2000 ex.



Igreja de Santa Maria de Belém
e Mosteiro dos Jerónimos

“TRÊS OUTRAS INSCRIÇÕES ROMANAS DE OLISIPO”

I Introdução

Para sermos absolutamente exactos, este artigo poderia (e deveria?!) chamar-se «Em Busca de Myrtilus» ou «De como buscando Myrtilus se acharam dois monumentos epigráficos romanos inéditos no Castelo de S. Jorge», porque foi Mirtilo que aí nos levou nas manhãs de sábado do Inverno e Primavera de 1985.

O desejado encontro com Mirtilo fica adiado quando, em anteriores visitas ao Castelo de S. Jorge, reencontrámos Sexto Numísio Filócalo e seu filho Sexto Numísio Nicéforo, mencionados no grande cipo epigráfico que outrora assinalou a sua comum sepultura (*). Com efeito, em conjunto ou individualmente, há muito que procuramos respostas para questões que temos posto a nós próprios, e faz parte do nosso ritual de pesquisa as animadas e aventurosas digressões pelo Castelo de S. Jorge. Entendamo-nos, porém. O que agora achámos será obra da imprevisível Fortuna mas não do caprichoso Acaso, pois sabemos o que queremos procurar e onde procurar. Assim, a busca infrutífera de Mirtilo levou-nos várias vezes ao Castelo e a busca frutífera de outras coisas trouxe-nos a inscrição funerária miraculosamente inédita de Antónia e o fragmento não menos miraculosamente inédito de uma inscrição votiva que mais adiante estudaremos.

II As Inscrições

1) *Inscrição Funerária de Myrtilus*

Mirtilo, presumível habitante de Olisipo e de ascendência grega, consta numa inscrição funerária repetidamente publicada por vários olisipógrafos como Júlio de Castilho e Vieira da Silva (*) segundo quem ela fora transcrita por Coelho Gasco, Luís Marinho de Azevedo, Levy Maria Jordão, António Joaquim Moreira,

Hübner, Castilho, e também D. Rodrigo da Cunha que a cita, sem transcrever, dizendo que é de Publio Mertilo (*). É curioso notar que Coelho Gasco a transcreve numa só linha e da forma seguinte: S. Myrtius H.S.E., enquanto que Azevedo acrescenta pormenores: S.M.F. Myrtilus H.S.E.

O Visconde de Castilho, ao transcrever a inscrição, fornece-nos a seguinte versão e leitura (*), mas reportando a primeira a Marinho de Azevedo:

S. M. P. MYRTILVS

H. S. E.

com a leitura «Consagrado aos Manes. Públio Myrtilo aqui foi sepultado». Quanto à sua situação dizia: «Num degrau de escada dos paços da Alcáçova via-se um fragmento lapidário, de jaspe roxo»... usando, talvez, as anteriores fontes que, no entanto, se mostravam mais precisas no seu conjunto: «Era uma pedra de jaspe roxo, que estava servindo de degrau numas casas junto dos paços da Alcáçova do Castelo» (*). É óbvio que o Visconde de Castilho leu S.M. por Sacrum Manibus, admitindo que o D. inicial desaparecera com a fragmentação da pedra embora seja muito pouco admissível a inversão de (D) M.S. para (D) S.M. A partir desta leitura é muito compreensível que o P. entre M. e Myrtilus só pudesse ser lido como Públio, *praenomen* do falecido. Mas a verdade andava um pouco longe!

Vieira da Silva publicou três vezes esta inscrição com pequenas mas significativas variações, muito no seu estilo pessoal de repensar as suas conclusões e observar no local, desenhando e medindo, os espécimes que estudava. A primeira vez fez-lo em «O Castelo de S. Jorge em Lisboa» (*) também seguindo de perto Marinho de Azevedo:

S. M. P. MYRTILVS

H. S. E.

e indicando a seguinte leitura: «Memória consagrada aos deuses dos defuntos. Púbio (?) Mirtilo está aqui sepultado».

Quanto à localização referida: «Num degrau da escada que subia para os poços da Alcáçova, numa pedra de jaspe roxo» (*).

A transcrição, a leitura e a localização sugere-nos que Vieira da Silva fez fé na sua fonte sem ter tido acesso directo à peça em estudo. Em 1940, no seu artigo «Mais Descobertas no Castelo de S. Jorge» (*) vários indícios nos levam a concluir de um directo contacto com o fragmento de inscrição pois fornece um desenho à escala, as dimensões, a distribuição das letras na superfície epigráfica, e tece várias considerações. Insiste na leitura, mas com uma variante na primeira letra e no posicionamento das da fórmula final que fica puxada à esquerda, com o H quase sob a primeira letra entendida como I:.

I M P MYRTILVS
H S E

Não indica pontos de separação nem fornece qualquer leitura, escrevendo em legenda «Apenas se percebe que foi consagrado à memória de um MIRTILO» (**). Indica para o fragmento as medidas: 46 cm para o comprimento e 20 cm para a altura, acrescentando «espessura não se pode medir porque a pedra está embebida num muro (†)». O asterisco reporta-nos a uma nota infrapaginada que, pelo seu interesse, transcrevemos: «Está no muro voltado ao sul, próximo do cunhal, do edifício marcado com o n.º 46, na planta da pág. 21 do nosso trabalho, «O Castelo de S. Jorge em Lisboa (1937)». Não resta qualquer dúvida de que Vieira da Silva tinha conseguido encontrar a peça e obter um contacto directo com ela que já se não encontrava num degrau de uma escada ou servindo de degrau, mas fora deslocada para uma parede da qual fazia então parte. No Castelo de S. Jorge tinham-se realizado as grandes obras de restauro para reintegrar o monumento como fortaleza medieval (†) e é clara a refacção do conjunto das «prisões» em cuja parede sul teria sido colocada a inscrição.

A terceira vez que Vieira da Silva se ocupou desta inscrição foi em 1944, na sua inesquecível «Epigrafia de Olisipo» onde a publica na pág. 102, com o número 9. A transcrição é a seguinte:

I M F MYRTILV
H S E

Leitura de Vieira da Silva: «[.?.] I, M(arci) F(ilius), Myrti[us] H(ic) S(epultus) E(st)». Tradução de Vieira da Silva: «[.?.] Mirtilo, filho de Marco, está sepultado aqui.»

Outros elementos são fornecidos pelo incansável olisipógrafo, que nos vão permitir formar um quadro mais completo. Assim refere que as letras têm 5,5 cm de altura e que a espessura da pedra continua a não poder ser verificada e acrescenta um dado importantíssimo: «Por ocasião das obras de restauro do Castelo encontrou-se no primeiro trimestre de 1940, a pedra encravada no muro, voltado ao sul, dos antigos quartéis do Castelo, onde se conserva actualmente patente (1943)» (†). É óbvio que a inscrição não foi movimentada pelas obras de restauro de um lado para o outro, mas foi encontrada nesta parede graças a essas obras e aí mantida por elas.

Graças sobretudo aos elementos fornecidos por Vieira da Silva é possível organizar uma pequena ficha de trabalho para esta peça.

Morfologia

Fragmento de jaspe roxo, de proveniência desconhecida (**), reutilizado como material de construção, primeiro como degrau numa escada na zona da Alcáçova, depois como paramento na face sul das Prisões, do Castelo de S. Jorge ostentando uma face epigráfica incompleta.

Dimensões

Comprimento conhecido: 0,46 m
Altura conhecida: 0,20 m
Espessura desconhecida

A peça mostrava-se fragmentada em todos os seus lados não apresentando qualquer das arestas originais.

Localização: Castelo de S. Jorge

a) Desde data ignorada até também data ignorada (mas com referências do séc. XVII, XVIII e XIX que, porém, se repetiram entre si) esteve utilizada como parte de um degrau dos paços da Alcáçova.

b) Em 1940, no primeiro trimestre, é encontrada servindo como material de construção de um muro na face sul dos Quartéis (que correspondem às actuais «Prisões»);

c) Ainda ali estava em 1943, conforme diz Vieira da Silva;

d) Paradeiro actual desconhecido.

Transcrição: Com excepção da identificação da primeira letra com o I, a transcrição que propomos é a de Vieira da

Silva acontecendo o mesmo com a leitura e tradução, mas com iguais reservas.

É claro que as leituras mais antigas interpretam as primeiras letras como S M e ao as interpretarem como Sacrum Manibus, como já dissemos, enveredaram por uma leitura fantástica. Uma vez lidas e entendidas assim estas letras, só restava ler a letra seguinte como P em vez de F e entendê-la como Publius deixando o defunto com *praenomen* romano e *cognomen* grego (Myrtillus) com completa omissão do *gentilium*. Trata-se, com efeito, de uma leitura que nem a morfologia da peça, tal como nos foi transmitida por contacto directo de Vieira da Silva, nem as regras da Epigrafia permitem aceitar.

Apesar de não ser, de momento, possível o directo contacto com esta inscrição, sobre ela foi-nos fornecida informação suficiente para o seu estudo. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma inscrição funerária pois inclui a fórmula final H(ic) S(epultus) E(st). Temos também o *cognome* de defunto Myrti[us], cuja raiz grega é evidente: Myrtus, a murta ou a ilha de Mirtos.

Se admitirmos como certo (e não há razão para duvidar) que M F significa M(arci) F(ilius) — filho de Marco — podemos também admitir que o nome do defunto, o seu *praenomen*, seria Marco. Desta forma só nos falta o *gentilium*. Os autores antigos leram a primeira letra como S, Vieira da Silva também, mas depois leu I, sem ter conseguido desdobrar a leitura ou traduzi-la.

A primeira versão simplificaria a questão pois, em nossa opinião, o S seria a letra final do *gentilium* dado por extenso, como é normal, e em Nominativo, o que concorda com o *cognome* e com a fórmula final. Um I numa inscrição que não está em Genitivo põe grandes problemas nomeadamente o de Vieira da Silva se ter ou não equivocado. Claro que se pode sempre recorrer à explicação de que o *gentilium* não foi dado por extenso, mas trata-se de uma solução algo forçada.

Quanto à fórmula D.M.S. ou só D.M. não podemos saber se existiu ou não. Se o nome do defunto estivesse em Genitivo poderíamos dá-la como certa, se estivesse em Dativo como possível, o Nominativo deixa-nos na dúvida.

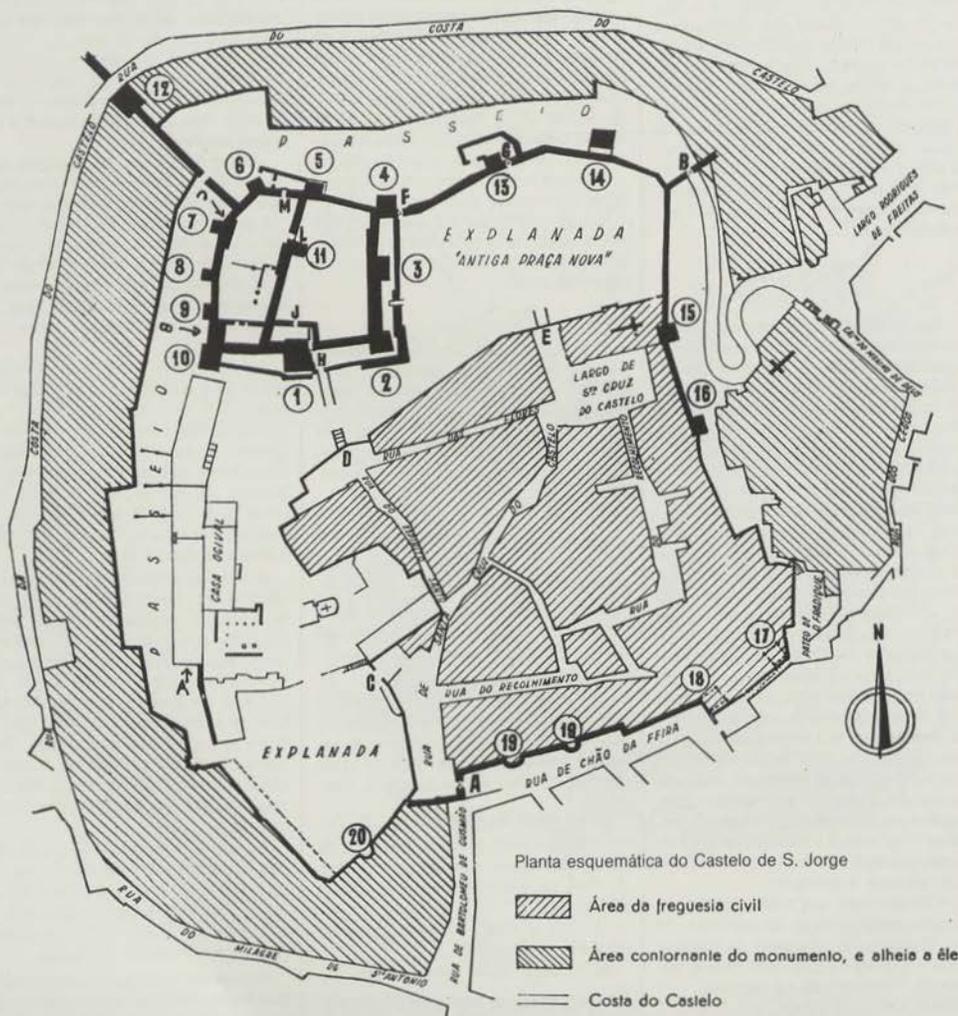
Apesar de todas estas dúvidas conseguem-se obter certezas. Temos, em princípio, um homem livre pois indica a sua paternidade (filho de), e não o nome

Planta reproduzida por Norberto de Araújo em «O Castelo de S. Jorge», a qual apresenta o monumento após o restauro.

Os números indicam torres e castelos sendo de assinalar, na face virada a Oeste, as torres 9 e 10 e a 7.

Acrescentámos as letras A, B e C que designam respectivamente: o local onde teria estado a inscrição de MYRTILVS, a inscrição votiva, e a inscrição de ANTÓNIA.

(Foto de F. Gonçalves)



do seu ex-senhor (liberto de) (¹⁸) caso de que há exemplos na epigrafia olisiponen- se. Além disso usa os *tria nomina* de cidadão: o *praenomen* admissível de MARCVS, um *gentilium* desconhecido e o *cognomen* de MYRTILVS, este trazendo a sua ascendência levantina quer se refira à planta da murta ou mirto, a Mirtilo filho de Mercúrio, ou à ilha de Mirtos, junto à Eubeia, ou à cidade de Myrtilis. Do patrono ou senhor de um seu ascendente herdou o *praenomen* e o *gentilium* e enfileirou na multidão de descendentes de libertos que floresceu em Olisipo.

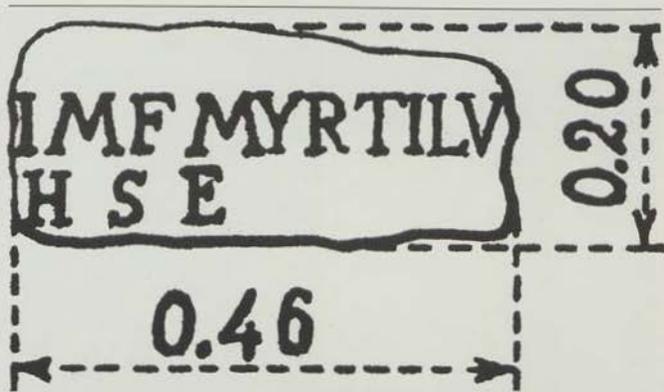
Juntemos ainda uma última nota pois algo mais se consegue reconstruir graças a Vieira da Silva: as dimensões aproximadas da pedra suporte da inscrição. O comprimento da pedra rondará os 90 cm se é que entre a sua principal linha epigráfica e as arestas laterais não existiria uma distância assinalável. Por outro lado, a altura parece ser francamente pequena já que as duas linhas não ultrapassam os 0,12 m. Aliás, a existência de campo livre em cerca de 0,08 m acima da primeira linha parece sugerir a ausência da fórmula dedicatória aos Deuses Manes. Admitimos, sem prova concludente uma altura de 0,30 a 0,40 cm. Estas medidas dariam à pedra a forma de um longo rectângulo a colocar horizontalmente como um lintel o que, uma vez mais (¹⁹), sugere a existência de monumentos funerários diversificados e suportes epigráficos que ultrapassam as «tampa de columbário» ou de «loculus», etc. Aliás, a indicação que se tratava de um fragmento de jaspado não deve ser aceite sem reservas desde que, como variedade de quartzo, seria difícil de cortar. O dr. Veiga Ferreira, não podendo examinar a pedra, inclinou-se para um grés ou um arenito ferruginosos, devido à presença de sais de ferro ou manganês e que seria muito mais fácil de trabalhar.

2) Inscrição Votiva Inédita

Morfologia: Fragmento de calcário rosado da região de Lisboa, utilizado como material de construção no paramento da muralha entre as torres 9 e 10 da face oeste do Castelejo e apresentando ao espectador a sua face epigráfica. Os seus lados superior, esquerdo e inferior apresentam fractura, a aresta do lado direito apresenta-se em bom estado.

Dimensões:

Comprimento actual: 0,185 m



Inscrição funerária de MYRTILVS, tal como Vieira da Silva registou e publicou em «Epigrafia de Olisipos» (pg. 102). (Foto de F. Gonçalves)

Altura actual: 0,115 m
Largura (espessura): Impossível de determinar por o fragmento se encontrar embebido na muralha.

Localização: Castelo de S. Jorge

Encontra-se, juntamente com muitos outros materiais, fazendo parte do paramento modernamente reconstruído da muralha exterior do Castelejo entre as Torres 10 e 9, virada a Ocidente. Está colocada a cerca de 1,10 m acima do afloramento rochoso sobre o qual assenta o alicerce da muralha e a 3 m do ângulo da muralha com a Torre 10.

Inscrição:

IMF MYRTILV
H S E

Leitura:

...?cia L(ibens) A(nimo) V(otum) P(osuit)

Tradução:

...?... cia de boa vontade colocou (ou ergueu) (este) voto.

Reduzida a tão pouco, o que nos poderá dizer este fragmento de inscrição? Em primeiro lugar, a fórmula L.A.V.P. significa que estamos diante de uma inscrição votiva, ou, mais exactamente diante de um monumento ligado a uma situação especial. A palavra voto significa que a dedicante (pois trata-se de uma dedicante) fez uma promessa a uma divindade em troca da satisfação de um pedido seu e que tendo, tanto quanto parece, a divindade cumprido a sua parte

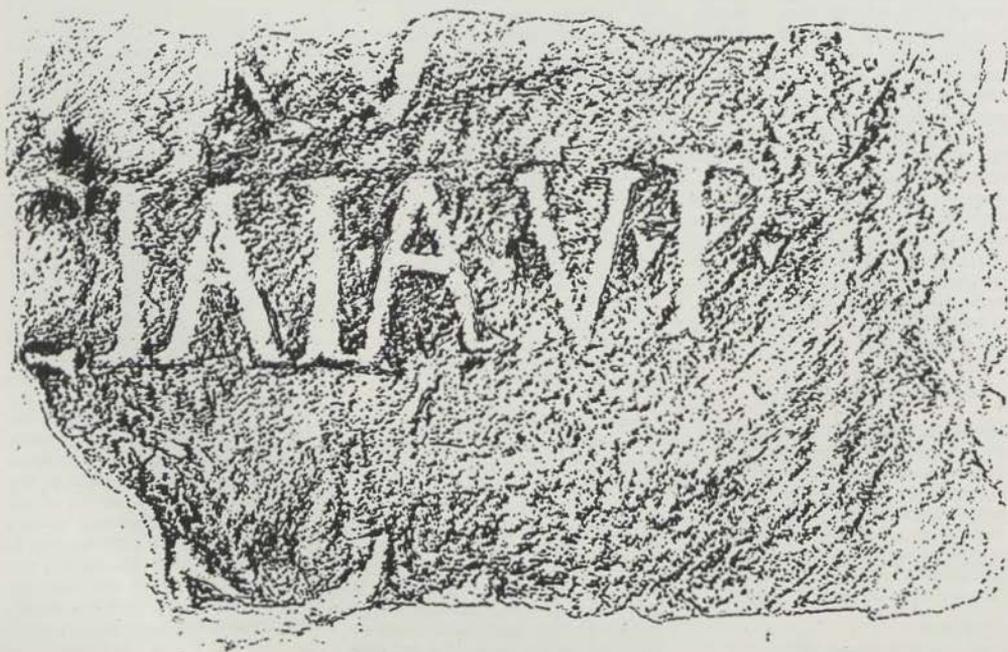
do pacto, a dedicante vem, agora, cumprir a sua. Mas como sabemos que é *uma* e não *um* o dedicante? Porque, embora não tivesse sobrevivido o seu nome completo, temos a terminação... CIA, em Nominativo singular, o que nos lembra uma PETICIA, uma PORCIA, uma VOLUSCIA, uma FELICIA se quisermos reduzir ao gentílico o nome da dedicante sem cognome. Se, porém, considerarmos esta terminação a de um *cognomen*, o que seria, com efeito, mais natural, então teríamos de pensar numaPATRICIA, numa GAMAICA, etc. só para nos limitarmos a *gentilicia* e *cognomia* já registados, em Olisipo, sob forma feminina (²⁰).

Mas retomemos a fórmula final da inscrição: L(ibens) A(nimo) dá-nos conta da feliz disposição de espírito da dedicante na sequência da realização do seu pedido. Pensamos (S.S.) que as fórmulas V(otum) S(olvit) e V(otum) P(osuit) não são completamente sinónimas, embora a primeira substitua a segunda com grande frequência e seja muitíssimo mais corrente. Com efeito, literalmente V(otum) S(olvit) significa «cumpriu o seu voto ou o seu compromisso» ou «satisfez o seu voto ou o seu compromisso». Uma e outra denunciam o pacto do oferente com a divindade mas há um pequeno cambiante a destacar, V(otum) P(osuit) ultrapassa o sentido vago de cumprimento do voto pois significa «ergueu, ou colocou ou pôs este voto», significando isto que o prometido à divindade fora algo que se podia erguer ou colocar em local visível por terceiros de

Inscrição votiva (Vide seta)
tal como se apresenta no pano
de muralha
entre as torres 9 e 10.
Repare-se na diversidade
de materiais reutilizados.
(Foto dos Autores)



Decalque da mesma inscrição com pequeno retoque.



modo a evidenciar ou atestar a eficácia da intervenção dessa divindade. Assim, seria que V(otum) P(osuit) tomara uma forma mais complexa do que a aposição duma lápide ou a erecção duma ara?

Esta questão ficará certamente sem resposta, mas resta-nos ainda olhar com atenção a penúltima linha da inscrição que termina aproximadamente a 0,10 m da margem direita por altura do arranque do segundo A da última linha. Com efeito, quer quando se observa a inscrição a olho nu quer em decalque quer em fotografia vê-se claramente o vértice de um triângulo invertido e, à sua esquerda, uma haste inclinada para a esquerda que parece encontrar-se com uma outra inclinada para a direita. A fractura superior da pedra afectou profundamente estes caracteres que estão reduzidos a aproximadamente metade da sua altura. A forte inclinação das hastes à esquerda do triângulo invertido sugerem muito fortemente um X sendo o triângulo um V. Temos, assim XV terminando a penúltima linha, mas que significam? Infelizmente a fractura terá levado consigo qualquer ponto de separação se o houve. Não vemos qualquer razão lógica para a linha terminar sem ser no fim da fórmula que exprima o seu conteúdo. Neste caso, XV seria o fim e não o meio duma palavra, ou, ainda melhor, abreviaturas de palavras. Se as separarmos, teremos mais uma hipótese: X seria antecedido por E donde resultaria a preposição ex, e V desdobrar-se-ia em duas palavras possíveis em alternativa ou V(oto) ou V(isu). Temos, desta forma, duas fórmulas habituais em textos com carácter votivo: EX VOTO e EX VISV, não significando, porém, a mesma coisa. EX VOTO significa: por promessa, na sequência de uma promessa, etc. EX VISV significa: por visão ou sonho, na sequência de uma visão ou sonho, etc.

Trata-se de uma hipótese de trabalho à qual pomos algumas reservas; a forma abreviada e o posicionamento no texto deixam-nos dúvidas, mas não queremos deixar de a referir. Se a expressão EX VOTO é mais vulgar e menos carregada de conotações, EX VISV, na Península Ibérica, está frequentemente associado ao culto de divindades orientais⁽¹⁹⁾ e se fosse essa a fórmula contida na inscrição não seria despropositado admitir que a divindade pudesse ser Cibele, Mãe dos Deuses, cultuada em Lisboa num templo de ordem jónica que as devastações do Terramoto revelaram aos lisboetas e o Tempo de novo escondeu.⁽²⁰⁾



Inscrição votiva, na qual se lê claramente a fórmula final L.A.V.P. precedida das últimas letras de um nome feminino. (Foto dos Autores)



Aspecto do pano de muralha entre (e acima de) a inscrição votiva e o arranque da torre 10, à direita. Embora refeito nos restauros de 1940, é evidente a reutilização de materiais diversos. (Foto dos Autores)

Aspecto da inscrição funerária de ANTONIA, depois de afastada a vegetação que parcialmente a encobria. (Foto dos Autores)

Um outro aspecto da inscrição após sumária limpeza. Distingue-se muito claramente o traçado cuidadoso das letras de DIS, com efeitos de claro-escuro, e o M. do início da palavra M (anibus) presumivelmente grafada por extenso. (Foto dos Autores)



Uma outra hipótese de trabalho nos veio à ideia mas que, por arriscada, toma foros de especulação. Nesta segunda hipótese XV não pertenceriam a duas palavras diferentes mas significavam simplesmente o número decimal 15. Com efeito, embora não constituindo uma prática corrente, aparecem por vezes em inscrições de carácter votivo indicações quanto à natureza da oferta dos dedicantes: uma palma, uma estatueta em prata ou ouro, etc. com indicação dos respectivos pesos nesses metais. Assim acontece, por exemplo, na inscrição⁽²⁰⁾ em que Caio Antistio Jucundo, Liberto de Caio, oferece uma palma com o peso de duas onças (pensa-se que de ouro) satisfazendo a sua promessa de bom ânimo, e numa outra em que é oferecida uma possível estátua em ouro com o peso de cinco libras. Há outras inscrições com estas aparentadas que Hübner recolheu na Península nas quais surge a fórmula EX AVRI P(ONDO) V (quinque) ou EX ARG(ENTO) P(ONDO) V (quinque) ou EX ARG(ENTO) P(ONDO) X ou C. Poderia ser que o hipotético XV indicasse o peso do objecto que a oferente ergueu sobre a pedra da inscrição?

Epigraficamente a inscrição é simples com as letras gravadas com pequenas irregularidades, notando-se bem os pontos e os pequenos sulcos auxiliares de gravação. A altura máxima das letras é de 0,035 m sendo a separação entre as linhas de 0,001 m. Entre o fim da última linha e a margem direita há uma distância de cerca de 0,05 m. Os pontos de separação são triangulares. O I e o L são quase semelhantes, ocupando o mesmo espaço e inferiormente ligados aos AA que os seguem, formando, porém, o L uma haste côncava na ligação. Os dois AA não são exactamente iguais, descrevendo o da direita um ângulo mais aberto e apresenta um maior equilíbrio de desenho, o que o aproxima das proporções do vizinho V. Há porém, entre ambos semelhanças «de família» acentuadas pelo traço medial um pouco subido e inclinado levemente da esquerda para a direita. Será curioso assinalar que as últimas três letras desta linha estão abertas com maior desenvoltura que as anteriores como se o lapidário já não tivesse necessidade de as apertar por haver espaço suficiente até à margem. As características da letra leva-nos a colocar esta inscrição no séc. II D.C.

Na continuação vertical dos AA e na parte inferior do campo sem registo epigráfico encontra-se um sinal intencional-

mente gravado com uma forma aproximada de segmento de círculo, deste modo . Não podemos concluir se esta linha curva constituía um único sinal gravado ou o seu significado fosse simbólico ou puramente ornamental.

Infelizmente não temos o nome da divindade em paga de cuja intercessão foi erigido o monumento, nem qualquer pista que nos leve a ela a não ser uma hipótese extremamente vaga.

Restará acrescentar que esta inscrição foi descoberta no dia 11 de Maio de 1985 por S.S. quando nos deslocávamos (penosamente) ao longo do declive de «bedrock» coberto de vegetação que desce dos panos de muralhas e torres do Castelejo, virados a Ocidente, até ao passeio envolvente.

3) *Inscrição Funerária Inédita de Antonia*

Morfologia: Grande fragmento de calcário branco de grão fino, utilizado como material de construção no paramento de muralha entre o Adarve da Torre de S. Lourenço e a Torre 7, colocado imediatamente sobre a «bedrock» no canto direito e encostado à torre, apresentando ao espectador a sua face epigráfica. Este fragmento corresponde ao canto superior esquerdo do monumento epigráfico apresentando em bom estado a margem superior e uma pequena parte do lado esquerdo. As fracturas, de margem irregular, correm paralelas aos lados e imprimem ao fragmento a forma rectangular.

Dimensões:

Comprimento actual: 0,49 m

Altura actual: 0,17 m

Largura (espessura): Impossível de determinar por o fragmento se encontrar inserto na muralha.

Localização: Castelo de S. Jorge

Este fragmento assenta directamente no afloramento natural da colina sobre o qual se ergue este pano de muralha Oeste do Castelejo entre o Adarve que desce para a Torre de S. Lourenço e a Torre n.º 7 da planta de Vieira da Silva (vide Fig. 2). A partir do Adarve a muralha inflecte para Norte.

Inscrição:

DIS M
ANTONIAE

Leitura:

Dis M[anibus] [Sacrum] Antoniae

Tradução:

Dedicado aos Deuses Manes de Antónia...

A inscrição corre em duas linhas contendo a primeira o início da dedicatória aos deuses Manes e a segunda o nome da defunta em Genitivo, o que é uma prática menos corrente do que a indicação do nome em Nominativo. Estamos, assim, diante de uma inscrição com carácter funerário.

Epigraficamente o texto tem algum interesse. As letras da primeira linha (que arranca a 0,017 m da margem) inspiradas nas capitais quadradas das inscrições monumentais têm a altura de 0,073 m tendo de largura as seguintes medidas: D – 0,065 m; S – 0,032 m; M – 0,065 m; e o I a espessura do próprio traço. O traço de gravação apresenta variações deliberadas de espessura. O traço vertical do D e a curva da mesma letra são mais espessos do que os traços inferior e superior. O mesmo acontece com a parte torsa do S e com o segundo e quarto traço do M. O I corresponde a um traço vertical espesso. É óbvia a intenção de obter efeitos de claro-escuro, moda vulgarizada por exemplares mais nobres. A segunda linha (que arranca a cerca de 0,07 m da margem) está, infelizmente, fragmentada horizontalmente pelo que as letras estão reduzidas à sua metade superior e o E final ao seu canto superior esquerdo. São letras levemente mais pequenas do que as da primeira linha, calculando nós uma altura máxima em cerca de 0,06 m, e temos alguns valores para a largura do N – 0,05 m, diâmetro de O – 0,053 m e barra de T – 0,044 m. A gravação das letras desta segunda linha é bem menos cuidada registando-se oscilações e grande imprecisão de traço, particularmente no T e AA e sem efeito de claro-escuro. O T sobe acima das outras letras e apresenta uma barra superior recta. O traço médio dos AA está gravado a meia altura e apresenta também um traço recto. Todas estas características das letras da primeira e segunda linhas levam-nos a datar esta inscrição dos finais do séc. I D.C. Pensamos também que é possível que a primeira linha tenha saído da mão de um lapidário mais hábil e seguro e estaria já preparada quando foi gravado o principal corpo da inscrição, hoje desaparecido.

Como a palavra Dis está escrita por extenso é de admitir que Manibus estivesse também, com possível omissão de Sacrum. Se calcularmos a largura média das letras da primeira linha em 0,065 m e dos espaços em 0,02 m e ainda uma distância do fim da primeira linha até à margem direita igual à do arranque

(0,017 m) teremos um comprimento total possível de 1,10 m, o que é notável. Se acrescentarmos os cerca de 0,040 m de Sacrum se esta palavra tivesse existido, as dimensões aumentariam para 1,50 m, sempre com uma altura impossível de determinar. Não há dúvida que estamos diante de uma peça funerária excepcional destinada a ser colocada horizontalmente num monumento funerário.

Até este momento a epigrafia olisiponense⁽²⁾ só registara uma Antónia, mas com o cognomen de Omulia, presente numa lápide que, no séc. XVII, se encontrava algures na Igreja de Santa Luzia ou no seu pátio e já era então difícil de ler, tendo, entretanto, desaparecido. Antónia não é um nome muito vulgar, e fora dos membros desta aristocrática Gens que deu personagens ilustres como Marco António e Antónia, mãe do Imperador Cláudio, e uma princesa sua filha, só poderia ser usado por seus clientes e libertos ou descendentes de libertos outrora ligados próxima ou distintamente pelo vínculo da servidão.

As condições do achamento desta inscrição são semelhantes às da inscrição já descrita, só que a autora foi M.C.R.

III Conclusão

Embora reduzidas a fragmentos e textos incompletos, estas três inscrições não são destituídas de interesse. Se o texto da primeira, não fisicamente recuperável de momento, a coloca num período de tempo entre o séc. I e o III D.C., as outras duas permitem uma localização mais precisa no séc. II e nos finais do I respectivamente. Elas são também uma prova da Piedade para com os deuses e para com os defuntos, o que nos fornece ténues elementos sobre a vida espiritual dos habitantes de Olisipo.

Por outro lado, não deixa de ser curioso que 45 anos após as grandes obras de restauro que culminaram em 1940 seja possível encontrar material epigráfico romano inédito em dois locais que, então, foram certamente passados a «pente fino» e que, desde então, não parecem ter sido objecto de quaisquer obras se exceptuarmos os cuidados dos jardineiros e do pessoal da limpeza.

Mas, se estes pequenos achados vão aumentando paulatinamente o conjunto da epigrafia olisiponense com exemplares que de facto existem e que são datáveis, uma vez mais as circunstâncias da

desaparição de um e do achamento de dois nos fazem reflectir sobre a natureza do vulnerável e inesgotável monumento que é o Castelo de S. Jorge. Com efeito, mais fascinante do que aquilo que encontramos é imaginar o que podemos encontrar e sabemos que iremos encontrar, o que constitui, sem dúvida, um aliciente estímulo para as nossas sempre agradáveis «peregrinações» em Lisboa.

Notas

(¹) Salvado, Salete e Ferreira, Seomara da Veiga — «Três inscrições Romanas de Olisipo», in «Lisboa — Revista Municipal», n.º 8/9/10-2.ª série, CML, 1985.

(²) «Lisboa Antiga — Bairros Orientais», ed. C.M.L., 1939, vol. I, pág. 127, e «Epigrafia de Olisipo», C.M.L., 1943, pág. 102, 103.

(³) in «Epigrafia de Olisipo», pág. 103.

(⁴) Op. cit. pág. 127.

(⁵) Op. cit. pág. cit.

(⁶) Silva, A. Vieira da, «O Castelo de S. Jorge em Lisboa», 2.ª ed. 1937, pág. 102.

(⁷) Trata-se certamente de uma graja e não de uma forma deliberadamente preferida por Vieira da Silva, já que não é acompanhada por qualquer comentário.

(⁸) Op. cit., pág. cit.

(⁹) in «Olisipo», n.º 11, 1940, pág. 81.

(¹⁰) Op. cit., pág. cit.

(¹¹) Boletim do Ministério das Obras Públicas, vol. 25/26, 1941.

(¹²) Silva, A. Vieira da, «Epigrafia de Olisipo», pág. 102.

(¹³) Diz-nos O. da Veiga Ferreira que o jaspe roxo é uma variedade amarfia de quartzo que existe nos «chapéus de ferro» dos jazigos mineiros sobretudo de manganês, existindo em abundância no Alentejo. Também há pórfiro desta cor, mas quer um quer outro são difíceis de cortar o que os não recomenda para feitura de uma lápide. Assim, seria mais lógico tratar-se de um grés ou arenito com sais de ferro ou manganês, mais fácil de trabalhar.

(¹⁴) Vide «Três Inscrições Romanas de Olisipo».

(¹⁵) Vide Cardim Ribeiro. Op. cit.

(¹⁶) «Epigrafia de Olisipo».

(¹⁷) L. Fernández Fuster, «La formula ex visu en la epigrafia hispánica».

(¹⁸) «Epigrafia de Olisipo», pág. 50/51.

(¹⁹) Iglesias, Luis Garcia, «Notas de Epigrafia Emeritense II», in «Revista de Estudos Estremenos», Tomo XL, n.º 1, 1984, Badajoz.

(²⁰) «Epigrafia de Olisipo», pág. 186 e 277.

BIBLIOGRAFIA

(¹) Almeida, D. Fernando de — «Egítania — História e Arqueologia». Faculdade de Letras de Lisboa, 1956.

(²) Almeida, D. Fernando de — «Mais uma «Flaminica» na bacia do Sado» in «Revista de Guimarães», Vol. LXXX, n.º 3-4, 1970.

(³) Almeida, Justino Mendes de — «Nótulas

de Epigrafia Latina», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXVII, n.º 3-4, 1962.

(⁴) Almeida, «Revista de Guimarães», e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXV, n.º 1-4, 1965.

(⁵) Almeida, «Justino Mendes de, e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXVI, n.º 3-4, 1966.

(⁶) Almeida, Justino Mendes de, e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXVII, 1-2, 1967.

(⁷) Almeida, Justino Mendes de, e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXIX, n.º 1-2, 1969.

(⁸) Almeida, Justino Mendes de, e Ferreira, F. Bandeira — «Varia Epigraphica», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXIX, n.º 3-4, 1969.

(⁹) Araújo, Norberto de — «O Castelo de S. Jorge» in «Inventário de Lisboa», Fascículo 1, C.M.L., 1944.

(¹⁰) Araújo, Norberto de — «Peregrinações em Lisboa», Tomo III, Ed. Parceria António Maria Pereira, Lisboa, 1940.

(¹¹) Cagnat, René — «Cours d'Épigraphie Latine», 2.ª édition, E Thorin, éditeur, Paris 19...

(¹²) Castilho, Júlio de — «Lisboa Antiga — Bairros Orientais», — edição da Câmara Municipal de Lisboa, 2.ª edição, I Vol., 1939.

(¹³) Encarnação, José d' — «Lápides e Divindades indígenas no Museu de Guimarães», in «Revista de Guimarães», Vol. LXXX, n.º 34, 1970.

(¹⁴) Fuster, L. Fernández — «La formula ex visu en la epigrafia hispánica», in «Arquivo Español de Arqueologia», vol. 23, 1950.

(¹⁵) Hübnér, Aemilius — «Corpus Inscriptionum Latinarum», Vol. II, Berlin, 1869.

(¹⁶) Iglesias, Luis Garcia — «Notas de Epigraphia Emeritense», in «Revista de Estudos Contemporâneos», Tomo XL, n.º 1, Badajoz, 1984.

(¹⁷) Mantas, Vasco Gil da Cruz Soares — «Notas de Três Inscrições de Olisipo», in «Conimbriga», Vol. XV, 1976.

(¹⁸) Moita, Inês da Nóbrega — «Achados da Época Romana no Subsolo de Lisboa», in «Revista Municipal», ed. C. M. Lisboa, Ano XXIX, n.º 116/117, 1968.

(¹⁹) Ribeiro, José Cardim — «Três Novos Monumentos Epigráficos da Época Romana pertencentes à Zona Oeste do Município Olisiponense», in «O Arqueólogo Português», III série, Vol. VII-IX, Lisboa 1974/1977.

(²⁰) Ribeiro, José Cardim — «Duas Inscrições Romanas conservadas no Gabinete de Numismática e Antiguidades da Biblioteca Nacional de Lisboa», in «O Arqueólogo Português», III série, Vol. VII-IX, Lisboa, 1974-1979.

(²¹) Salvado, Salete Simões, e Ferreira, Seomara da Veiga — «Três Inscrições Romanas de Olisipo», in «Lisboa — Revista Municipal», n.º 8/9/10, C.M.L. 1984.

(²²) Silva, A. Vieira da — «Algumas Descobertas no Castelo de S. Jorge», in «Olisipo» (boletim do Grupo Amigos de Lisboa), n.º 10, Ano III, Abril 1940.

(²³) Silva, A. Vieira da — «Epigrafia de Olisipo» — edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

(²⁴) Silva, A. Vieira da — «Mais Descobertas no Castelo de S. Jorge», in «Olisipo» (boletim do Grupo Amigos de Lisboa), n.º 11, Ano III, Junho, 1940.

(²⁵) O Castelo de S. Jorge — Boletim do M.O.P., n.º 25-26 D.-G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1941.



Aspecto final do fragmento da inscrição de ANTONIA,
depois da limpeza completa.

É evidente a diferença de qualidade entre as letras da primeira linha e da segunda.

À direita, a pedra encosta directamente no arranque da torre 7.

(Foto dos Autores)

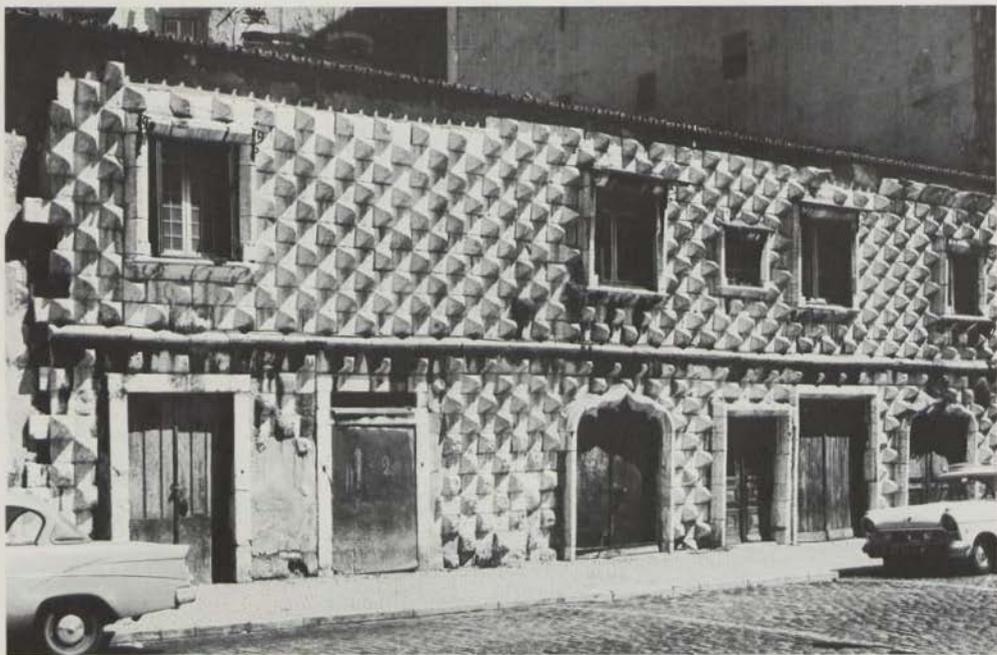
Aspecto do pano de muralha entre o Adarve, à esquerda, e a torre 7.

Destacam-se materiais de grandes dimensões dispostos em filas
mais ou menos regulares que alternam com outros materiais menores.

O reaproveitamento é evidente.

Aproximadamente a meio da fotografia destaca-se a silhueta circular do fuste
de uma coluna de mármore embebido na muralha.

(Foto dos Autores)



A Casa dos Bicos no estado em que se encontrava antes das obras de restauro e reconstrução.

Fotografia do Arquivo Fotográfico da C. M. L.

A CASA DOS BICOS

— O SÍTIO E O EDIFÍCIO

O lanço da chamada «Cerca Moura», no seu percurso sul, entre a Torre da Escrivaniinha, demolida no local onde foi edificada, nos inícios do século XVI, a Misericórdia (actual igreja da Conceição Velha) e o Chafariz d'El-Rei, foi construída numa data ainda não completamente esclarecida, rente à zona ribeirinha, para proteger a cidade que, desde a época romana avizinhara-se do Tejo, ocupando toda a esplanada sul e sueste da colina do Castelo de S. Jorge, dos ataques vindos por mar. Que a linha de água andaria muito próximo do sopé da muralha, cujos restos se escondem, actualmente, no interior dos prédios que formam a fachada norte da rua dos Bacalhoeiros e do Cais de Santarém, é prova suficiente o grupo de *cetarias* da época romana que as escavações arqueológicas, levadas a efeito, no interior da Casa dos Bicos, vieram recentemente pôr a descoberto.

São antigas e datam dos primórdios da monarquia, as obras de aterragem realizadas na zona ribeirinha de Lisboa para a recuperação dos terrenos anteriormente submersos sob o esteiro do Tejo que o tempo se encarregara de transformar em alagadiças praias fluviais.

Foram, porém, de maior vulto, os aterros mandados fazer por D. Dinis para a instalação de estaleiros, ferrarias e tercenças que o crescente movimento comercial marítimo exigia, e dois séculos mais tarde, as obras mandadas fazer por D. Manuel que recuperaram para a cidade a larga faixa de terreno plano situado a sul da Rua Nova (imediações da actual Rua do Comércio), onde viria a delinear-se a esplanada do Terreiro do Paço, nas vizinhanças da qual se concentrou, no século XVI, a parte mais nobre da cidade.

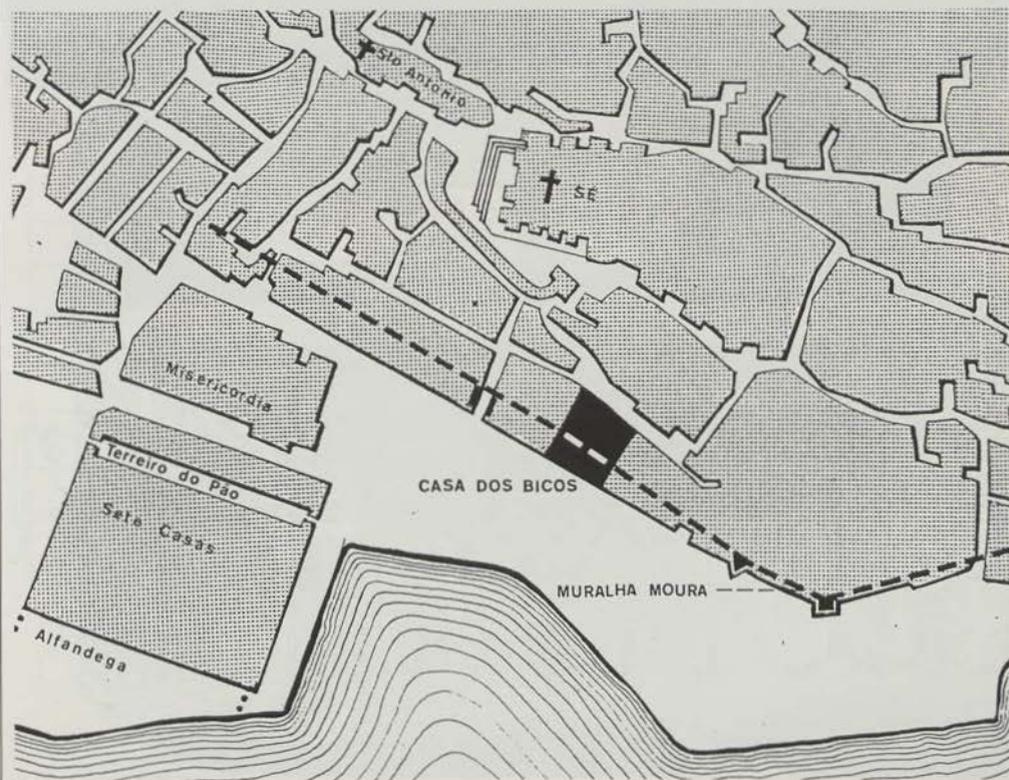
A zona oriental da esplanada ribeirinha, alargada pelas obras de aterragem mandadas fazer por D. Manuel e onde se situava a velha doca da cidade, passou, a partir do século XVI, a ser conhecida por *Ribeira Velha*, em oposição à *Ribeira das Naus*, e também, por *Praça da Ribeira Velha*, designação que se instalou, definitivamente, com a transferência para aí, na segunda metade do século XVI, do

mercado de comestíveis que, desde finais do século XV, se fazia junto dos alpendres do Terreiro do Paço.

Nas panorâmicas de Lisboa mais antigas que conhecemos, todas já do século XVI e posteriores aos referidos aterros, a Ribeira Velha apresenta-se como uma faixa de largura irregular, estendendo-se entre o rio e as muralhas, com seu cais próprio, penetrado, no seu limite ocidental, pela enseada da doca, onde sempre se encontrava concentrado um grande número de embarcações. Nestas panorâmicas, esta praça já se apresenta separada no Terreiro do Paço pela grande massa arquitectónica, constituída pelas Alfândegas e o Terreiro do Trigo que ficaram a limitar o largo, ou praça, pelo poente, obra iniciada no reinado de D. Manuel, mas só terminada no reinado de D. João III.

A fachada norte da praça, disposta em arco irregular, já se apresentava então

Planta topográfica da zona em que se encontra implantada a Casa dos Bicos, tal como se apresentava antes do Terramoto de 1755



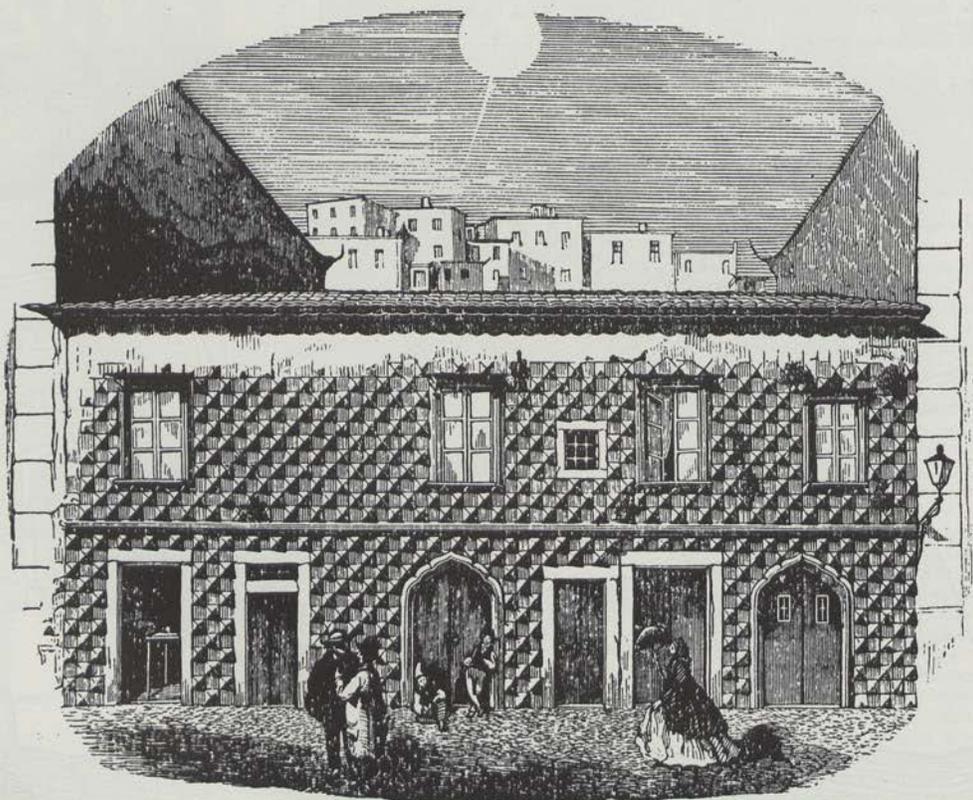
A Casa dos Bicos no estado em que a deixou o Terramoto de 1755. Segundo uma gravura publicada no «Arquivo Pitoresco», vol. III p. 73

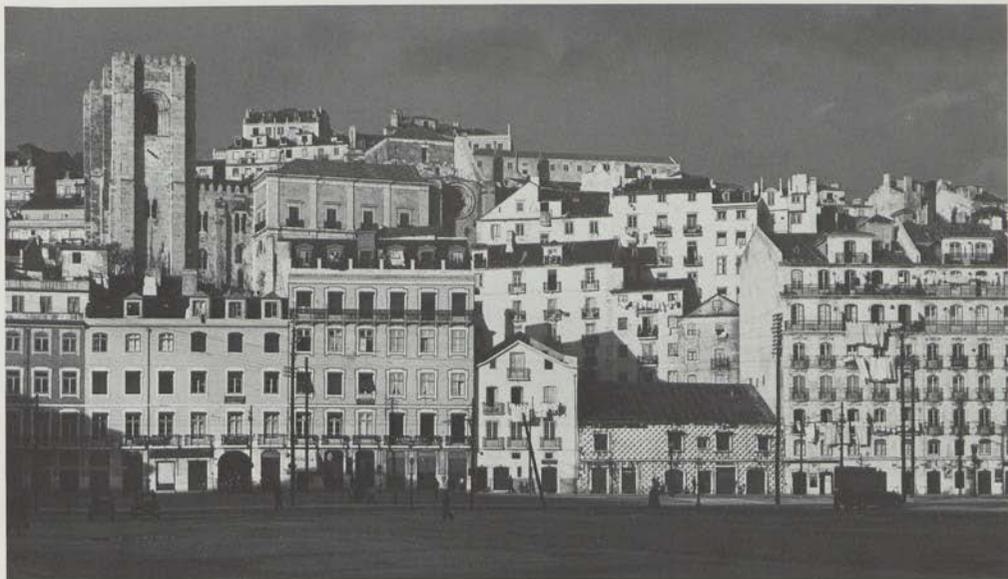
ocupada por um grande número de palácios e casas nobres, de três e quatro andares, construídas de encontro ou sobre a velha muralha ribeirinha, cujas ruínas foram desaparecendo, sepultadas no interior, ou embebidas nas novas edificações ali levantadas desde finais do século xv e no decurso do século xvi, quando se tornou moda construir casa na *Ribeira*. Apenas uma ou outra torre e pequenas parcelas da muralha onde se abriam as antigas portas que punham a cidade em comunicação com a praia foram respeitadas.

A corrida em direcção à *Ribeira* do Tejo liga-se a todo um clima de mudança de mentalidade, produzido sob a influência dos Descobrimentos que se opera na população de Lisboa, que, por razões óbvias, foi mais sensível às profundas alterações que aquele acontecimento pro-

vocou na sociedade portuguesa dos séculos xv e xvi.

Encerrado dentro das altas muralhas que a separavam do rio, o burgo lisboeta tinha-se conservado, até finais do século xv, de costas voltadas para o rio, convergindo para o Castelo e a Sé. A transferência dos Paços Reais para junto da Ribeira das Naus em 1506 e a edificação da Misericórdia sobre a praia, no exterior da muralha, no reinado do Venturoso, vão consagrar a *Ribeira de Lisboa*, como lugar privilegiado onde nobres e burgueses mandam construir as suas residências, moda que ainda não sofrera desgaste no século xvii, quando, segundo D. Francisco Manuel de Melo, «tomar casa na Ribeira, pior que na Praça»: Ao contrário do que até aí acontecera, em que as casas construídas contra a muralha situavam-se no interior desta, agora





Aspecto do casario de Lisboa entre a Sé e a Ribeira Velha, vendo-se, no primeiro plano, a Casa dos Bicos, tal como se encontrava antes das obras de restauro. Fotografia do Arquivo Fotográfico Municipal



A fachada norte da Casa dos Bicos, tal como se apresentava antes das obras de reconstrução. Arquivo Fotográfico da CML

são construídas sobre a praia, a cavalo da muralha ou tendo esta como fundo. Mesmo a maior parte das edificações situadas intramuros, sentiram necessidade de fazer ampliações que, transpondo a muralha, enriqueceram-se com novas fachadas, agora voltadas ao Tejo. A cidade que as mais antigas panorâmicas fixaram a partir do primeiro quartel do século XVI, é já uma cidade desdobrando-se ao longo do rio e debruçada sobre ele. A comunicação cidade-rio condicionada, antes, apenas às portas públicas e a um ou outro passadiço que as necessidades obrigaram a abrir na muralha, torna-se, desde agora, franca e íntima.

Foi neste contexto histórico e urbanístico que, entre o diversificado casario, constituído por residências de nobres e burgueses que desde finais do século XV se veio sobrepor ao troço sul da «Cerca Moura», formando a fachada norte da Ribeira Velha (a residência da família do desembargador Vaz da Veiga, os palácios dos Correias, Senhores de Belas, dos Távoras, dos Noronhas, Condes de Linhares, e depois, Condes de Coculim, dos Mascarenhas, Condes de Gouveia, dos Condes de Portalegre, etc.) que surge a extravagante fachada da «Casa dos Bicos», impondo-se, desde logo, e para sempre, como uma das notas arquitectónicas mais chamativas de toda a cidade.

A Casa dos Bicos, tal como se apresentava na sua versão quinhentista, com loja, sobreloja e dois andares nobres, e a sua fachada agressivamente coberta de pirâmides salientes de base quadrangular, os «bicos» ou «diamantes» que deram o nome a casa, tem sido considerada uma edificação dos finais do primeiro quartel do século XVI ou inícios do segundo quartel, mandada fazer por Brás de Albuquerque (?), crismado Afonso de Albuquerque por D. Manuel em homenagem ao pai, o grande conquistador da Índia. Aliás, esta atribuição encontra-se confirmada em documento inserto num códice da Biblioteca Nacional, citado por Silva Túlio (*Arquivo Pitoresco*, III, p. 88), que, expressamente, refere que Brás de Albuquerque «fez a Casa dos Bicos na Ribeira e a grande quinta de Azeitão».

No entanto, e apesar dos termos genéricos em que se atribue, neste documento, a edificação da Casa dos Bicos a Brás de Albuquerque, poder levar a pensar-se, à partida, numa edificação completamente nova, os olisipógrafos que se têm debruçado sobre a história



Pormenor da base da moldura manuelina do portal do lado norte da Casa dos Bicos. (Arquivo Fotográfico da CML)



Porta com moldura chanfrada, posta a descoberto, no interior da Casa dos Bicos, durante as obras de 1969-1972, orientadas pelo Arquitecto Raul Lino. (Diapositivo cedido pelo Dr. Clementino Amaro)

desta interessante residência, sempre consideraram, como mais provável, tratar-se, apenas, duma ampliação de anteriores casas da família já aí existentes, situadas no interior e adossadas à muralha que o bastardo de Afonso de Albuquerque se limitou a enobrecer com novos andares e uma importante fachada voltada à Ribeira, essa sim, construída no primeiro quartel do século xvi. A comprovar esta anterioridade, já existiam indícios seguros em documentação publicada antes das escavações ali realizadas entre 1981 e 1983 e que estas vieram confirmar.

Em primeiro lugar, o aforamento feito por D. Manuel e Pedro Vaz da Veiga de um chão situado «ao longo das suas casas da porta do mar da parte da praya» que partia com um «chão de Afonso de Albuquerque», publicado por Luis Pastor de Macedo (?) confirma a existência dessas casas, pelo menos, desde 1508, data do referido documento, que acrescenta que, na altura, pertenciam a Afonso de Albuquerque sendo então o filho ainda criança.

Porém, este documento, se confirma que a propriedade já existia em vida de Afonso de Albuquerque, não esclarece se foi ele o fundador da casa, hipótese pouco provável, atendendo à vida instável do grande capitão, sempre aliado em novas campanhas guerreiras, não tendo chegado mesmo a constituir família regular.

Por outro lado, as demandas pela posse desta casa que se sucederam à morte de Brás de Albuquerque, entre um filho deste, o bastardo João Afonso de Albuquerque, e outros representantes da família Albuquerque, baseando-se todos, para fundamentar os seus direitos, no facto de serem descendentes do conselheiro de D. Afonso V, Gonçalo de Albuquerque, pai do grande Vice-Rei, levar-nos-iam a recuar, numa primeira hipótese, a origem das casas que antecederam a Casa dos Bicos pelo menos a este antepassado.

Estou, porém, convencida que a existência duma propriedade dos Albuquerques neste local é ainda mais antiga, podendo tratar-se duma propriedade que Gonçalo de Albuquerque já tivesse herdado de seu pai, João Gonçalves de Gomide, que acabou na força por ter assassinado a mulher, Dona Leonor de Albuquerque, por infundados ciúmes; ou talvez de seu avô, Gonçalo Lourenço de Gomide, primeiro senhor de Vila Verde dos Francos, que acompanhou D. João I



Porta com moldura chanfrada, posta a descoberto, no interior da Casa dos Bicos, durante as obras de 1969-1972, orientadas pelo Arquitecto Raul Lino. (Diapositivo cedido pelo Dr. Clementino Amaro)

Pavimento de tejoieira posta de cutelo, revelado durante as obras de reconstrução da Casa dos Bicos, em 1982. (Diapositivo cedido pelo Dr. Clementino Amaro)





Aspecto da escada que serviu de passagem entre a Rua Afonso de Albuquerque e a Rua dos Bacalhoeiros, tal como se encontrava antes das obras de reconstrução.

Arquivo Fotográfico da CML

na empresa de Ceuta, com quatrocentos homens «da sua criação» e foi seu muito estimado Escrivão da Puridade, cargo que, aliás, transmitiu ao filho, o desventurado João Gonçalves de Gomide, origem do ramo dos Albuquerque de Gomide, a que pertence o Vice-Rei da Índia.

Na realidade, António Baião transcreve um documento, extraído do *Livro V da Chancelaria de D. Afonso V*, pelo qual ficamos a saber que D. João I aforou a Gonçalo Lourenço de Gomide umas casas em Lisboa⁽⁴⁾. Não haverá coincidência entre estas casas e o solar dos Albuquerque às Portas do Mar?

As escavações realizadas no interior da Casa dos Bicos durante as obras de reedificação do imóvel que se processaram com vista à «xvii Exposição de Arte, Ciência e Cultura», parece, pois, terem vindo apenas confirmar o que já era um pressuposto.

Com efeito, estas escavações, além de restos do lanço da muralha que separava a edificação anterior da ampliação quinhentista, e de um espólio — referimo-nos ao espólio recolhido nos entulhos dos compartimentos do edifício situados no interior da «Cerca Moura» — revelador, em muitas aspectos, duma vivência no local anterior ao século xvi, vieram pôr a descoberto um fragmento dum arco ogival que se encontrava embebido numa parede, do lado da Rua de Afonso de Albuquerque, certamente coevo da primitiva edificação gótica.

Assim, estes indícios, confirmando o que já era conhecido através da documentação escrita, permitem-nos, a partir de agora, atribuir, sem sombra de dúvida, uma origem medieval ao solar dos Albuquerque situado na Ribeira Velha, núcleo originário da quinhentista Casa dos Bicos.

Mas se alguma coisa se esclareceu sobre a cronologia da edificação, pouco se adiantou sobre quem foi o seu primeiro fundador, como também continua imprecisa a data em que Brás de Albuquerque ampliou e enobreceu o solar dos seus antepassados. A data de 1523, que lhe tem sido atribuída, posterior ao regresso da Itália do bastardo de Afonso de Albuquerque, que para ali partira em 1521, na comitiva da Infante Dona Beatriz, quando esta princesa foi casar com o duque Carlos de Sabóia, é, por ora, a que reúne maior consenso. A nós parece-nos, no entanto, que a data de 1523 poderá, quando muito, ser tomada como o limite inferior da data provável da edificação, podendo o limite superior ser ele-

vado até alguns anos mais tarde, a rondar 1527-1530, data posterior ao regresso de Brás de Albuquerque da sua viagem a Espanha, onde fora, em 1526, na comitiva da Infante Dona Isabel, quando esta princesa foi casar com Carlos V. Não nos parece, contudo, provável, poder ultrapassar-se este limite, não só por o edifício já se encontrar representado em panorâmicas de cronologia possivelmente anterior àquela data, mas por apresentar certas características estilísticas que o classificam dentro duma gramática gótico-manuelina, que não parece posterior ao primeiro quartel do século xvi, como as molduras polilobadas das portas de acesso ao rés-do-chão e de algumas janelas dos dois últimos andares, os grupos de janelas geminadas rasgadas nestes mesmos andares e até a assimetria existente na distribuição dos elementos da fachada, são, na realidade, algumas das características que se conjugam, com frequência, nas edificações coevas de D. Manuel de influência muçulmana. As ombreiras do portal principal, voltado à Rua Afonso de Albuquerque, em estilo manuelino, poderão, eventualmente, datar da mesma época ou até duma intervenção anterior. Contemporânea da ampliação quinhestina será também uma porta, posta a descoberto durante as obras que o arquitecto Raul Lino ali levou a efeito entre 1968-1973, situada um pouco abaixo do nível do piso térreo, do lado da Rua Afonso de Albuquerque, e que tudo indica foi edificada para estabelecer a ligação entre o portal de acesso à residência por aquela rua, certamente já existente na edificação primitiva, e as novas lojas e sobrelojas criadas do lado sul pertencentes à reedificação de Brás de Albuquerque. Infelizmente, elementos tão importantes como esta porta, o fragmento do arco em ogiva já referido e a escada que dava acesso à saída para a praia, foram desmontadas e retiradas durante as obras de restauro.

(¹) Brás de Albuquerque era filho natural de Afonso de Albuquerque e de Joana Vicente, «uma mulher de África», segundo Gaspar Correia, possivelmente uma mourisca. É desconhecida a data do seu nascimento e era criança quando, em 26 de Fevereiro de 1506, foi legitimado (ver Sanchez de Baena, ob. cit., na bibliografia) e entregue a Dona Isabel de Albuquerque, sua tia. Recomendado a D. Manuel, com grande empenho, pelo pai em sua última carta, datada de 14 de Dezembro de 1515, o rei tomou-o à sua protecção, mandando-o educar no Convento dos Lóios, ao mesmo tempo que, em homenagem ao

grande capitão da Índia, crismava-o com o nome de Afonso de Albuquerque. Além disso, cumulo-u-o de benesses e distinções, concedendo-lhe uma tença anual de 300 000 reais e transferindo, para ele, as «quintaladas da pimenta» que pertenciam a Afonso de Albuquerque, seu pai. Guindado ao nível da primeira nobreza, como a herança por parte dos Albuquerque, casa com Dona Maria de Noronha, filha do conde de Linhares e, depois da morte desta, com Dona Catarina de Meneses. Muito chegado à corte de D. João III de quem foi conselheiro, foi encarregado de várias missões importantes e desempenhou cargos de grande responsabilidade junto do rei. Com outros nobres e cavaleiros fez parte das comitivas que acompanharam as infantas Dona Beatriz, em 1521, a Sabóia, e Dona Isabel, em 1526, a Castela, quando dos seus respectivos casamentos.

Entre os cargos que desempenhou contam-se o de Vedor da Fazenda e de Provedor da Irmandade da Misericórdia. Vereador da Câmara por um período mais ou menos longo, acabou por ser nomeado Presidente do Senado Municipal, sendo o primeiro que teve este título que se acabava, então, de criar (carta régia de 12 de Dezembro de 1572, Liv. 1.^o de D. Sebastião, fls. 87 e 87 v.).

Gozando de grande prestígio e vivendo na abundância, ampliou e enobrecer as casas que recebera dos seus antepassados, às Portas do Mar, celebrizadas com a denominação de «Casa dos Bicos», e compra a Quinta do Paraíso, em Azeitão, onde manda construir o Palácio chamado depois da Bacalhoa que decorou com faianças raras.

Morre, em idade avançada, em 6 de Maio de 1581 no seu palácio da Ribeira Velha e é enterrado, por determinação testamentária do próprio, na Igreja de São Simão de Azeitão que tinha mandado construir para panteão da sua família, e junto da qual criara um pequeno hospital.

Como outras figuras da primeira nobreza tomou o partido de Felipe II, o que o levou a pedir escusa do cargo de Presidente do Senado quando o país foi invadido pelo Duque de Alba.

Culto e viajado, é autor duma obra dedicada à vida e feitos de seu pai que o coloca entre os clássicos da língua portuguesa, intitulada *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, capitão geral que foi das Índias Orientais, em tempo do muito poderoso Rey dom Manuel, o primeiro deste nome, novamente emendados e acrescentados pelo mesmo autor conforme as informações mais certas que agora teve*, 2.^a edição, Lisboa, 1576 (a 1.^a edição data de 1557). Esta obra, ainda que não isenta de pecado de amor filial, constitui a principal fonte para o estudo daquela grande figura da nossa história.

(²) É do seguinte teor o documento citado e transcrito por Luís Pastor de Macedo: «Vereadores e misteres avemos por bem que afores a Pedro Vaz da Veiga hum chão que esta ao longo das suas cazas da porta do Mar da parte da praya que he de largo outro tanto como sahir o canto de outro chão de Afonso de Albuquerque que com elle parte, notificamo vo lo assim e vos mandamos que lho aforesis porque assim nos praz por lhe fazer nisso mercê feita em Lisboa a vinte e nove dias de Mayo Selvestre Nunes o fez de mil e quinhentos e oito e este pasa por nosa chancelaria da Camara, o qual aforamento Sera por aquele foro vos bem parecido». (Prazos — Freg. da Sé, pasta 17/32, Arquivo Histórico Municipal).

Esta contiguidade entre a propriedade de Afonso de Albuquerque e o terreno aforado a Pedro Vaz da Veiga encontra confirmação num outro documento, também transcrito por Luís Pastor de Macedo, datado de 1521, quando a propriedade de Pedro Vaz da Veiga já pertencia aos seus herdeiros, o Dr. Luís Vaz da Veiga e seus irmãos. A parte que interessa a este assunto, é do seguinte teor: «... que elle (refere-se ao Dr. Luís Vaz da Veiga) e seus irmãos tinham feitas partilhas dos bens e fazenda que ficarão per falecimento de Pero Vaz da Veiga Seo Pay e que nas ditas partilhas que assim tinham feito lhe couberão e lhe ficarão humas cazas que são acerca da porta do Mar e vão sobre o muro que confronta com a praya da Ribeira na qual confrontação do dito muro e cazas está o chão de que o alvará de sua Alteza faz menção o qual chão era de comprido ao longo do dito muro e cazas seis brasas excusas de craveira e era de largo, desde o dito muro contra o Mar da parte das Cazas de Afonso de Albuquerque húa braça e meia e dous palmos e da banda das cazas da molher que foi de Thomé Lopes outro sim outra braça e meia e dous palmos todos de craveira e cordearê dereito com os chãos de Pedro Correia e Afonso de Albuquerque...» (Prazos — Freg. da Sé, pasta 17/31, Arquivo Histórico Municipal).

(³) Diz Gomes Eanes de Azurara, *Crónica da Tomada de Ceuta* (ed. de Esteves Pereira, p. 212) que Gonçalo Lourenço de Gómeide fora companheiro de D. João I na empresa de Ceuta, onde se apresentou com quatrocentos homens, todos de sua livre, e a maior parte delles de sua criação», tendo-o El-Rei armado cavaleiro às portas de Ceuta. Foi a este mesmo Gonçalo Lourenço de Gómeide que D. João I aforou umas casas em Lisboa, segundo o documento transcrito por António Baião em *Algumas ascendentes de Afonso de Albuquerque e seu filho* e que é do seguinte teor: «Carta per que o dito Senhor (refere-se a D. João I) deu de foras duas casas que elle avia em lizboa e húa dellas parte com outras casas suas que traz pero pelegreiro tabelam e com outras que traz afores do monte tavoiro e com rua pública e a outra parte com outras casas do dito senhor que traz andre ferreiro e com rua publica a gonçallo lourenço seu criado scripava da sua puridade e a duas pessoas depois da sua morte por I XXX libras e seis soldos e oito dinheiros da moeda antiga em cada hum ano de foro, etc. em evora Xb dias de janeiro de mil iij R bij annos». (Livro V da Chancelaria de D. João I, fls. 28).

(⁴) O Tombo de 1756 diz, textualmente: «Propriedade de Francisco Xavier de Mello chamada dos bicos que tem de frente noventa e tres palmos e dois terços, e de fundo até a Rua do Albuquerque noventa e seis palmos, com loja e sobreloja e dous sobrados, com paredes commuas com os vizinhos». (Tombo do bairro da Ribeira Liv. 2, fol. 9, A.N.T.T.)



Panorâmica de Lisboa no primeiro quartel do século XVI. Iluminação da «Crónica del Rey Dom Affonso Henriques, primeiro rey destes regnos de Portugal», por Duarte Galvão. Do códice em pergaminho da Bib. Conde Castro Guimarães.



Pormenor do casario da Ribeira Velha, extraído da *Panorâmica de Lisboa* da Biblioteca de Leyde. Desenho sobre papel. Anterior a 1530. Biblioteca Municipal de Leyde, Holanda



As armas dos Albuquerque que se encontram na Casa do Fresco da Quinta da Bacalhoa em Azeitão.



Painel de azulejos representando a Ribeira Velha, vendo a Casa dos Bicos com grande pormenor. Princípios do Século XVIII.

A AULA DO COMÉRCIO DE LISBOA

III – DOS PROGRAMAS AOS EXAMES

Neste artigo, em boa medida fulcral no conjunto dos dedicados à Aula, pretende-se apurar, com a possível exactidão, todos os dados aproveitáveis na documentação encontrada quanto a matérias estudadas, elementos de que os escolares dispunham para o seu estudo, métodos empregues e aproveitamento conseguido.

Quanto aos domínios em que aos aulistas deviam ser ministradas noções são já bastante informativos os Estatutos (1), quer ao caracterizar a situação que a nova escola vinha remediar («a ignorância da redução de dinheiros, dos pesos, das medidas, e da intelligencia dos cambios, e de outras materias mercantis»), quer nos seus números 11 a 15.

Destaquemos as passagens mais significativas dos programas das cadeiras que na Aula do Comércio deveriam ser cursadas:

«11 A Arithmetica (...) deve ser a primeira parte da lição da Aula, ensinando-se aos seus Praticantes, sobre o método cômum, e ordinario das quatro principaes especies (...) conseguida a perfeição nesta parte, se deve passar ao ensino da conta de quebrados, regra de tres, e todas as outras, que são indispensaveis a hum Commerciante, ou Guarda Livros completo (...)

12 Ao ensino de Arithmetica perfeita se deve seguir a noticia dos pesos em todas as Praças do Commercio, especialmente aquellas com que Portugal negociã; como taõbem das medidas (...) e do valor comum das moedas na País, em que correm (...).

13 Porque o referido conhecimento não seria bastante para adquirir a certeza do custo das fazendas sem a noticia dos cambios (...) será esta importante materia huma parte do principal cuidado no ensino dos Assistentes da Aula (...)

14 Os Seguros com as suas distincções de logem a logem, ou de ancora a ancora; de modo ordinario ou de facto expresso, e a noticia das apolições, assim na Praça de Lisboa, como em todas as mais da Europa; como tambem a formalidade dos fretamentos, a practica das cõmissoens, e as obrigações, que dellas resultão, devem ser todas tratadas (...)

15 Ultimamente se passará a ensinar o método de escrever os livros com distincção do Commercio em grosso, e da venda a retalho, ou pelo miudo, tudo em partida dobrada, ainda que com differença nos dous referidos commercios (...)

Um panegirico do primeiro lente, impresso em 1764, permite avaliar quais as

matérias que foram objecto das suas lições, entrever as suas preocupações de indole didáctica e assistir ao aparecimento do primeiro elemento de estudo destinado a uso dos escolares (?). Faça-mo-lo, ainda que à custa de uma necessariamente longa citação:

«Encarregado o Senhor João Henriques de Souza desta penosa fadiga, principiou a lançar as primeiras linhas; e com indefeizo trabalho cuidou desde logo a premeditar sobre o modo como devia pela sua parte concorrer para se verem completas as Altas intenções do Soberano, e a commua expectação do Publico (...) Para isto dilineou hum methodo facil para o adiantamento de seus principiantes em hum effudo novo, de que até agora havia fô humas noticias remotas; e por elle deu principio às suas lições Publicas, explicando as Regras geraes, e compostas da Arithmetica pratica, distribuidas por forma de Dialogo, por ser esta menos fastidiosa aos poucos annos, que com facilidade se aborrecem daquillo, que não os diverte, misturando-lhe tão magistralmente o util com o doce, que aprender estas lições, era para os meninos a sua mayor dilicia. Emulos huns dos outros, parece que até inocentemente concorria a natureza para estabelecer immortal a gloria daquelle de quem recebiaõ o ensino. Prerogativa de que a Providencia he ordinariamente efcazza; porque dando a muitos Ciencia bastante para formar outros Homens, que pela doutrina fejaõ a elles semelhantes, a falta de methodo, e de modo, faz effertir o campo aonde semeaõ fructos tão laborozos, soffocando os espinhos do genio, humas vezes aspero, outras impaciente, a boa vegetação das terras plantas, que rega hum fuõ importuno.

Neftas lições muito de proposito se efqueceu do que pertencia a huma mera curiosidade, lembrando-se fômente do que podia ser util para a pratica do Commercio; mas para não defraudar o ensino, lhe fez huma bella substituição de outras, que julgou necessarias para este minifterio.

Deftas primeiras lições, paffou a demostrar o grande proveito, que se tira do uzo da Arithmetica pratica, quando se acha unida com huma feria applicação aos diversos cazos, que com frequencia se offercem, achando-se ligada a execução das regras com a applicação dos cazos, de tal forma, que a exacção desta doutrina, livre de defeitos aos dicipulos, e sirva de gloria ao Mestre. Para conseguir

Pratica do Commercio
ou
Licoens da Aula do Commer-
cio

Que principiou em 1.º de Setembro de 1759

Dictadas pelo Senhor

João Henriques de Souza

este dezejado fructo das lições, ordenou novos Problemas de Arithmetica pratica no uzo mercantil, propondo ao mesmo tempo o modo mais facil para os dicipulos com brevidade os rezolverem. Foy tão util este novo methodo de ensino, que com elle antecipadamente poderã adquirir os principiantes aquellas luzes de que podem aproveitarse pelo difcurto do tempo, para a boa intelligencia de outras muitas partes do Commercio, que precizamente se haviaõ de incluir nas subfequentes propozições; que se agora podem ser concebidas como simplesmente curiosas, depois se reduzem a uteis.

Todo o laboriozo trabalho desta nova invenção de ensino, tem felizmente infinuado dentro de pouco tempo na tenra comprehensão de huns meninos, hum

Folha de rosto do mais antigo texto destinado aos alistas do Comércio (exemplar existente na Escola Secundária de Veiga Beirão)

claro conhecimento do que são Commiffoens, Fretes, Seguros, Carregaçoens, Reduçoens de pezos, e medidas, Agios de Banco, Cambios, e outras muitas partes do Commercio, de forte que parece huma especie de milagre ver como obra a fingeleza de hum ensino methodico em humas idades, que a penas feriaõ capazes de perceber bem a ordem dos numeros, e os primeiros rudimentos da Arithmetica, e com tanta madureza, que qualquer deftes affittentes pôde dar com prontidão admiravel, huma clara noticia das partes do Commercio, como fe tivelfe muitos annos de experiencia.

Como para a boa intelligencia do Commercio he tambem preciso o conhecimento dos folidos, para por meyo das fuas dimenfoens fe faber a quantidade do volume, fegundo a qual fe devem regular os fretes das Fazendas, que são tranfportadas para o Brazil na conformidade das Ordens de S. Mag., das liçoens da Arithmetica paffou às de hum breve compendio da parte da Geometria, que pertence a extrahir a medida cubica de qualquer corpo folido, para com effe importante conhecimento fe calcular com precizaõ a quantidade de qualquer volume. Effes principios fe achão tambem infinuados ainda com exemplos familiares, que podem dezafiar nos principiantes huma grande inclinaõ a fazerem mayor effudo fobre a Geometria, e adquerirem pela liçaõ de livros proprios defta, que como baze, e fundamento das Artes, he a mais proveitoza para a vida civil, e em todos os feculos foy recomendavel para a intruçaõ da mocidade, tudo quanto defta Ciencia pôde fervir a hum perfeito Negociante.

Cuidadozamente applicado a effe grande trabalho fe achava o Senhor João Henriques de Souza, quando S. Mag. deu a effimavel providencia de erigir o feu Erario Regio (...). E como a fuceffiva experiencia do grande talento de que he dotado o Senhor João Henriques de Souza tinha moftrado, que para affittir ao Thezoureiro Mór do mefmo Erario, tó elle era o mais capaz, foy S. Mag. fervido mandar-lhe (sic) o emprego, fem lhe diminuir o trabalho, removendo-o do Magifterio da Aula do Commercio, para exercitar o emprego de Efcivaõ do Thezoureiro Mór do mefmo Erario. Se a Publica utilidade não etiveffe clamando por hum tal fogueito que affittiffe à numeroza entrada, e fahida das rendas do Eftado, fóra mais fenivel a magoa de fe privar a Aula do Commercio, de hum egregio Profeffor; porque ao menos à cufta das

horas de defcanço fe achariaõ promptas para fe entregarem ao Prelo as importantes liçoens que elle dictou (*), e tinha prevenido, para por meyo dellas fazer utilliffimos progrefsoes à nobiliffima Arte do Commercio.»

Todas estas matérias (das quais se destaca a Geometria, não expressamente prevista nos Estatutos) terá Sousa abordado entre Setembro de 1759 e Janeiro de 1762, mês em que foi substituído na docência por Alberto de Sales. Como vimos, das suas lições, por ele elaborada ou, pelo menos, revista, estaria sendo preparada uma «sebenta», uma postila, destinada a ser impressa; não parece provável que tenha chegado a se-lo mas dela ficaram exemplares manuscritos. Freire de Oliveira dá-nos algumas indicações sobre a Aula, afirmando tê-las colhido «num interessante Livro manuscrito que possuímos, em cujo frontispicio se lê Prática do Commercio/ ou/ Lições da Aula do Commercio/ que principiou em o 1.º de Setembro/ de 1759/ dictadas pelo lente/ Joam Henriques de Souza» (*). De idêntico manuscrito, exactamente com o mesmo título, dá noticia Everard Martins (*), que acrescenta constar de duas partes, dedicada a primeira à Aritmética e a segunda à Geometria. Lamenta-se que não tenha sido possível encontrar quer uma quer outra destas cópias das lições de João de Souza, tanto mais que a indicada por Everard Martins é dada como existente na Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (actual Instituto Superior de Economia) de onde entretanto terá desaparecido (*).

Todavia outra (probabilissimamente, outra) cópia das primeiras lições ditas na Aula foi encontrada e quase comovidamente consultada e estudada na Biblioteca da Escola Secundária de Veiga Beirão (*).

Demoremo-nos um pouco na análise deste documento, que bem o merece. É um volume com 429 folhas não numeradas (folha de rosto, 411 folhas de texto, 17 folhas em branco).

A matéria de Aritmética está distribuída por 50 lições, numeradas em caracteres árabes até à 26.ª e em romanos as restantes. Seguidamente se indica o sumário dessas lições, actualizando a grafia, optando por numerar todas as lições com algarismos e atribuindo numeração aos fólhos:

Lição 1.ª – Definição da Aritmética – F. 1

Lição 2.ª – Do Número – F. 1
Lição 3.ª – Das Letras do Algarismo – F. 1

Lição 4.ª – Da Numeração – F. 1 V
Lição 5.ª – Das quatro espécies ou regras gerais – F. 3

Lição 6.ª – Da regra de somar simples – F. 3 V

Lição 7.ª – Da prova em geral – F. 4
Lição 8.ª – Da prova de somar – F. 4 V

Lição 9.ª – Da regra de diminuir simples – F. 5

Lição 10.ª – Da prova de diminuir – F. 6

Lição 11.ª – Da regra de multiplicar simples – F. 6

Lição 12.ª – Da regra de repartir simples – F. 7 V

Lição 13.ª – Das provas de multiplicar e repartir – F. 9 V

Lição 14.ª – Dos números quebrados – F. 9 V

Lição 15.ª – Da regra de reduzir os quebrados a menor denominação sem diminuir o seu valor – F. 10

Lição 16.ª – Da regra de reduzir os quebrados diferentes a uma mesma denominação – F. 11

Lição 17.ª – Da regra de somar com quebrados – F. 12

Lição 18.ª – Da prova da regra de somar quebrados – F. 12 V

Lição 19.ª – Da regra de diminuir com quebrados – F. 13

Lição 20.ª – Da prova da regra de diminuir com quebrados – F. 13

Lição 21.ª – Da regra de multiplicar com quebrados – F. 13 V

Lição 22.ª – Da regra de repartir com quebrados – F. 14 V

Lição 23.ª Das provas de multiplicar e repartir com quebrados – F. 15 V

Lição 24.ª – Dos quebrados subdivididos – F. 16

Lição 25.ª – Da regra de somar quebrados subdivididos – F. 16

Lição 26.ª – Da regra de diminuir com quebrados subdivididos – F. 17

Lição 27.ª – Das provas de somar, e diminuir com quebrados subdivididos – F. 18

Lição 28.ª – Da regra de multiplicar com quebrados subdivididos – F. 18 V

Lição 29.ª – Da regra de repartir com quebrados subdivididos – F. 21

Lição 30.ª – Das provas de multiplicar e repartir com quebrados subdivididos – F. 23 V

Lição 31.ª – Das regras compostas – F. 24

Lição 32.^a – Das regras de três, ou de proporção – F. 24 V

Lição 33.^a – Da regra de três directa – F. 24 V

Lição 34.^a – Da regra de três inversa – F. 27

Lição 35.^a – Da regra de três directa dobrada – F. 27 V

Lição 36.^a – Da regra de três inversa dobrada – F. 28 V

Lição 37.^a – Da regra de três composta – F. 29

Lição 38.^a – Da regra de três conjunta – F. 29 V

Lição 39.^a – Da prova da regra de três – F. 31 V

Lição 40.^a – Da regra de companhia, ou de rateio – F. 33

Lição 41.^a – Da regra de companhia simples – F. 33 V

Lição 42.^a – Da regra de companhia composta – F. 34

Lição 43.^a – Da regra de companhia com tempo – F. 35 V

Lição 44.^a – Da regra de um tanto por cento – F. 37

Lição 45.^a – Da regra de um tanto por cento regulado sobre o total e da sua prova – F. 37 V

Lição 46.^a – Da regra de um tanto por cento regulado sobre o líquido e da sua prova – F. 39 V

Lição 47.^a – Da regra de juros, e da sua prova – F. 40 V

Lição 48.^a – Da regra de preço comum e da sua prova – F. 43 V

Lição 49.^a – Das regras de afinação do ouro e da prata – F. 46

Lição 50.^a – Da regra de falsa posição – F. 49 V

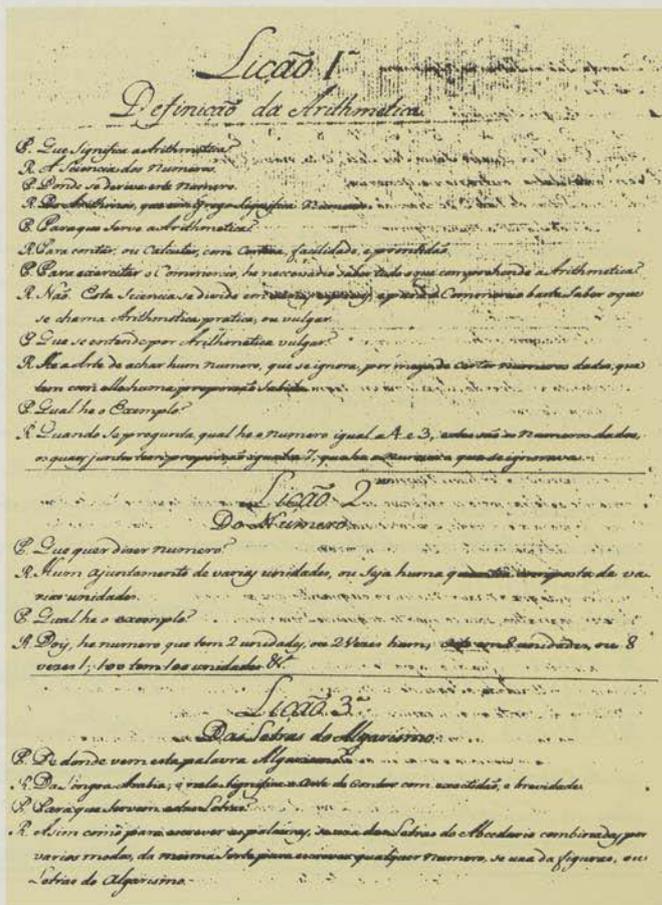
De F. 51 V a F. 61 consta um «Compendio dos Elementos de Geometria» integrando as seguintes rubricas: definição, noção de extensão, linhas, ângulos, áreas, figuras planas (rectilíneas, curvilíneas e mixtilíneas), medição destas figuras.

Entre F. 61 e F. 62 V trata-se «Da Avolumação para os fretes das mercadorias que vão para o Brazil, pela medida Cubica e Líquida».

A F. 62 V começa um «Exemplos nos quaes se applica as regras da Arithmetica e Geometria». São 88 exemplos de problemas resolvidos que vão até F. 83 V e implicam o conhecimento de toda a matéria dada bem como de juros, câmbios, pesos e medidas.

Na F. 84 começa a expor-se a «Arte da Escritura dobrada». A exposição termina a F. 101, onde começa uma exem-

Primeiras noções de Aritmética ministradas aos aulistas pelo lente João Henrique de Sousa



Exemplo de carta comercial constante da postila conservada na Escola Secundária de Veiga Beirão

plicação: «Dos diferentes Methodos que podem uzar os Mercadores de Logem, para terem com clareza as suas contas»; o primeiro exemplo consiste no Borrador de um capelista imaginário e estende-se até F. 115 V, ocupando de F. 126 a F. 234 a exemplificação com vários livros de um mercador de lã e seda (estão em branco as folhas a que são atribuídos os números 116 a 125, assim como as últimas sete do volume).

Relação das «Obrigações principaes dos Merdores (sic) que vendem por miudo» ocupa F. 235 a F. 236 V.

Entre F. 237 e F. 345 encontra-se «Treceiro Exemplo da Escritura dobrada applicado ao Comercio Interior».

Umas «Reflecções sobre a Escritura dobrada dirigidas á mayor inteligencia desta Arte» occupam de F. 345 V a F. 350; neste último fólio começa a ser indicada a «Aplicação da Escritura dobrada aos diversos negocios que se podem offerecer», sendo os «diversos negocios» tomados em consideração «Companhias

Geraes», «Fabricas», «Cazas de Fidalgos e mais pessoas ricas» e «Administrações de negocios alheios».

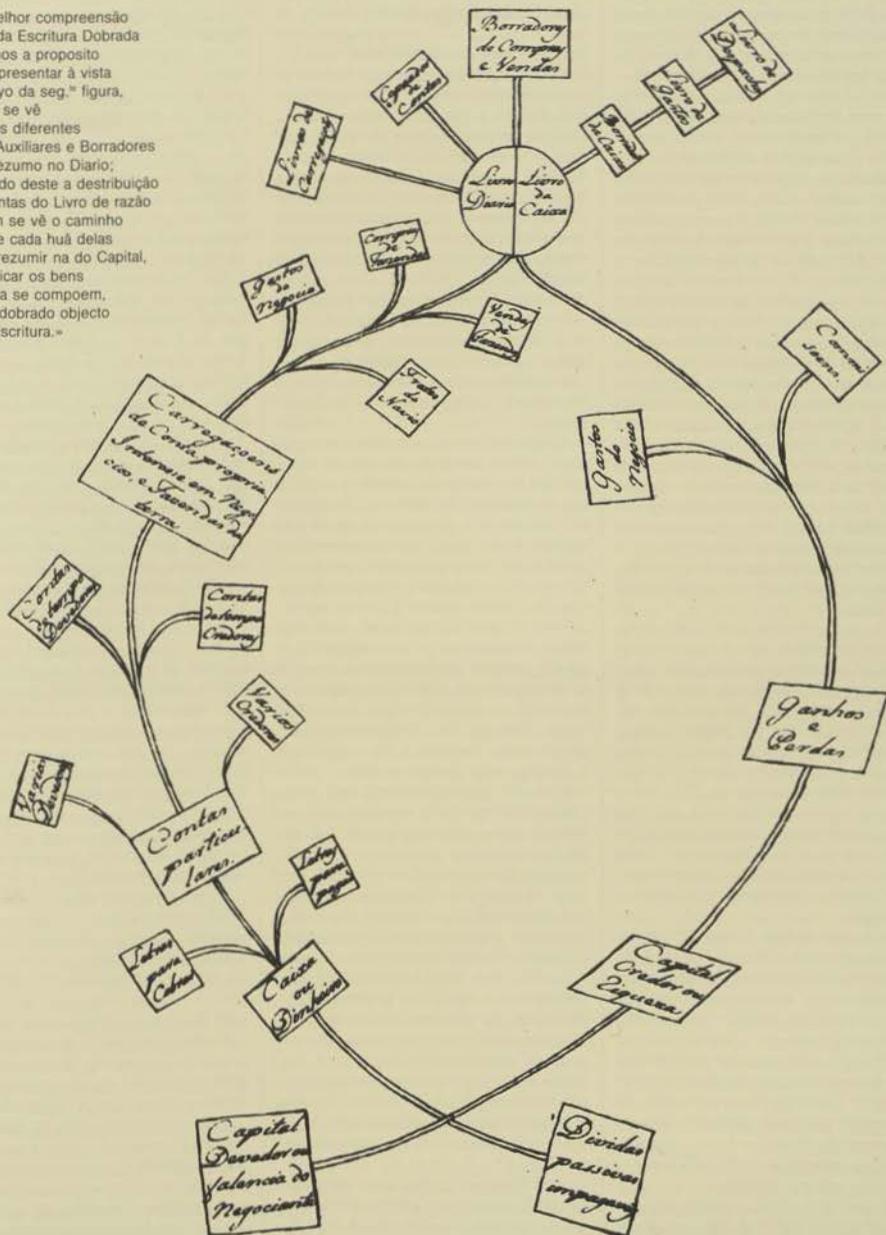
Começa «o quarto Exemplo da Escritura dobrada applicada ao Comercio exterior, em que se fazem apontamentos de alguns Livros sendo só completo o Diario e o Livro de Razão», a F. 355. Esta exemplificação vai até F. 414, constando de 16 cartas comerciais o «Copeador de Cartas» que occupa de F. 382 a F. 385 V.

A F. 415 começam diversos comentários sobre os livros que haviam sido estudados, sendo dedicadas as últimas páginas (F. 418 V a F. 421 V) a um livro que o lente se esquecera de tratar, «hum livro auxiliar, muito essencial em todas as Cazas que vendem fazendas, este he o Livro de preços de cada genero».

Uma consulta, feita subir com data de 13 de Janeiro de 1761 (?), indica quais as matérias versadas em exame que fora levado a cabo: «consistio em perguntas da mais difficultoza Arithmetica, combinações de Cambios, reduções de di-

Escritura em São Pedro de ... Lisboa 16 de Maio de 1762
 Privado de suas boas noticias de da minha entrega de 23 do passado; seu conteúdo
 Uricas e onde para lhe avizar, o ter comprada ao Sr. Caixas de Açucars brancos, que
 em cumprimento de suas ordens tenho carregado por sua conta e risco sobre
 o Navio Elena Cap. Sr. José de Souza, e deve pagar com brevidade, e fôlha e intro-
 garia em virtude do Conflicto nos juratos. Também se enviou a 1760 a factura
 do conto e quatro dias ditos Sr. Caixas comprando 9.563 1/2 e fôlha seu valor
 aborracome sua fôlha; a qual seria debitar da quantia de 6.127 1/2 e fôlha hoje he
 cada sobre 2700 por saldo da mesma conta a sua e a N.º 87, e anexo:
 * 5000 } a ordem de Pedro e Bonifacio valor dallas
 * 1000 }
 * 4000 } a ordem de Gildonaster e fôlha valor dallas
 * 2317 281 }
 * 15317 281 } a ordem de sua Carteira de que 1750 em latim fôlha promissalmente, e por
 do N.º do Passo Carreira sobre sua dita fôlha, e dispendio a execução de dita fôlha
 bre os Sr. João Rodrigues de ...
 London 1761 de ... Cadix 2380 ...
 Londres 1761 de ... Madrid 2400 ...
 ... 758
 ... 758
 ... 168

Para melhor compreensão do fim da Escritura Dobrada - achamos a propósito de o representar à vista por meyo da seg.^{ta} figura, na qual se vê como os diferentes Livros Auxiliares e Borradores vão a rezumo no Diário; e sahindo deste à distribuição das Contas do Livro de razão também se vê o caminho q̄ segue cada huá delas até se resumir na do Capital, ou explicar os bens de q'ella se compoem, q̄ he o dobrado objecto desta Escritura.»



nheiros, e ainda dos principios de Geometria para as medições dos volumes, sendo, tudo tirado por sorte, e respondido no mesmo Papel, em que fôra escripta a pergunta». Pode portanto concluir-se que, á data do referido exame, haviam sido estudadas, pelo menos, as matérias constantes até F. 62 V das «Lições». O panegirico de que se fez longa transcrição alguns parágrafos atrás permite admitir que o lente Sousa não terá chegado a abordar a «Arte de Escritura dobrada» (ou não terá versado esta matéria de modo completo). Associando a este facto o de que Everard Martins refere constar o exemplar que consultou de duas partes, a primeira dedicada á Aritmética e a segunda á Geometria (o que mal corresponderá a cerca de um quinto do exemplar a que aqui é feita referência) e mesmo considerando que as datas dos exemplos aduzidos ao longo da postila não permitem conclusões muito seguros, admite-se alguma probabilidade ás duas hipóteses seguintes: o exemplar das «Lições» existentes na Escola Veiga Beirão inclui mais matérias que o compulsado por Everard Martins; a «Arte da Escritura dobrada» terá sido explicada principal ou exclusivamente pelo lente Sales.

Uma tardia referência, de 1790, revela-nos a existência de um outro instrumento de trabalho produzido pelo laborioso lente que Sousa terá sido: «João Henriques de Souza sendo Lente da Aula do Commercio fez huma Taboada de redução das moedas das 36 Praças cambistas da Junta, praticante-se como mérito muito ponderável o facto de «concorrer neles a circumstancia da formosura da letra».

Na consulta de Janeiro de 1761 a que acima foi feita referência, tendo em vista a escolha de quatro praticantes para a Contadoria da Junta, aponta-se como mérito muito ponderável o facto de «concorrer neles a circumstancia da formosura da letra».

Nesta oportunidade é feita também «a creação de outra Aula para o ensino da Língua Franceza», ensino tendente a um aperfeiçoamento da preparação dos alistas; a nova Aula poderia «ter exercicio nas horas da tarde, que ficam livres (...) e aprendidos os primeiros elementos, pôde ser a prática da mesma Aula Franceza, nas materias pertencentes á do Commercio, para que facilitando-se juntamente a intelligencia, e uzo daquella Língua, se não perca, nem esse mesmo tempo dos actuaes Estudos».

Efectuou-se a abertura desta Aula em 18 de Maio de 1761 (*) e sabemos já da efemeridade da sua existência, uma vez

que se deduzem dos mesmos principios: Elle Sup.^o tem grande desejo de fazer imprimir a substancia das mesmas lições; Sendo animado á esta empreza, pela reflectão, e larga experiencia de que a escrita material das referidas lições occupa a mayor e a mais preciosa parte do tempo, que aliás se deveria empregar nas sobreditas explicações verbaes, exemplos escriptivos, pontos e conclusões, com muito mayor utilidade dos Alumnos; especialmente depois que o numero extraordinario delles faz, á estes ultimos respeitoos, indispensavelmente preciso hum muito mayor espaço de tempo, que há de dilatar consideravelmente a duração de cada curso; ou que há necessariamente de obrigar, á que se abreviem as mesmas doutrinas, para poder conformar-se ao termo de cada curso, que está limitado á tres annos.»

Originou este requerimento uma consulta, datada de 14 de Janeiro de 1768, em que se refere que «Sales, Lente actual da Aula do Commercio (...) havendo (...) composto, e ordenado as lições da referida Aula», pedia que a Junta não só autorizasse como pagasse a impressão. São expostas as vantagens da impressão da postila: «quanto á licença de imprimir a Postila, não somente hé livre de toda a dúvida, mas hé de manifesta utilidade no Reino, porque se evita a perda do tempo que na Aula do Commercio se consome em escrever o que se vay dictando; Demora-se o círculo das Aberturas da Aula: Nega-se a instrucção dos Auzentes, que dezejão aprender, e não tem livro Portuguez, capaz de lhes dar as Lições: E acha-se o do Suplicante tão provado pelas suas produções, que não admite hesitação sobre o seu merecimento». E a consulta termina por uma série de propostas, submetidas á resolução régia (que não chegou a ser dada): que fosse autorizada a edição da postila «dictada no primeiro Curso da mesma Aula» (**); que fosse aprovada por dois deputados da Junta; que a despesa fosse effectuada por conta do donativo dos 4%; que, deixados «para a Junta aquelles Jógos que ella arbitrar», ficassem os restantes para o autor, «em remuneração dos seus bons serviços, a que a Junta se considera obrigada, em satisfação da diligencia e trabalho do mesmo suplicante» (**).

Não chegou a postila a ser impressa. Noção sumária de parte das materias que nela estariam contidas pode ser-nos facultada por um texto respeitante ao 3.^o

que foi extinta em 1765. Atente-se no carácter público desta Aula e no facto de ela se não destinar unicamente ao ensino do Francés; de facto, o respectivo lente, Carlos Garnier, fora contratado «não somente para o ensino da referida lingua aos discipulos admitidos na Aula do Commercio, e as mais pessoas, que se quizerem aproveitar destas gratuitas lições; mas tambem para que concorrentemente sejaõ instruidos nos elementos da Geographia, como sciencia summamente necessaria aos homens de negocio». (**)

Confrontando esta passagem com aquella das «Recordações» em que Raton celebra as vantagens da instituição da Aula e se refere á sua própria actuação quando fora deputado da Junta, verifica-se que, tal como o do Francés, o ensino da Geografia já existira mas tambem fora, depois, abandonado:

«Foi tão util o estabelecimento da Aula do commercio, e aproveitou tanto á Nação, pelos alumnos que della tem sahido, que não só as Contadorias da Real Fazenda, tanto no Reino, como nas colonias, se tem servido delles, mas até os escritorios dos negociantes; devendo-se-lhe igualmente a generalisação da boa letra que o Governo recomendava muito, e a da lingua Franceza, pois que o mesmo Governo lhe tinha ajuntado hum mestre de francez. Faltando-lhe com tudo o ensino da Geographia, talvez mais necessario; e para suprir esta falta, e inspirar nos alumnos o desejo de a estudarem, hé que eu, quando entrei na Real Junta do Commercio, propuz áquelle Tribunal que se mandassem vir de Inglaterra huma colleccção de Mapps geographicos, e sendo accete a minha proposta, os mandei vir, preparar e collocar nas paredes da dita Aula». (**)

Entre Julho de 1763 e Dezembro de 1766 ministra Sales o 2.^o curso. Para os alistas deste ou do anterior elaborou uns «Problemas Para a Primeira Classe da Aula do Commercio» (**). E foi certamente durante este curso que preparou para publicação as lições que ia dictando. São ponderáveis e esclarecedoras quanto ao tipo de ensino praticado as razões que invoca no requerimento em que pede seja effectuada a impressão:

«Diz Alberto Jaquéri de Sales, que havendo composto, com grande trabalho, as lições que actualmente se dictão na Aula do Commercio; e que constão dos principios elementares, que formão a baze das explicações verbaes, e dos muitos e varios exemplos illustrativos,

curso: «A materia deste exame final do terceiro curso — da Aula do Commercio, se compoem dos varios estudos, que se tem successivamente tratado desde o ultimo exame publico. — Constaõ estas Lições da Geometria pratica nos seus objectos de Longimetria, Planimetria, Stereometria e Trigonometria: Dos preceitos, regras e explicações da escritura dobrada. Das condições essenciaes, ajustes, balanços e liquidação de sociedades mercantiz: Da Historia geral do Commercio, seguida da explicação dos outro ramos geraes em que se divide o mesmo Commercio, e que são a Agricultura, as artes liberaes e illiberaes, a Pesca, a Navegação, os Seguros, os Cambios e as Colonias: Dos preceitos geraes para o acerto dos Negociantes: Da natureza e obrigações dos contratos, compras e vendas: Das carregações, commissosens e corretagens: Da origem, natureza e efeitos das moedas. Dos arbitrios de Cambio: Da pratica, protestos e recambios das Letras: Das cartas de fretamento e das obrigações de Mestres de Navios: Dos fretes naufragios e avarias: Da origem e natureza das finanças mercantiz chamadas Del Credere: Dos Bancos, agios e feiras principaes da Europa: Finalmente dos usos, costumes e estilos praticos de Commercio, illustrados e corroborados com as Leis positivas das Nações da Europa, sobre a mayor parte destes pontos (...).»⁽¹⁸⁾

Satisfatória discriminação dos assuntos que o lente abordaria no decurso do primeiro ano encontra-se em texto que complementa o anterior e que, muito provavelmente, respeita também ao 3.º curso: «O exame publico dos estudos, feitos no primeiro anno de cada Curso da Aula do Commercio, hé o objecto deste acto; ordenado como o verdadeiro meyo de sustentar os direitos da emulação, e de affiançar a recompensa dos Benemeritos, na accrediteda presença do mais illustre PROTECTOR, e da mais autorisada Assemblêa.

Constaõ estes estudos dos principios fundamentaes das Mathematicas em geral, e da Arithmetica numerica e litteral em particular; que hé a primeira parte das Mathematicas, a baze de todo o Calculo; e o meyo com que se opera determinadamente sobre todos os objectos da Quantidade. A estes principios, e à lição das quatro regras elementares, se têm seguido a elevação às potencias, e a extracção das raizes, quadrada, cubica, e outras superiores; com amplas expli-

ensinado a natureza, as propriedades, e os sinais algebraicos, com os quaes ellas se distinguem.

Estes principios, e as applicações que delles se deduzem, assim para o trato Mercantil, como para todos os mais Objectos, sujeitos à Ley do calculo, fórmaõ a materia do presente exame dos Alumnos desta Aula, cujo número extraordinario só podia ser excedido pella vastidão do sumptuoso Edifício, em que hoje se celebra este acto, consagrado a dedicatória do Monumento o mais autentico, e o mais permanente da Munificencia do mais AUGUSTO MONARCA, e das sabias direções do seu incomparavel Ministerio. Dice.»⁽¹⁹⁾

Quanto às noções básicas de Comércio, temos noção perfeita de como seria a postila cuja publicação se intentava. Consta esta matéria de um Códice da Biblioteca da Universidade de Coimbra em que estão copiadas vinte e quatro lições⁽²⁰⁾. O códice é constituído por 221 folhas, numeradas só na frente, e nele as lições occupam 385 fólhos, sendo mais três occupados pelo índice e 53 por um indice por assuntos que é um tanto mais do que isso, sendo já como que esboço de um dicionário mercantil.

São os seguintes os temas de cada uma das vinte e quatro lições:

«Definição do Commercio sua origem progressos e utilidades»; «Da Agricultura»; «Das Artes Mecanicas, ou das Manufacturas»; «Das Pescarias»; «Das Artes Liberaes»; «Da Navegação»; «Dos Seguros»; «Do Cambio»; «Das Colónias»; «Dos preceitos geraes para o acerto dos Comerciantes»; «Das obrigações dos aprendizes do Commercio, e da boa ordem dos Escriptórios»; «Das Compras, Vendas, e Cobranças»; «Das Carregações»; «Das Commissosens»; «Dos Corretores Corretagens do Aluguer de Armazens, e outras despezas mercantis»; «Dos dinheiros, e moedas»; «Do Commercio, e arbitrio de Cambios»; «Da pratica das Letras de Cambios»; «Dos Protestos de Cambios, e estilos q se observaõ no cazo de falirem alguns dos nomeados, em huã Letra de Cambio»; «Do Commercio marítimo, fretes, e obrigações dos Carregadores, Capitães, e Donnos»; «Das Avarias»; «Do Delcredere»; «Dos Bancos, e Agios»; «Das Feiras».

Atente-se em que estes títulos nada têm a ver com tempos lectivos, correspondem a rubricas programáticas, cada lição é (relive-se-me o risco de anacronismo) uma unidade didáctica e não a

cações sobre esta materia, e sobre a lição dos quebrados vulgares e decimales, e dos Logarithmos, parto estimavel da invenção dos homens.

E como baze fundamental do calculo comparativo, se têm successiva, e muito largamente tratado das Proporções e Progressos Arithmeticas e geometricas, demonstrando-se que todas as operações analyticas ou de resolução dependem de hua ou outra destas duas especies de proporções; cujo conhecimento hê, por este motivo absolutamente indispensavel, sendo bem certo, que a doutrina das proporções, quando se contempla a sua utilidade, hê de tanta importancia, que se pôde dizer, que toda a sciencia do calculo numerico e litteral se funda nesta doutrina. E quando se olha para a sua extensão, ellas comprehendem todas as partes da Mathematica pura e mixta, a Physica, e todas as mais Sciencias naturaes, de modo à fórma dellas todas huã só arte; por que a proporção se estende a todas as cousas creadas; por huã tal sorte que, na ordem da Natureza, poucas são as questoens, que não pendaõ da mesma doutrina.

Nestas duas especies de proporção, ou de relação, na Comparação de Grandezas huas com outras, se fundaõ com effeito, toda a Analyse algebraica, e as diferentes regras Arithmeticas, vulgar-gam;⁽²¹⁾ chamadas regras de tres; de Companhia; de Rateyo; de falsa Posição; de Preço commum; de Lotação; de liga e affinação do Ouro e da prata; de Juro simple e Composto; de Commisão; Premios, Corretagens, Taras, Agios, e Quebras; de Ribates; Descontos; Combinações, e outras varias, de todas as quaes se têm dado as explicações necessarias, e muito numerosas applicações praticas; acompanhadas de muitas reflexosens particulares sobre o Commercio; e de utilissimas taboadas para se facilitar o calculo de compras e vendas, ou rebates e desempenhos de dividas, juros, e vendas publicas e particulares: Como tambem para se determinar, segundo o preço do juro, o valor actual em dinheiro de contado; de Bens, de raiz, Foros, Pensoens, Tenças, Consignações, Emphyteosis, e Afforamentos em Vidas ou perpetuos; com varias regras hydrostaticas e sobre a gravidade especifica dos Corpos. Redusindo-se assim todas as operações do calculo a hum Sistema geral, simple, e unico de Composição, e de Resolução, em que se opera igualmente sobre as Quantidades positivas e Negativas, das quaes se têm

Noticia Geral
do
Commercio
Composta em Lisboa
Pelo
Senhor da mesma Aula
Alberto Jaquery de Salles
Ao
Anno de 1789

matéria a versar em uma só aula. Veja-se como exemplos significativos: a lição «Dos Seguros» ocupa 59 fólhos, enquanto que 2 não chega a preencher a intitulada «Das Artes Liberaes».

Tive oportunidade de consultar algumas outras postilas.

Versão resumida, incompleta e tremendamente desordenada existe na Biblioteca Nacional, distribuída pelos códices n.º 2272 e 2273 do Fundo Geral dos Reservados. Os exemplos utilizados na explicação das matérias são normalmente os mesmos mas a divergência nas datas permite supor que, enquanto a cópia de Coimbra será de postila do 2.º curso, estes apontamentos terão sido tomados no decorrer do 3.º curso; deverá este documento ser o que resta de algumas daquelas postilas que, como sabemos pelas «Determinações particulares, para o governo económico da Aula do Commercio», de 27 de Julho de 1767, os praticantes deviam manter em dia (19).

Ao 7.º curso respeitam os textos de postilas cuja consulta me foi gentilmente facultada pelos seus detentores, o Senhor Professor Nuno Espinosa Gomes da Silva e o Senhor Dr. José Luis Cardoso (20). Ambas incluem, entre as lições 17 e 18 e tal como as postilas a seguir mencionadas, uma «Taboada» de câmbios e ambas não apresentam diferenças significativas em relação às anteriores. A postila pertencente ao Senhor Doutor Gomes da Silva está acompanhada de três pequenos cadernos, cada um deles contendo algumas dezenas de perguntas; um é sobre a lição 7 («Dos Seguros»), outro sobre a lição 18 («Pratica das Letras de Cambio»), outro ainda incide sobre matéria diversa, a «Escritura Dobrada» (destaque-se a menção feita à «Lição Segunda»: «Não se trata desta lição por não ter burrador a nossa Escrituração»); a outra postila mencionada inclui também, de páginas 249 a 264, «a recopilação desta Obra»: «Perguntas, e Respostas sobre a Noticia Geral do Commercio».

Pertencerá ao 8.º curso a que constitui o códice 11260 do Fundo Geral dos Reservados da Biblioteca Nacional e está mais próxima do final do século, pertencendo, provavelmente, ao 10.º curso, um exemplar existente na Biblioteca do Ateu Comercial de Lisboa (21); esta apresenta, a partir da lição 17, reformulações e acrescentos significativos, havendo a registar, nas lições anteriores, somente correções formais ou alterações de pormenor.

O último exemplar consultado da «Notícia Geral do Commercio» constitui o códice 7010 do Fundo Geral dos Reservados da Biblioteca Nacional e é datável pela indicação seguinte, que se segue ao texto: «Fim da Notícia Geral do Commercio em 27 de Julho de 1810» (trata-se, sem dúvida, de matéria leccionada no 2.º ano iniciado em 6 de Novembro de 1809).

Outro instrumento de trabalho posto ao dispor dos alistas graças a labor de Sales e dispêndio da Junta foi um dicionário de Comércio. (2º) Trata-se de tradução (e de adaptação e resumo) efectuada pelo lente do dicionário de Savary des Bruslons. Pelo artigo dedicado à Aula do Comércio se verifica que a versão de Sales do dicionário de Savary já estava sendo elaborada entre 1761 e 1765 (anos de criação e extinção da Aula da Língua Francesa). De facto, dentro deste período se situa o dispêndio de 1094\$000 na «Tradução dos Dicionários do Commercio», importância paga, em data anterior a 11 de Fevereiro de 1762, (2º) «a Alberto Jacqueri de Salles encarregado desta traducção». Se o dicionário, mais do que provavelmente, já estava sendo elaborado no início de 1762, não é fácil saber quando as suas últimas entradas poderão ter sido consultadas pelos estudantes: ainda com data de 10 de Julho de 1780 se effectua um lançamento de 1384\$620 «Pela importância da remuneração que se deo a Alberto Jacqueri de Salles, pela Tradução do Dicionário do Commercio, cuja despesa se fez em utilidade dos Estudos da (...) Aula» (24).

Outro códice da Universidade de Coimbra, o n.º 2965, é também valiosíssimo elemento na elucidação do ensino praticado na Aula.

É constituído por 50 folhas, numeradas unicamente na frente, compreendendo as sete seguintes lições: «Da Escrita dobrada, em geral» (F. 1 a 3); «Do Livro chamado Borrador» (F. 3 a 5 V); «Do Livro chamado Diário» (F. 5 V a 13); «Do Livro chamado Livro de Razoão» (F. 13 a 28); «Dos Livros chamados Auxiliares» (F. 28 a 34); «Dos Balanços» (F. 34 a 45); «Da exemplificação q se hade seguir da Escrita Dobrada» (F. 45 a 50).

As datas atribuídas aos exemplos utilizados são quase todas de 1772 (cfr. F. 4, 4 V, 5, 7, 8, 9, 36, 43 e 50), embora algumas o sejam de Março e Abril de 1797 (cfr. F. 37 V, 38 V, 39, 41, 43 V e 44). Permitir-nos-á isto supor que este

Início da recopilação da matéria contida na postila do 7.º curso oferecida pelo Senhor Dr. José Luis Cardoso à Biblioteca do Instituto Superior de Economia

249

Perguntas e respostas Sobre a Notícia Geral do Commercio

P. Que se entende pela palavra Commercio?

R. Entende-se em sentido generico a communicacão que ha entre os homens das produccoes da natureza, e da industria.

P. Em quantos ramos se divide a produccão da natureza?

R. Em tres ramos generaes chamados Reynos, a saber: o Reyno vegetal, q comprehende tudo o que produzem as plantas: O Reyno animal, que comprehende todos os animaes, e o Reyno mineral, que comprehende todos os metaes, e mineraes, pedras preciosas, ou primarias

Pergunta: de quantas especies são as produccoes da industria?

R. De duas especies, ha as obras creadas à imitacão da natureza, como a Pintura, a Escultura, e outras produccoes de Artes Liberaes: Outra especie he das mesmas produccoes da natureza mudadas de forma, ou aperfeicadas p meio das Artes mecanicas, como o farras de seda, as obras de ferro, e toda a sorte de manufacturas.

P

L

breve tratado de Contabilidade seja cópia da postila ditada no 10.º curso, demasiado fielmente se mantendo os exemplos empregues, provavelmente, no decorrer do 4.º curso.

A análise cuidada das datas dos exemplos poderia contribuir para avaliar a detenção com que eram abordadas as matérias das diversões «lições». Todavia, tal tarefa não se antolha nada fácil, dado que as datas, além da divergência apontada, apresentam outras que poderiam sugerir que as matérias eram abordadas por ordem diferente da indicada na sucessão das lições.

No que respeita a matérias leccionadas e à ordem por que o eram e a terminar a referência a este código, registre-se uma indicação avulsa que, a F. 45 V, ele fornece: iniciando a lição 7.ª refere que «trataremos em outro Lugar, das Suçied.^{as} mercantins».

E, na sequência de indicações avulsas a respeito de matérias, anotemos mais as seguintes, respigadas das anotações marginais respeitantes aos matriculados no 9.º curso: um deles «Frequentou som.^a athe as operações dos Complexos, e não continuou mais»; outro «Frequentou as Lições do primeiro anno nas quaes foi reprovado; porem não obstante isso passou a frequentar as dos seg.^a anno p.^a ordem do Tribunal de 5 de Junho de 1792: som.^a chegou a Licaõ dos arbitrios de Cambio; não estudou nada da Escripura Dobrada pq^a se deo depois»; outro ainda «Frequentou as Lições do primeiro anno athe a extracção da Rais quadrada, e não continuou mais por cauza da molestia de peito» (28). No 10.º curso houve um aluno que frequentou «athe as Lições da Escripura Dobrada, menos os Livros» (29).

Reservo para o final desta resenha de manuscritos esclarecedores do ensino ministrado na Aula do Comércio um conjunto de fragmentos de postillas do 4.º curso que, embora tremendamente truncado, não deixa de ser precioso (30).

Constam estas incompletas postillas de: «um Caderno 1.º de Paulo Roiz da Conceição» em que estão copiadas a oração de abertura do 4.º curso, umas «Actas para o quarto Curso da Aula do Commercio» e as lições 1 a 6 de Aritmética; um «Caderno 3.º» também com algumas lições de Aritmética (o final da 11, as 12 a 14, parte da 15); caderno contendo parte da lição introdutória da notícia geral do comércio; uns «2.º caderno – Letra B» e «3.º Caderno – Letra C», acompanhados de algumas folhas soltas, que contêm,

com lacunas, as lições 1 a 6 de Contabilidade (só está completa a lição 5).

A oração de abertura do 4.º curso é dos mais conhecidos documentos respeitantes à Aula do Comércio (cfr. n.º 110), o fragmento da notícia geral não diverge dos diversos textos conhecidos e o da matéria contabilística, respeitando ao 4.º curso, nada acrescenta ao código acima mencionado da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Mas já as lições de Aritmética têm o maior interesse. Para o largo período que medeia entre a docência de João Henrique de Sousa e a adopção do compêndio de Bezout, elas vêm em alguma medida complementar o nosso fragmentário conhecimento do ensino praticado nesse domínio. Permite também cotejar o ensino de Sousa com o de Sales, bastante mais ambicioso o deste, procurando enquadrar e fundamentar as noções que ministra e, também, introduzindo noções de Álgebra («cujos principios meramente elementares, me determinei a introduzir nesta postilla»).

Todavia, é às «Actas» que me parece ser de atribuir mais importância. Adiante se fará o cotejo delas com as «Determinações particulares (...)» de 1767, pois são documentos de muito aproximada finalidade. O que nelas há de mais relevante é o seu capítulo 9.º, umas das raras menções que encontrei (31) da importância da Língua Portuguesa na formação dos aullistas: «Os Praticantes observarão nas suas postillas e em outros quaisquer papeis a porrissima e verdadeira orthographia da Língua Portuguesa, com q^a se achão escritas as Leis do Reino e os Livros dos milhores autores — p.^a o que os ditos Praticantes farão hum Estudo particular da Língua Protugueza na forma do Alvará de 30 de Setembr.^a de 1770 ultimo; uzando da Arté moderna e aprovada, do Baxharel Antonio Jozé dos Reis Lovato; na falta do q.^a se fará expecial nota do seu disculdo, em huma materia, q.^a alem da sua bem conhecida utilidade dá a reputação de Litarato a q.^a escreve certo».

Ponderemos que se o texto citado dificilmente garantiria «reputação de Litarato» ao seu autor e se, nele, a ortografia é vítima de rudes arremetidas, tudo isso só acentua a urgência e a bondade das intenções expressas. E, feita esta ponderação, voltemos ao problema da impressão das lições de Comércio e de Contabilidade. Não teve seguimento o que Sales requerera em 1767 ou 1768. Passados anos insiste o lente em que

sejam impressas as suas lições, não sabemos se compreendendo todo o curso se somente algumas partes da matéria: por aviso de 8 de Maio de 1783 (32) a Junta acusa a recepção de um requerimento e uma informação de Alberto de Sales e determina-lhe que «aprezente o tratado que tem proposto», o qual se destinaria a impressão. Mas em 7 de Junho um novo aviso (33) comunica não ter sido aprovado «o methodo da Postilla» apresentado e determina que nas Aulas que começariam em Julho «se ensine, e explique a Arithmetica pela tradução Impreça do Tratado de Bezout: ensinando-se depois a Escripura dobrada, e os mais objectos que se tem ditado nos Trienios antecedentes pela mesma Postilla que se praticava».

A vantagem de ser composta uma postilla que merecesse ser impressa surge também na consulta de 11 de Outubro de 1785 em que a Junta propõe Luís Foucault para lente, quando afirma nele concorrerem «as Luzes, e conhecimentos» necessários «para lhe confiar a composição de huma Postilla que deve imprimirse para facilitar a toda a Nação o methodo das materias q^a se tratam na Aula do Commercio e para poupar o tempo que os Praticantes consomem a Postillar, o qual lhes seria mais proveitozo sendo empregado na explicação das referidas materias (...)» (34).

Todavia, Foucault não aceitou o lugar que lhe era oferecido e foi Sales que, embora já aposentado, ficou encarregado de, no sétimo curso, «dirigir o methodo que deve praticar-se ministrando a Postilla que novamente se hade dictar (...)» (35).

Vimos acima ter a Junta determinado a adopção do compêndio de Bezout. Terá havido, talvez, relutância em cumprir tal determinação, dado que a vemos renovada em aviso de 27 de Outubro de 1790 ao lente Guerner: nele se estabelece «que no primeiro anno do outavo curso, que terá principio no dia 3 de Novembro proximo facturo em logar de Postillas como até agora se praticava, se explique a Arithmetica de Bezout, ficando ao cuidado do lente o exemplificar as Doutrinas all expostas com queoens relativos ao Commercio, como tambem os principios da Algebra, Geometria, Pratica, e Arithmetica politica» (36). Mas, a partir de 1790 e por largos anos, Bezout será autor aprovado para os estudos da Aula.

Quando, em 1791, se cria uma nova Aula em Faro, Aula esta que procurava



reproduzir, no seu funcionamento, a de Lisboa, a portaria da sua criação⁽¹⁾ indica-nos quais as matérias a abordar no 1.º ano e dá-nos o compêndio de Bezout como aprovado na Aula da capital: «Trata-se-há neste primeiro anno da Explicação da Arithmetica; da Algebra, até as Equações do segundo gráu; e dos Elementos de Geometria; tudo pelo Compendio de Monsieur Bezout, que se acha approved nas Aulas desta Capital; ficando ao cuidado do Lente dar os Exemplos necessarios, e relativos ao Commercio, nos lugares proprios, para melhor percepção de cada huma das Regras, que for explicando».

Em 1793, ainda que a titulo provisório, Bezout continua a ter o seu compêndio adoptado. A Junta, pronunciando-se «sobre as Providencias necessárias para a conservação e progressos da Aula do Commercio», pondera ter-se muito preocupado em que fossem elaborados «Compendios proprios para o uzo dos seus Alumnos, evitando, por este modo, o tempo que se perdia em escrever huma Postila nimiamente extensa, e confuza, como se verificou pelo Exame a que procederão os Lentes da Academia do Real Collegio dos Nobres, Francisco

de Borja Garção Stocqueler, e Manuel do Espirito Santo Limpo». A consulta refere ainda que, tendo sido encarregado Stocqueler da «Composição do Compendio relativo aos elementos da Arithmetica Universal, e Politica, e mais principios, que contem as Lições do primeiro anno da mesma Aula» (encargo de que Stocqueler, adianta-se, não chegou a desempenhar-se), fora ordenado «provisionalmente, que se aprendessem as sobreditas Doutrinas pelo Compendio de Bezout, de que ja se tem seguido grande adiantamento aos mesmos Alumnos (...)».⁽²⁾

É nesta consulta que a Junta propõe a passagem do curso a bial e indica quais as matérias a abordar em cada um desses dois anos: «Que o Curso Mercantil seja dividido em duas Aulas, na primeira das quaes se ensinarão por hum Compendio, a Arithmetica, Algebra até ás Equações de segundo Gráu, Arithmetica Politica, e Principios de Geometria Pratica; e na segunda Aula se ensinarão por outro Compendio⁽³⁾, a Noticia Geral do Commercio, Cambios, Reduções de pezos e medidas estrangeiros, e igualmente o Methodo da Escripura dobrada, formalizando-se os livros pelo mesmo

Entre Janeiro e Agosto de 1780 funcionou a Aula no piso nobre do torreão oriental da Praça do Comércio.

Em Agosto foi nestas suas provisórias instalações substituída pela Junta do Comércio.

Pintura de Marcus Cheke dos meados do actual século

modo que se practica nas Cazes do Commercio, segundo a ordem dos Negocios, sem o que não se podem adquirir as ideias necessarias».

O «Essai Statistique» (publicado em 1822) informa-nos: dos dois professores da Aula, «le premier enseigne dans la première année l'arithmétique, l'algèbre et la géométrie de Bezout; le second, dans la seconde année, enseigne l'application du calcul au commerce, et la tenue des livres de commerce à partie double, d'après les leçons de l'ancien professeur Albert Jaquéri de Sales».

Confrontemos estas afirmações de Adrien Balbi com as constantes de ofício de 2 de Dezembro de 1845⁽²⁷⁾ do reitor do Liceu de Lisboa, ao qual fora determinado pelo Ministério do Reino que informasse sobre «quaes são os Compendios adoptados na Secção Commercial do Lyceo Nacional de Lisboa para ensino das Disciplinas desta Escola». Escrevia Francisco Freire de Carvalho: «os Compendios em uzo ha longos annos no primeiro anno da Secção Commercial, são para a Arithmetica, Geometria, e Principios de Algebra, os compostos por Bezout, Compendios pelo que pertencem a Arithmetica e Algebra, de que se fazia tambem uso na Faculdade de Mathematica da Universidade de Coimbra (...) o Compendio das Disciplinas do segundo anno da sobredita Secção Commercial é o bem conhecido Guarda-Livros moderno, usado igualmente d'ha alguns annos e talvez desde tempos mui proximos á creação da Escola»⁽²⁸⁾.

Pelos textos transcritos verificamos como o compêndio de Bezout se manteve briosamente em uso ao longo de mais de meio século. Verificamos também a persistência que as lições de Sales, embora, certamente, com mais ou menos substanciais remodelações, foram merecendo até (a acreditar em Balbi) pelo menos os finais da segunda década do séc. XIX. Mas Freire de Carvalho admite que o «Guarda-Livros Moderno», de Manuel Teixeira Cabral de Mendonça, fosse utilizado «desde tempos mui proximos á creação da Escola». Se a afirmação do geógrafo italiano, sobretudo à data em que o «Essai» foi publicado, já não corresponderia à realidade, a hipótese do reitor do Liceu de Lisboa é manifestamente desmedida; de facto, da obra de Cabral de Mendonça foram publicadas em 1815 e 1816, respectivamente, as primeiras edições dos Tomos I e II⁽²⁹⁾ e, portanto, em tempos já um tanto afastados da época da criação da Escola.

Mas o ensino de Sales vai ainda perdurar no texto de Cabral de Mendonça. É este que afirma ter transcrito «a Postilla denominada Noticia Geral do Commercio»,⁽³⁰⁾ isto é, a primeira parte das lições sobre tal matéria ministradas pelo velho lente suiço (e registre-se que essa transcrição é quase textual).

A apropriação, inconfessada esta, de alheios trabalhos por Cabral de Mendonça, leva a recordar ainda mais dois textos usados na Aula.

Em consulta de 10 de Agosto de 1820 sobre requerimento de José Pedro Coelho Mayer⁽³¹⁾ é referida afirmação deste de que «compoz hum Tractado de Cambios⁽³²⁾ sobre esta Lição, a mais difficil, e scientifica do Commercio, e tam bem tractada, que até foi seguida na mencionada Aula, desde a sua publicação em Junho de 1816, até ao presente (...) Em Outubro de 1816 mandou o Supp.^o imprimir à sua custa a lição dos Juros de Juros ou Compostos (...) o que se dá no fim do 1.^o anno da Aula do Commercio, que até então se achava em manuscrito, o que se publicou em Dezembro do mesmo anno de 1816 (...)».

O «Tractado de Cambios» foi publicado «para uzo dos Estudantes da Real Aula do Commercio»⁽³³⁾ e, a acreditar no seu autor, por eles terá sido efectivamente usado ao menos ao longo de quatro anos. A «lição dos Juros de Juros» é da autoria de Ricardo Frois e constitui o «Suplemento Extraordinario» ao «Negociante Perfeito» editado por Mayer; ao editá-la, não se esqueceu este de denunciar a «forte impostura» de Cabral de Mendonça, que, sem indicação de autoria ou proveniência, a incluíra no seu livro⁽³⁴⁾.

As memórias de Francisco José de Almeida possibilitam pequeno acréscimo ao conhecimento das matérias estudadas na Aula (pelo menos, ao das que o eram no terceiro decénio do século passado). No exame do 1.^o ano deram-lhe «em algebra o problema do *postilhão* a resolver, e em geometria levantar perpendiculares sobre as linhas e sobre o diâmetro». Para o do 2.^o preparou-se especialmente na «pratica de letras e de avarias, assim como seguros e regra conjunta» e as perguntas incidiram sobre: «1.^o Assentos no diario e caixa e modo de fazer uma factura e uma conta corrente; 2.^o Pratica de letras e cambios e praticas de avarias».

Antes de encerrar as referências a matérias estudadas na Aula convirá aflo-

rar o tema das equivalências com as que eram leccionadas noutras Escolas.

São frequentes os casos de individuos que, tendo cursado o 1.º ano da Academia de Marinha, ingressam depois no 2.º ano da Aula do Comércio. A quarta das providências propostas em Setembro de 1802 pelo lente Ricardo Frois⁽¹⁾ revela essa prática como habitual e aponta-lhe os inconvenientes e o modo de os superar: «Ainda que as Materias que expliquei no Anno Lectivo proximo passado estejam em paralelo com as que se ensinão no Primeiro da Academia Real da Marinha, não deverão por isso, como atequi se tem praticado, passar Provimentos para frequentar as Lições do Segundo Anno desta Aula e pertendente algum, por lhe faltarem as applicações mercantis, que lá se deixão de fazer, visto ser outro o objecto dos seus Alumnos. E porém quando algum, sendo primeiro examinado pelos Lentes desta Aula, apesar de o ter sido já pelos da Academia, e por elles approvedo nas Materias do seu Primeiro Anno, se achar habil nas mesmas applicações, e requizi-

tos de escrever com certeza, e perfeição; poderá ser admittido ao Segundo Anno desta Aula». É inevitável o confronto entre esta posição e a proposta da reunião em um só curso, para o estudo dos «Princípios Mathematicos», dos estudantes de Comércio e dos «que se applicão à Fortificação, ou Marinha», proposta apresentada pela Junta em 1823, em época e situação de crise.

No copilador em que estão transcritas as mencionadas providências propostas por Frois é também possível encontrar informação deste, datada de 17 de Agosto de 1803, expendendo parecer favorável à admissão no 2.º ano de um estudante que nas matérias do 1.º ano já se encontrava habilitado pela Universidade; anote-se que seria fácil documentar diversas outras ocorrências de idêntica situação.

(1) Datados de 19/4 e approvedos por alvará de 19/5/1759.

(2) «Ao Senhor João Henriques de Souza Primeiro Professor Publico que foi da Real Aula do Commercio de Lisboa (...)», Biblioteca da Univer-

Registo de matrícula de Manuel José Satrio Salazar no 5.º curso da Aula. Satrio Salazar virá a distinguir-se como calígrafo

Registado da matrícula da Aula do Comercio de Lisboa em 17 de Janeiro de 1780
Satrio
em Maio de 1781.
Se retirou para o Convento das Virgindades.
Satrio

EU *Manuel Jose Satrio* natural de *Lisboa* de idade de *16* annos; filho de *Guatherine Satrio*. *Merce-neiro.* e morador na *Rua dos Aflamos* — **PROMETO**, e me **OBRIGO** a cumprir com todas as obrigações, que estão impostas, e declaradas nos Estatutos da Aula do Commercio, da qual sou nomeado Praticante por Provimento da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios: E tambem me **OBRIGO** a não auzentar-me da mesma Aula, sem a previa licença do Lente della, e sem lhe haver entregado o meu referido Provimento; pena de que não entregando o meu dito Provimento ao mesmo Lente, logo no acto da despedida; Ou auzentando-me da sobredita Aula, de todo, ou por algum tempo, sem lho ter devidamente participado; Se me poderá mandar tirar o dito Provimento, á minha custa, pela deligencia do Officiaes.

Lisboa 28 de Agosto de 1776

Manuel Jose Satrio

tários e surge em carta de 6/9/1790 de Janeiro António Lopes da Silva, existente no maço 1964 da coleção do Reino do Arquivo Histórico Ultramarino e transcrita por Rómulo de Carvalho a pp. 254 a 256 de «Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII», Lisboa, 1979. Poderá admitir-se que esta «Taboada» seja também a que aparece reproduzida em algumas das postilas mencionadas no texto.

⁽¹⁰⁾ «Aula publica da Língua Francesa», a pág. 215 do Dicionário do Comércio de Sales/Savary (Arq. Hist. do Min. das O. Púb.).

⁽¹¹⁾ Luis de Bivar Guerra, a pág. 394 de «Inventário e sequestro da Casa de Aveiro em 1759» (Lisboa, 1952), transcreve carta datada de 7/4/1764 e remetida pelo *abbé* Platel a Garnier, na qual este é designado como professor de Língua Francesa e de Geografia. Refere também Bivar Guerra que Platel espionava em França por conta de Portugal, o mesmo fazendo entre nós Garnier por incumbência do governo francês, tornando esta afirmação plausível que se tenha devido a extinção da Aula de Língua Francesa mais a tortuosas motivações políticas que a «pouca, ou quase nenhuma assistência de Dissipulos (...)».

⁽¹²⁾ Que a iniciativa de Ratton não leve continuidade digna de nota verifica-se, por exemplo, na consulta feita subir pela Junta em 13/10/1825 na qual era ponderado que «Para tirar-se maior vantagem dos Estabelecimentos das Aulas do Commercio de Lisboa, e Porto convinha sujeitar os Discipulos a estudos preparatórios, e crear mellas Cadeiras de Geographia, e Economia Política» (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 159, F. 10).

⁽¹³⁾ A.N.T.T., Real Mesa Censória, n.º 4225. São 66 problemas com as respectivas soluções. Data utilizada no anúncio do problema n.º 63 permite, com pouca segurança, situar cronologicamente a sua elaboração (1762? 1763?). Estes problemas, tal como os constantes da «Prática do Commercio» de Sousa, além de nos elucidarem quanto a preparação dos aluistas, têm ainda valor documental na medida em que, imaginando situações verosímeis, nos informam a respeito de muitos aspectos da vida comercial portuguesa naquela época (tipos de contratos, juro praticados, preços, mercadorias, etc.).

⁽¹⁴⁾ O primeiro ministrado por Sales, presume-se.

⁽¹⁵⁾ O requerimento e o original da consulta encontram-se no maço 2 da JC-10 (Arq. Hist. do Min. das O. Púb.); a consulta está trasladada de F. 195 a F. 196 V do L.º 111 do Cart. da Junta do Com. (A.N.T.T.).

⁽¹⁶⁾ A.N.T.T., Real Mesa Censória, n.º 4227.

⁽¹⁷⁾ Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, CIX/1-10 N.º 26. Devo e agradeço o conhecimento deste texto ao Senhor Dr. José Luis Cardoso. A referência à «vastidão do sumptuoso Edifício, em que hoje se celebra este acto» sugere que fosse recente a instalação nele; dado que a Aula passou a funcionar no edifício da Praça do Comércio a partir 11/1/1769 e que não seria este o único caso em que o primeiro exame do primeiro ano se realizaria decorrido mais de um ano sobre o início do curso, parece provável que este sobre o início do curso, parece provável que este texto respeite ao 3.º curso, começado em 11/6/1767.

⁽¹⁸⁾ Bib. da Univ. de Coimbra, Secção de Manuscritos, cod. 2966.

⁽¹⁹⁾ V. o n.º VIII das «Determinações (...)».

⁽²⁰⁾ Ambas estão encadernadas e ostentam na lombada o título de «Notícia Geral do Commer-

cio». A pertencente ao Senhor Doutor Nuno Espinosa Gomes da Silva tem ao cimo da 1.ª página indicação («N.º 47 Roma») que permite supor nesta este exemplar pertencido a Ascenso Morato Roma, aluista do 7.º curso e futuro lente da Aula. A que pertencerá hoje à Biblioteca do Instituto Superior de Economia (quando a consultei era propriedade do Senhor Dr. José Luis Cardoso, docente do I.S.E., que mencionava oferecê-la à Biblioteca) tem na folha de rosto a indicação seguinte: «Notícia Geral do Commercio composta em Lisboa pelo Lente da mesma Aula Alberto Jaquery de Salles no Anno de 1789». A «Notícia» não foi, de facto, composta tão tardiamente; foi, sem dúvida, lida neste como em muitos outros cursos e tê-lo-á, efectivamente, sido por Sales que, embora aposentado já em 1784, foi encarregado de, neste curso, ministrar «a Postila que novamente se hade dictar».

⁽²¹⁾ Tem a cota 1689. É um volume com 259 folhas escritas e 12 em branco. Quando da encadernação (séc. XIX?) foi-lhe atribuído o título de «Tratado Commercial».

⁽²²⁾ Existe um exemplar deste dicionário no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. O que foi propriedade do falecido investigador e bibliófilo Rodrigo Manuel de Everard Martins encontra-se hoje em poder de seu filho, o Exm.º Senhor Luis Dória de Everard Martins.

⁽²³⁾ A verba indicada consta de uma consulta de 13/3/1763 (Arq. Hist. do Min. das O. Púb., JC-10, maço 1), respeitante às contas da Junta do Comercio, na qual é indicado o dinheiro que devia haver em caixa em 11/2/1762.

⁽²⁴⁾ A.T.C., Erário Régio, Diário 5.º Letra E do Donativo dos 4%, F. 192. Ou se trata de pagamento tardio ou a elaboração do dicionário arrastou-se ao longo de vários anos.

⁽²⁵⁾ Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de registos de matrículas do 9.º curso, F. 1 V, F. 3 V e F. 15, respectivamente.

⁽²⁶⁾ Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º de registos de matrículas do 10.º curso, F. 1 V.

⁽²⁷⁾ Encontra-se depositado em meu poder desde 10/5/1983 e foi oferecido pelo Senhor Doutor Nuno Daupias de Alcochete para o fundo do Arquivo, Biblioteca e Museu do Ensino Commercial. Esta futurível instituição justificou que fosse criada uma comissão (constituída pelo Senhor Prof. Fernando de Jesus, pelo Senhor Dr. José da Silva e pelos mencionados ofertante e depositário) mas parece não ter justificado que lhe fossem concedidos meios mínimos de actuação e condições de sobrevivência.

⁽²⁸⁾ É a outra a exigência de «conhecimentos de Grammatica Portugueza» nos preparatórios para a admissão na Escola de Comércio e Administração Pública que em 1836 foi prevista como integrada num Instituto de Lisboa e substituindo a Aula do Comercio (cfr. n.º 81 do artigo anterior).

⁽²⁹⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 121, F. 141.

⁽³⁰⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 121, F. 153.

⁽³¹⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 123, F. 113 V.

⁽³²⁾ Aviso da Junta ao lente Guerner em 30/7/1787 (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 125, F. 4 V).

⁽³³⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 127, F. 44.

⁽³⁴⁾ Portaria de 6/9/1791 (A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 183, F. 67).

⁽³⁵⁾ Ratton, que propusera a impressão da

postila, refere que os «Lentes da Aula de Marinha», encarregados de «reverem a matéria de cálculo (...) depois de hum anno, responderão à Junta, desaprovarndo todo o calculo; mas ficarão com a obra (...)». O autor das «Recordações» confiaria menos nos méritos dos compêndios de Bezout de que na postila, uma vez que continuou afezrado à ideia de a fazer imprimir: primeiro propondo que o fizesse José Luis da Silva, «actual lente» (nomeado lente substituto em 1790 e efectivo em 1793) e depois tentando fazer a edição por sua conta, para o que lhe não foi concedido o manuscrito.

⁽³⁶⁾ Em 1802 continua a não existir tal compêndio. E o lente Frois procura suprir parcialmente a sua falta solicitando «A impressão da Notícia Geral do Commercio, e Introdução à Escritura Dobrada (...)» para mais facilmente se vencer o Ensino do mesmo Segundo Anno no tempo determinado.

⁽³⁷⁾ Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, L.º 1.º de correspondência do Liceu de Lisboa (1845/1859), F. 3 V.

⁽³⁸⁾ É evidente que na Secção Commercial do Liceu de Lisboa, cuja existência mal excedia um anno, não podia haver compêndios em uso desde «longos annos» e que as referências de Freire de Carvalho respeitam à Aula do Comercio.

⁽³⁹⁾ Incógnito, «Dicionário Bibliográfico Português», T. XVI, pág. 341.

⁽⁴⁰⁾ Afirma-o no prefácio do vol. I e o modo como o justifica (considerara conveniente transcrevê-la «para que aquella parte da mocidade Portugueza, que não pôde frequentar as Reaes Aulas do Commercio, possa utilizar-se das doutrinas que ella encerra») deixa entender que ao menos esta parte do texto composto por Sales continuava, até à sua inclusão em «O Guardalivros Moderno», a ser estudada na Aula. A mesma fidelidade ao texto do velho mestre é afirmada em anúncio publicado na «Gazeta de Lisboa» de 14/10/1823, em que se refere que o 1.º vol. inclui «os estilos Mercantils mais geralmente seguidos (sobre as diferentes especulações de Commercio) tanto na Praça de Lisboa, como nas principaes Praças da Europa, conforme os descreve o manuscrito intitulado: *Notícia Geral do Commercio*, composto e ordenado para servir de compêndio aos Estudantes da Real Academia do Commercio de Lisboa pelo seu primeiro Lente Alberto Zacharias de Sales, o qual manuscrito se transcreve fielmente nesta obra», (registre-se que menos fiel foi a indicação do nome do antigo lente bem como a ignorância da docência do seu antecessor).

⁽⁴¹⁾ A.N.T.T., Cart. da Junta do Com., L.º 148, F. 18 V.

⁽⁴²⁾ B.N., J. 1266 B.

⁽⁴³⁾ A.N.T.T., Real Mesa Censória, requerimento de José Pedro Coelho Mayer de 3/7/1816. Este requerimento foi indeferido e nele Mayer apresentava-se como vítima de plágio por parte de Manuel Luis da Veiga. De facto, a «Escola Mercantil (...)» de Veiga, a pág. 212 a 242 da sua 2.ª edição, traslada fidelissimamente o conteúdo de pág. 5 a 59 do «Tractado de Cambios».

⁽⁴⁴⁾ De facto, o «Appendice sobre o calculo dos juro compostos» (de pág. 226 a 251 da ed. de 1816 do T. II) é rigorosamente idêntico ao texto por Mayer publicado sob o nome de Frois.

⁽⁴⁵⁾ Determinações propostas pelo lente Ricardo Frois em 4/5 e 23/9/1802 (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, Copiador (1801/1804).

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO BATALHÃO DE SAPADORES BOMBEIROS

Falar dos bombeiros como dos soldados da paz parece-nos não dar relevo à sua acção que é, sem dúvida, a de valerosos combatentes contra perigos muito reais.

Os que arriscam a vida pelo bem do próximo no combate aos fogos que surgem nas cidades ou nos campos, umas vezes por motivos acidentais outras por maldosa intervenção humana e onde a sua fascinante ocupação se desdobra quase sempre em feitos de valor, constanciam em si, com efeito, a mais nobre forma de heroísmo autêntico.

De facto, quem combate o mal que é um incêndio com destruição de valores e procura salvar as vidas humanas em perigo de morte merece mais do que a história dos seus feitos mas a exaltação da virtude que os tornou possíveis.

Desde sempre se encontraram em Portugal homens esforçados que correram em socorro do seu semelhante quando este viu a sua vida e os seus bens em perigo.

Na verdade, as efemérides conhecidas que assinalam a acção valorosa daqueles que por devoção ou obrigação se dedicaram a essa tarefa vem desde o século XIV pois a mais antiga providência sobre o assunto data de 1395 e é um despacho régio de D. João I. Assim se lê na obra de Ferreira de Andrade «Lisboa e o seu serviço de incêndios» fundamental para o seu estudo e de que constantemente nos socorremos para a elaboração do presente trabalho.

Periodicamente desde o fim do século XIV alguma coisa foi feito no sentido de minorar as dificuldades para combater os incêndios frequentes em tempos antigos, mas não menos do que nos nossos dias.

Assim nos duzentos anos que se seguiram ao despacho de 1395 mais do que a preocupação de combater incêndios houve a de procurar evitá-los, proibindo a existência de fábricas de pólvora e fornos de cal na área da cidade e de quanto pudesse dar origem a incêndios.

De facto, somente em 1646 se come-

ça a equipar aqueles que inicialmente se voluntariavam para combater incêndios com o material necessário ao seu ataque com êxito.

Nesse mesmo ano se providenciava também para que os que normalmente combatiam os incêndios passassem a receber um salário conveniente para estarem na «obrigação deste trabalho».

Assinalam os historiadores deste assunto que houve dificuldade em contrariar a existência das fábricas de pólvora e dos fornos de cal na área da cidade pela ganância dos seus proprietários. Este objectivo só foi alcançado no final do século xvii.

Outras medidas conducentes à maior eficiência do serviço de incêndios foram decretadas no decorrer desse século, nomeadamente as que resultaram das consultas do Senado de Lisboa de 5 de Dezembro de 1685 e 21 de Maio de 1688, que estabelecem normas sobre a disciplina do pessoal e dos depositários dos apetrechos necessários para acudir aos incêndios.

Vários decretos reais procuraram dar satisfação às reclamações apresentadas pelo Senado da Câmara ou por algum dos seus vereadores nomeadamente a do Vereador Diogo da Cunha Sotto Mayor a quem o Rei dá poderes para resolver problemas «ligados a prisão dos capatazes do tripo por não terem acudido a um fogo na casa do linho» e para nesta matéria «obrar o que lhe parecer mais conveniente ao bem comum».

Nos finais do século xvii tiveram lugar em Lisboa alguns grandes incêndios. Citem-se em particular o do Mosteiro da Santíssima Trindade que se prolongou por três dias e o do Convento de S. Francisco.

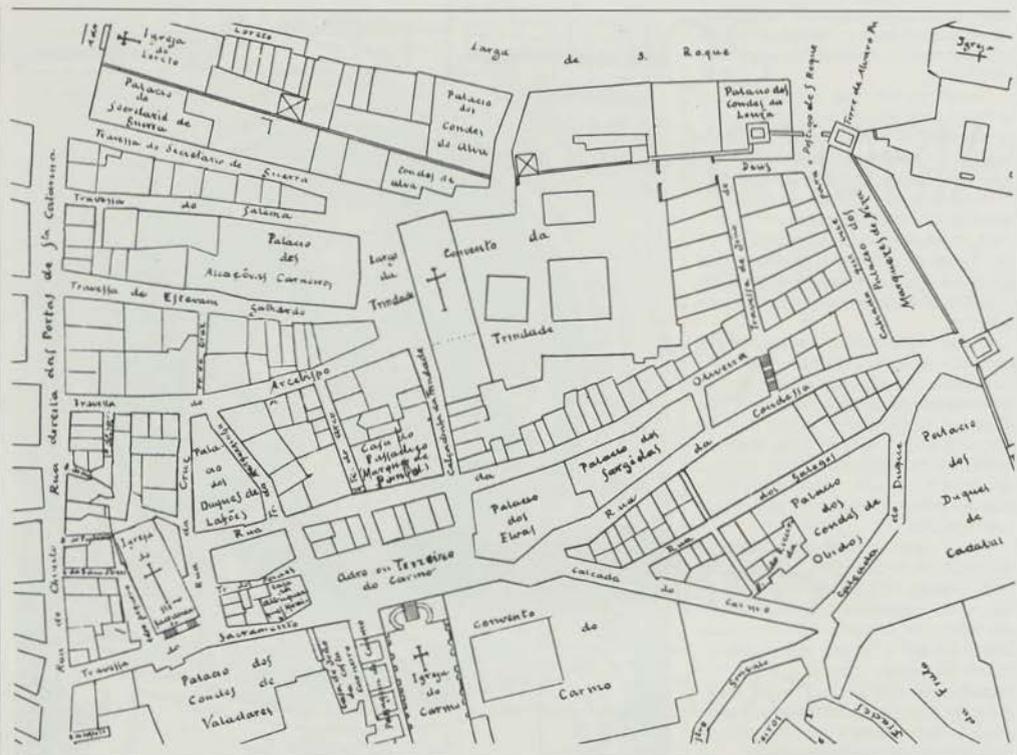
Este incêndio parece ter sido provocado por um foguete, o que levou o Rei (D. Pedro II) a recomendar ao Senado da Câmara em 1692 «que procurasse contrariar o mau hábito da rapaziada infrene de deitar foguetes que «só servem para espantar as bestas» e dar origem a incêndios. Três anos depois era publicada uma lei que expressamente proibia em festas o lançamento de foguetes e o uso de pólvora pelos riscos que comportava e o perigo de incêndios.

De 1714 a 1748 o serviço de extinção de incêndios em Lisboa é melhorado por várias formas com a publicação de novas disposições e pela compra em Inglaterra de moderno (para a época) material para combater os incêndios.

Aluda-se em primeiro lugar as medi-



A D. João I pertence a mais antiga providência relativa ao combate dos incêndios, tomada no ano de 1395



Localização do Convento da Trindade, que sofreu violento incêndio nos finais do séc. XVII.
 O Largo da Trindade, indicado na planta, corresponde aproximadamente à actual Rua da Trindade.
 No local do Palácio dos Condes de Alva ergue-se hoje o Teatro da Trindade.
 Planta de Jesuino A. Ganhado publicada em «O Carmo e a Trindade» da autoria de Gustavo de Matos Sequeira, representando o traçado urbanístico anterior ao terramoto de 1755

das publicadas no ano de 1714 pelo Senado da Câmara a fim de evitar a propagação de fogos por falta de socorros rápidos no local em que ocorrerem.

É assim decretado um esboço de instalação de serviços em três bairros: um no Bairro Alto, outro em Alfama e outro no Centro da Cidade. Cada um destes serviços dispõe de duas bombas e quatro escadas de diversas dimensões.

Apesar destas providências a cidade continuava a ser afligida de constantes incêndios o que levou o Senado da Câmara a adquirir novamente em Inglaterra quatro bombas-tanques que no dizer dum historiador do assunto quando da sua «primeira actuação no decorrer do ano de 1734 entusiasmaram a Cidade».

Passam os serviços de incêndios por períodos calamitosos durante o reinado de D. João V com falta de pagamento aos «bombeiros», designação pela primeira vez empregada na data acima referida.

De facto a falta de recursos camarários faz com que o Senado da Câmara em 1745 devesse aos dedicados bombeiros ao seu serviço cinco anos de salários.

A própria renda dos locais em que se recolhiam as bombas eram pagos pelos respectivos cabos das bombas.

A 1 de Fevereiro de 1746 a Câmara solicita de D. João V que se digne providenciar para resolver tão singular situação.

Nada porém foi feito e só com o pavoroso incêndio do Hospital de Todos os Santos, sendo já rei D. José e primeiro-ministro Pombal, é que são tomadas algumas medidas conducentes a evitar a repetição de tão lamentáveis desastres.

Assim o Marquês que assistira com natural espanto à ineficiência do combate ao incêndio ordena castigos aos que nessa emergência não cumpriram o seu dever e decreta medidas imediatas.

E chega-se a 1755, data sinistra da

história de Lisboa. Os serviços em tal conjuntura não desempenham qualquer papel de relevo.

Posteriormente, a frequência dos fogos dá no entanto origem à proibição de manter matérias inflamáveis no centro da cidade e à compra de mais algum material de combate aos incêndios e finalmente à criação de lugar de capitão das Bombas.

A escolha recaiu em Domingos da Costa que se incumbiria da orientar o ataque a todos os incêndios devendo os homens das companhias dirigirem-se logo que tocasse a fogo à Ribeira das Naus e apresentarem-se-lhe para o efeito.

Não desempenhou este, segundo parece, a contento o seu mister sendo em 1786 destituído das suas funções. Por sua morte ainda no mesmo ano de 1786, é investido nas importantes funções de Capitão das Bombas Mateus António da Costa com a obrigação de reparar à sua custa o material e pagar as despesas da sua conservação. Auferia por isso o ordenado de 80 000 reis anuais.

* * *

O Convento de S. Francisco, no século XVIII, mas anteriormente ao terramoto de 1755. Pormenor de um desenho à pena, anónimo, representando o Terreiro do Paço



O Hospital de Todos os Santos anteriormente ao terramoto de 1755, o qual sofreu um pavoroso incêndio.
Pormenor de um desenho à pena, assinado Zuzarte fc. 1787 representando a face oriental do Rossio

No largo período que vai de 1787 a 1815, Mateus da Costa teve ensejo de demonstrar as suas grandes qualidades e por esse facto foi nomeado inspector do serviço de incêndios.

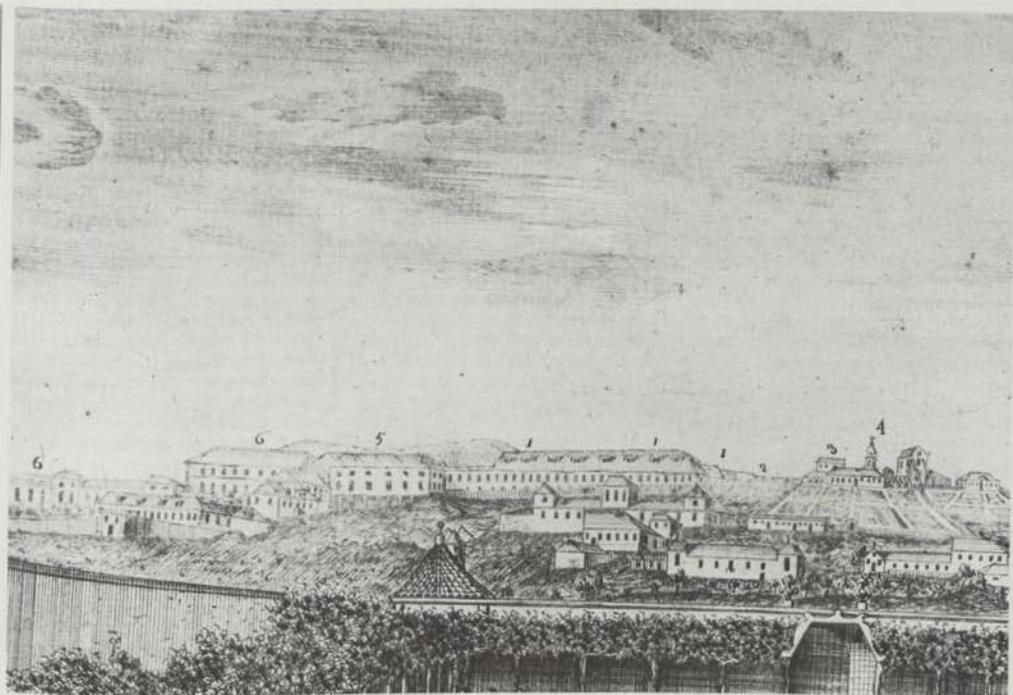
Também foi durante a sua permanência à frente do serviço de incêndios que se regulamentou a actividade dos aguadeiros, capatazes e cabos das bombas.

A assinalar, apesar de tudo, a ineficiência dos serviços de incêndio os fogos continuavam a atormentar a cidade.

Entremetidos alguns dos mais espectaculares e desastrosos fogos haviam tido lugar em Lisboa, nomeadamente o do Palácio das Cortes Reais, o da rua das Canastras, o das Casas da Ribeira, o de vários edifícios que ficavam junto da igreja de S. Julião, o da Calçada de Santa Ana, e o das casas do Bairro da Ribeira que ficaram completamente destruídas.

Já depois de 1775 verificaram-se grandes incêndios nas casas da rua do Jardim do Tabaco e no edifício da Alfândega.





Atingiram proporções consideráveis os incêndios do Convento de Santa Joana, Ribeira Velha, Calçada de Santo André, Calçada da Ajuda e da Rua da Madalena.

Providenciou o Senado da Câmara de várias formas mas sem grande êxito tanto no que se refere às recomendações à população para que evitassem no possível desnecessários riscos assim como subsídios aos encarregados das bombas para que pudessem prestar o seu serviço em boas condições.

Impunham-se de facto medidas que protegessem os lisboetas dos sucessivos incêndios que com frequência demasiado grande afligiam a população.

Nesse sentido se esforçou o Senado da Câmara consciente como se encontrava de que a Cidade com o rodar dos anos adquirira proporções e extensão que bem justificavam um eficiente serviço de indêndios.

Com efeito, em 1790 a população de Lisboa atingia quase os 200 000 habitantes que residiam em cerca de 40 000 habitações localizadas irregularmente nas

suas 47 freguesias, o que fazia do burgo antigo uma cidade já de apreciáveis proporções.

Uma das principais dificuldades para o combate aos incêndios residia na quase impossibilidade de comunicar rapidamente ao serviço das bombas o local do sinistro. De facto logo que o toque de rebate alertava a população esta devia levar ao conhecimento do Presidente do Senado a indicação correspondente que este se apressava a transmitir ao serviço de bombeiros. Como se vê nada mais rápido.

A atestar quanto fica dito ai está o edital publicado em 1791 pelo Conde de Povolide, presidente do Senado, em que se pedia a quem conhecesse o local de qualquer sinistro o comunicasse sem detença para sua casa.

No ano seguinte o novo presidente do Senado Marquês de Castelo Melhor publica novo edital em que promete ao primeiro que leve a notícia de um sinistro a sua casa, fosse a que horas fosse, um prémio correspondente à distância donde viesse.

Gravura, a ponta seca, com a seguinte legenda em Português:
«Vista do bairro de N. S.ª D' Ajuda a onde está construído o Palácio ou barraca na qual assiste S.ª M.ª fidelíssima D.ª José p.ª Rey de Portugal, depois do terramoto de 1.ª de n.ª 1755».

Tem outra legenda idêntica em francês.

Assinado B. R. Bourcliet fecit.

O original está no Museu da Cidade 45

No entanto, graças à acção de Mateus da Costa — que em 1774 fora nomeado Inspector dos Incêndios com jurisdição sobre os capatazes cabos e aguadeiros — o serviço melhorou consideravelmente. Para tal fim contribuiu aliás a fusão do serviço de incêndios com o dos chafarizes.

Manuel da Maia, um dos reconstrutores de Lisboa, preconizava com admirável bom senso (porque — no dizer dele — «a água sem instrumentos com que se aplique é como espada sem braço») que as bombas deveriam estar sempre repartidas em lugares convenientes e ao menos uma em cada freguesia bem como os respectivos apetrechos indispensáveis para o combate aos incêndios.

Este espírito prevaleceu nas medidas que foram tomadas ou solicitadas por Mateus da Costa para levar a efeito com êxito a sua luta em prol da sacrificada população de Lisboa.

Em 1769 verificou-se o incêndio da Patriarcal. Em 1777 teve lugar um desastroso incêndio no Mosteiro de S. Bento que quase por completo o destruiu.

As crónicas da Lisboa setecentista registam ainda no final do século fogos de maior ou menor intensidade no Convento de St.ª Joana, Casas da Ribeira Velha e nas das Calçadas de S. André e da Ajuda, na Rua da Madalena, na Rua Nova d'El-Rei no Arsenal do Exército, na Costa do Castelo, no Palácio da Ajuda e no do Conde de Valadares.

Conseguiu Mateus da Costa que lhe fosse conferida pela Câmara a necessária autoridade para poder dar combate com êxito aos incêndios que se verificassem em Lisboa sem intromissão dos que se julgavam com poder para tal.

Este facto contribuiu para disciplinar o serviço com grande vantagem para a sua eficiência.

Pastor de Macedo na sua obra «A Baixa Pombalina» descreve com espírito um hipotético incêndio.

Em síntese mostra todas as dificuldades que havia a vencer para rapidamente se debelar o sinistro. Escreve:

«Imaginemos um incêndio na Baixa:

São dezasseis as badaladas que os sinos de uma torre de igreja acabaram de dar, badaladas que daqui a pouco e de espaço a espaço, serão repetidas pelos sinos das torres das outras igrejas circunvizinhas. Dezasseis badaladas? Não há dúvida o fogo é na freguesia de S. Nicolau. A Baixa movimentou-se. Os trabalhadores da Alfândega, do Terreiro do

Trigo, dos cais e outros dirigem-se para as sedes das suas companhias que são nos locais onde trabalham e apresentam-se aos seus capatazes. Reunida a companhia — ou melhor, parte da companhia porque as faltas eram sempre muitíssimas — aí vai ela, correndo, esfalfada, depois de se terem perdido pelo menos uns dez minutos, para a Ribeira das Naus, onde está o Capitão das Bombas. Aí faz este a distribuição dos utensílios necessários para combater o incêndio — louça de barro e de madeira e alguns barris — e só então, depois de se terem perdido pelo menos mais outros dez minutos, é que as companhias se dirigem para o local do fogo, não sem que primeiro tenham que ir ainda ao chafariz mais próximo encher de água o vasilhame de que eram portadores. Escusado será dizer que quando lá chegavam o fogo tinha alastrado como e por onde mais lhe conviera».

A acção do inspector Mateus de Costa, notável desde o princípio, continuou até a sua reforma, manifestando-se na disciplina conseguida dos seus subordinados quer capatazes quer aguadeiros quer em muitas das solicitações feitas à Câmara para esta por meio de editais chamar a atenção dos munícipes para o perigo de incêndios que a sua falta de cuidado podia provocar.

Estavam neste caso os incêndios provocados por insuficiente limpeza das chaminés.

Sentindo a idade avançar, Mateus da Costa requer ao Príncipe Regente D. João «como remuneração dos seus serviços a graça da mercê da propriedade da referida Inspeção se verificar por sua morte no seu ajudante António Joaquim dos Santos».

O Regente deferiu o pedido.

Parece no entanto poder afirmar-se que por mais eficiente e lúcido e por todas as suas virtudes ter bem merecido da população de Lisboa, Mateus da Costa não escolheu um bom sucessor.

Nomeado em 28 de Novembro de 1806, António Joaquim dos Santos não se mostrou à altura do cargo ou pelo menos à altura atingida pelo seu antecessor. Em 12 de Junho de 1821, depois de numerosas reclamações e queixas, é finalmente exonerado do seu cargo.

Nessa mesma data é nomeado o capitão de Engenharia João Carlos Tam, que inaugurou de facto um novo período de considerável melhoria no serviço de incêndios na cidade de Lisboa.

Na obra de Ferreira de Andrade «Lis-

boa e o seu serviço de incêndios» por todos os títulos do maior interesse para a elucidação das razões profundas que levaram a certas deliberações camarárias põe-se em devido relevo o facto da acção do inspector João Carlos Tam ter dado origem a um conflito entre os inspectores de incêndios e o dos chafarizes com grande prejuízo do serviço.

Aliás, a desorganização que neles havia era tal que levou o inspector Tam a redigir um ofício ao Senado da Câmara em que pedia para lhe fosse dada a possibilidade de com meios adequados fazer face a qualquer situação de emergência.

A acção dilatória da Câmara em conceder os auxílios necessários leva o Governo da regência do Reino a decretar que fossem consideradas com prioridade absoluta as despesas para dotar o serviço de incêndios em condições de actuar eficientemente.

O inspector Tam combatendo sempre para melhorar os serviços a seu cargo sugere a criação de uma companhia de limpeza de chaminés — pois a sujidade das mesmas era uma das causas principais dos incêndios nas casas particulares — na qual os senhorios eram condenados a pagar uma multa de cinco por cento do valor da renda da casa se se verificasse incêndio nas chaminés que lhe pertencessem.

Esta para o fim em vista bem concebida determinação, mercê da mudança de regime foi revogada pela Câmara Constitucional eleita a 13 de Dezembro de 1822.

João Carlos Tam, homem digno, vendo que todas as possibilidades de melhorar os serviços lhe estavam vedadas, pediu a demissão.

Depois de João Carlos Tam os vicissitudes do serviço de incêndios e os seus altos e baixos foram o reflexo da competência e valor dos sucessivos Inspectores de incêndios nomeados.

Assim, em Agosto de 1823, tomou posse do lugar o Eng.º Joaquim Pedro Pinto de Sousa, logo substituído a seguir pelo major António Eliseu Paula de Bulhões, tais factos se devendo à incerteza nas deliberações do Senado da Câmara no que se refere a competências, pois tão depressa o serviço de incêndios se encontrava ligado ao dos chafarizes como não, do que resultavam conflitos da autoridade.

O Major Paula de Bulhões não se demora no exercício do cargo que abandona provavelmente em 1828.

MEMORIA

SOBRE O MELHORAMENTO DAS PROVIDENCIAS PARA ATALHAR OS
INCENDIOS, E PARA O AUGMENTO D'AGOA EM LISBOA.

PELO BARÃO D'ESCHWEGE.

Os exemplos frequentes de incendios em Lisboa, em consequencia dos quaes se tem perdido edificios magnificos, e ultimamente o Palacio grande do Rocio; ja fazem por si só julgar que as providencias para atalhar os ditos incendios são defeituosas; e com effeito quem tem presenciado estes desastres, e observado o andamento das providencias nestas occasiões, não pôde deixar de notar que os grandes progressos dos incendios são devidos em grande parte a hum systema defeituoso, isto he, á falta de providencias, e de boa ordem. Nesta occasião tudo he desordem e confusão, todos gritão, todos mandão, e ninguem sabe a quem ha de obedecer, nem o que deve fazer; e o resultado he fazer cada hum o que bem lhe parecer. Hum quer salvar objectos preciosos, e os deita das janellas abaixo, fazendo-se em mil pedaços; outro quer apagar o fogo, e lhe dá novo alento; e durante esta confusão, e desordem, na qual hum Inspector dos Incendios debalde se quer fazer ouvir para introduzir alguma ordem, tem o fogo feito tantos progressos,

REFLEXÕES

*Acerca da Memoria do Sñr. Barão d'Eschwege, sobre o
melhoramento das providencias para atalhar incendios,
e para o augmento d'agoa em Lisboa.*

PELO

VISCONDE DE VILLARINHO DE S. ROMÃO.

A Memoria de nosso Illustre Consocio o Sñr. Barão d'Eschwege, he digna de se imprimir, segundo eu entendo; porque tem muitas cousas uteis, e novas entre nós. Elle propõe hum melhor methodo de arranjar companhias de gente para acudir aos incendios do que aquelle que está em uso, e posto que o seu plano precise de alguma modificação, com tudo, a lembrança he util, e boa, pode despertar a attenção do Governo, e da Camara Municipal, e adoptar-se em fim com mais, ou menos alteração.

A applicação do enxofre em certos e limitados casos, quando o fogo está confinado n'hum chaminé de porta, que se possa fechar, ou se tenha atreado dentro de hu-

Vem a seguir na lista dos inspectores dos Serviços de incêndios o Major Justinião de Lima immediatamente substituído por António Paulo Duarte Pereira, demittido em 1833.

Chega o serviço de incêndios com este inspector mercê do facto da sua competência ter sido praticamente restringida a nada ao mais baixo da sua acção necessitando portanto de profunda remodelação para ser de algum modo útil aos municipes.

A Câmara que saiu do Constitucionalismo novamente nomeia João Carlos Tam. Logo a seguir porém e sem que se conheça a razão da injustiça para quem tão bons serviços prestara de novo o substitui por Francisco Pedro Arbués. Este também apesar de bons serviços prestados é incompreensivelmente afastado para dar o lugar a Francisco Maria Mendes que toma posse em Maio de 1834.

A Câmara toma a seguir providências diversas nomeadamente sobre o recrutamento do pessoal para o serviço de incêndio, citando Ferreira de Andrade como o primeiro bombeiro a alistar-se em 1835 António José da Silva que serviu durante 53 anos, vindo a falecer em 1889.

Cite-se ainda como deliberações úteis a de coordenar com o serviço a colaboração da guarda municipal no sentido de ser o mais rapidamente possível localizada o incêndio ou sinistro.

Também a Câmara estabelece por essa data os «lugares próprios para a Construção» das arrecadações onde deveriam ser guardados as bombas e carros de escadas dos serviços de incêndios.

Parece todavia que por mais que os inspectores se esforçassem por desempenhar bem o seu cargo sempre a Câmara procurava melhor e assim sem saber porquê em 1836 é exonerado do seu cargo Francisco Inácio Mendes, que segundo quantos tem escrito sobre o assunto e — cite-se novamente e em especial Ferreira de Andrade — dera durante os dois anos em que exercera funções prova de zelo e actividade.

Assim nessa data a «Câmara Municipal de Lisboa», atendendo ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa de João Maria Feijó, lente de Architectura Civil, nomeia-o para servir de inspector dos incêndios e chafarizes desta Cidade.

Algumas medidas vinham no entanto sendo tomadas pela Câmara que nega-

velmente contribuíram para diminuir o perigo de eventuais incêndios.

Assim foi interdita a venda de carvão por atacado, e renovada a obrigatoriedade da limpeza das chaminés e ainda proibido acender fogareiros na via pública e fritar peixe ou cozinhar carne ou qualquer outros guizados na rua ou seja fora das chaminés para o efeito construídas.

Esse mau hábito ainda hoje infelizmente se mantém em alguns bairros mais pobres da cidade.

Em 17 de Março de 1836 foi publicado o 1.º mapa com indicação dos quatro distritos em que a cidade estava dividida para o serviço de incêndios com a indicação do número de badaladas de sinos que correspondiam aos locais do sintro.

Ao contrário do que se tem escrito parece-nos digno de crédito a descrição que de Lisboa faz em 1839 P.P. Câmara no seu trabalho intitulado «Descrição Geral de Lisboa em 1839, ou Ensaio Histórico de tudo quanto esta capital contém de mais notável, e sua história Política e literária até ao tempo presente».

Escreve P.P. da Câmara:

«Os incêndios que tanto atormentam as grandes cidades, aqui fazem bem poucos estragos, em razão dos bons regulamentos de polícia a este respeito. Para este serviço a cidade, incluindo o bairro de Belém, é dividida em 4 distritos e os sinos indicam o lugar e a força do incêndio. A Câmara Municipal tem constantemente em serviço 13 bombas e 4 carros de escadas; a repartição de obras públicas 4 bombas e 1 carro; o arsenal 1 bomba e 1 carro, e em caso de precisão faz chegar o seu número a quantos sejam necessários. Há um inspector de fogos (Feijó é o actual) e 4 subinspectores. As 18 bombas e 6 carros com seus patrões, são conduzidos por 560 aguadeiros e a água por 2750 em 100 companhias. A Câmara dá 400 réis de prémios à primeira bomba que chegar e o mesmo à segunda, sendo de diferentes distritos: todos os serviços e água são pagos. O número de incêndios é de 41 e 32 fogos de chaminés, etc.»

Apesar das modificações em 1840 introduzidas na orgânica da Câmara Municipal de Lisboa do que resultou completa reestruturação dos serviços, o de incêndios manteve-se sem alteração continuando inspector João Maria Feijó.

Quatro anos volvidos a Câmara por edital solicitava do público sugestões para a melhoria dos serviços.

DESCRIÇÃO GERAL

de

LISBOA

em 1839

ou

ENSAIO HISTORICO

**DE TUDO QUANTO ESTA CAPITAL CONTEM
DE MAIS NOTAVEL, E SUA HISTORIA
POLITICA E LITERARIA ATÉ O
TEMPO PRESENTE.**

DEDICADA AO

Ill.º Ex.º Sr. Morgado

João da Camara Leme Carvalho Esmeraldo.

POR SEU AUTHOR

P. P. da Camara.

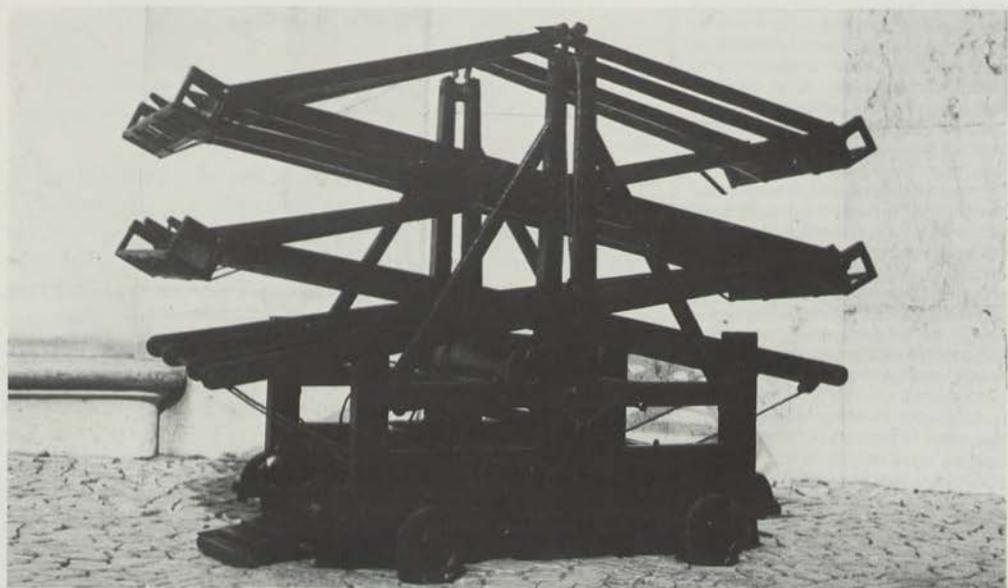
Lisboa

Na Typographia da Academia das Bellas Artes.
Rua de S. José N.º 3.
1839.

Esta bomba pequena é uma das mais curiosas peças do Museu do Batalhão de Sapadores Bombeiros da Câmara Municipal de Lisboa. Foi mandada construir para o Palácio de Queluz. Tem a seguinte legenda: MATTHEOS / ANTONIO / A FES EM L^{da} / NA FABRICA / DO TIZOURO / VELHO NO AN / NO DE 1796.



Antigo material dos bombeiros:
Carro lagarto (miniatura).
Pertence ao Museu do B.S.B.



Parece porém que não houve quem se abalancasse a propor fosse o que fosse. Apenas o inspector Feijó apresentou uma nova máquina destinada a combater os incêndios.

A acção deste no âmbito do pelouro foi sem favor notável ganhando jus ao reconhecimento do povo de Lisboa.

As deliberações que tomou para evitar incêndios foram sem dúvida úteis, mas também se lhe deve além da máquina acima referida a construção de 22 escadas novas e de uma manga de salvação.

Citem-se entre as medidas preventivas os regulamentos da postura de 16 de Maio de 1845 que estabelece normas na construção de oficinas com alambiques, fábricas de refinaria de açúcar e outros estabelecimentos.

A tomada de consciência do problema que era sempre em Lisboa o deflagrar de um incêndio vejo através da obra do famoso Barão de Eschwege «Memória sobre o melhoramento das providências para atalhar incêndios e aumentos da água em Lisboa» em que o notável amigo e colaborador do Rei D. Fernando adianta as mais valiosas e inteligentes sugestões, nomeadamente a indispensável disciplina e autoridade quando de qualquer sinistro.

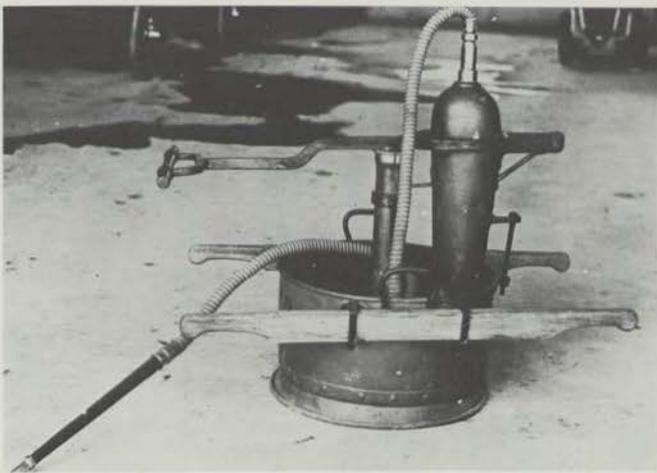
Também foi considerada digna de ser posta em prática a sua ideia da criação de companhias de incêndios: companhia de salvação, companhia de artífices e companhia de socorro constituídas todas por voluntários. Também definiu com rigor e clareza o papel a desempenhar pela guarda municipal em caso de qualquer emergência.

Outra obra que tem sido igualmente considerada muito importante como lúcido contributo para a mais perfeita planificação do serviço de incêndios é a do Dr. Francisco Maria Santa Cruz que tem por título «Memória sobre os diferentes meios de atalhar os incêndios, de salvar as pessoas e os objectivos deles ameaçados e de os prevenir quanto possível».

A descrição do Dr. Santa Cruz do incêndio da Rua da Madalena em 22 de Novembro de 1844 ficaria de facto como expressivo documento da angústia que os habitantes de Lisboa sempre sentiam quando soava o lugubre sinal de incêndio.

Escreveu ele:

A noite de 21 para 22 de Novembro de 1844, em que se verificou o terrível e assolador incêndio da Rua da Madalena nesta cidade de Lisboa, foi uma noite de horror para todas as almas sensíveis,



que observaram aquele tremendo e desastroso espectáculo sem poderem valer na última agonia àquelas desgraçadas vítimas do furor das chamas. Este sentimento de aflição e de dor, propagando-se como a corrente eléctrica a todos os habitantes da cidade, produziu uma geral consternação: e o dia 22 do referido mês foi para todos de um verdadeiro luto.

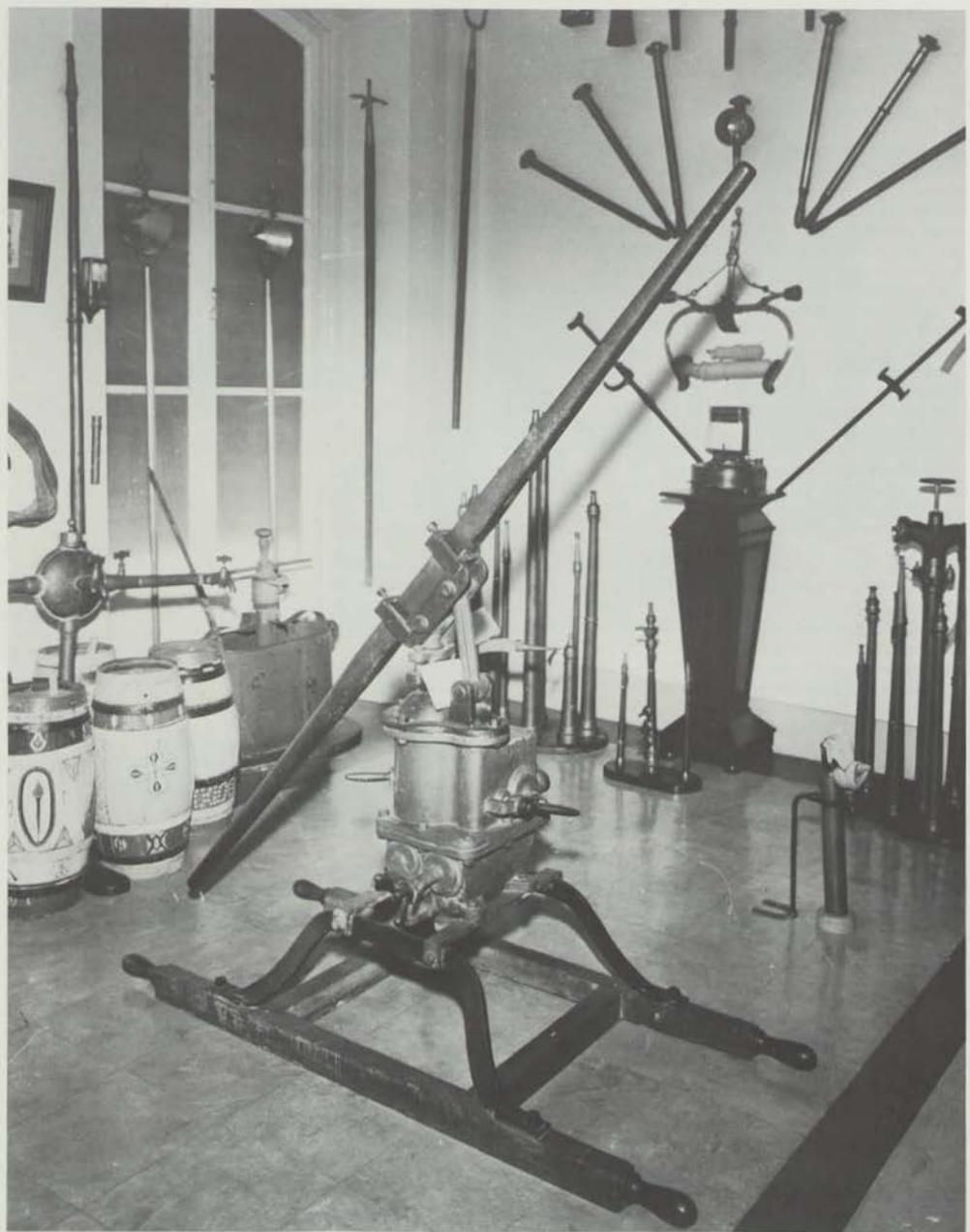
Quem poderá ainda memorar os horrores daquela noite? Quem poderá até acreditar-nos verificando-se quase no meado do século 19.º? Com efeito custa a crer que na capital de Portugal, na majestosa Lisboa, que não conta mais de 200 000 habitantes, uma noite houvesse em que um terrível incêndio devia devorar um certo número de pessoas...

Reproduziu-se enfim na mesma rua e um pouco distante, o tremendo espectáculo na noite de 27 para 28 de Janeiro de 1787; 57 anos depois viram-se em Lisboa queimadas vivas 13 pessoas na mesma rua, e quase no mesmo ponto em que o fogo devorara 19 pouco mais de meio século antes.

A falta quase absoluta dos mais variados socorros, que se têm imaginado em as Nações cultas e julgado eficazes para salvar os indivíduos em tais conjunturas e bem assim a notável demora na prontificação desses mesmos poucos meios de socorro, entre nós estabelecidos, foi sem dúvida a causa das calamidades destas noites.

Sintetiza o Dr. Santa Cruz em três

Antigo material dos bombeiros:
Bomba americana.
Trata-se da primeira entrada no país,
em 1883.
Pertence ao Museu do B.S.B.



Antigo material dos bombeiros, existente no Museu do B.S.B.: Bomba Traçal Nuel.

À esquerda

vários barris de aguadeiros, na sua maior parte, naturais da Galiza.

Os barris têm capacidade de 25 litros, pintando-os cada aguadeiro segundo seu gosto

pontos o que devia ser feito para melhor *atalhar* os incêndios que surgissem:

- 1) Prontidão de socorros
- 2) Boa ordem, na sua aplicação
- 3) Abundância de materiais para apagar os incêndios

Homem viajado e conhecedor do que no estrangeiro se fazia em matéria de combate a incêndios, o Dr. Santa Cruz cita no seu trabalho os exemplos que dali se poderiam haver e as autoridades que se deviam consultar para o fim em vista.

Insiste ele e muito bem na forma como melhor se podiam salvar vidas em perigo, utilizando para esse fim sacos de salvação, cesto de Mr. Reguier, escadas inglesas e máquina de Alleon-Vancourt. Também lhe mereceram especial atenção «os meios preservativos de morrerem asfixiadas ou queimadas as pessoas que precisam atravessar gases não respiráveis ou um incêndio».

Da acção do prestante cidadão que foi o Dr. Santa Cruz nasceu sem dúvida o

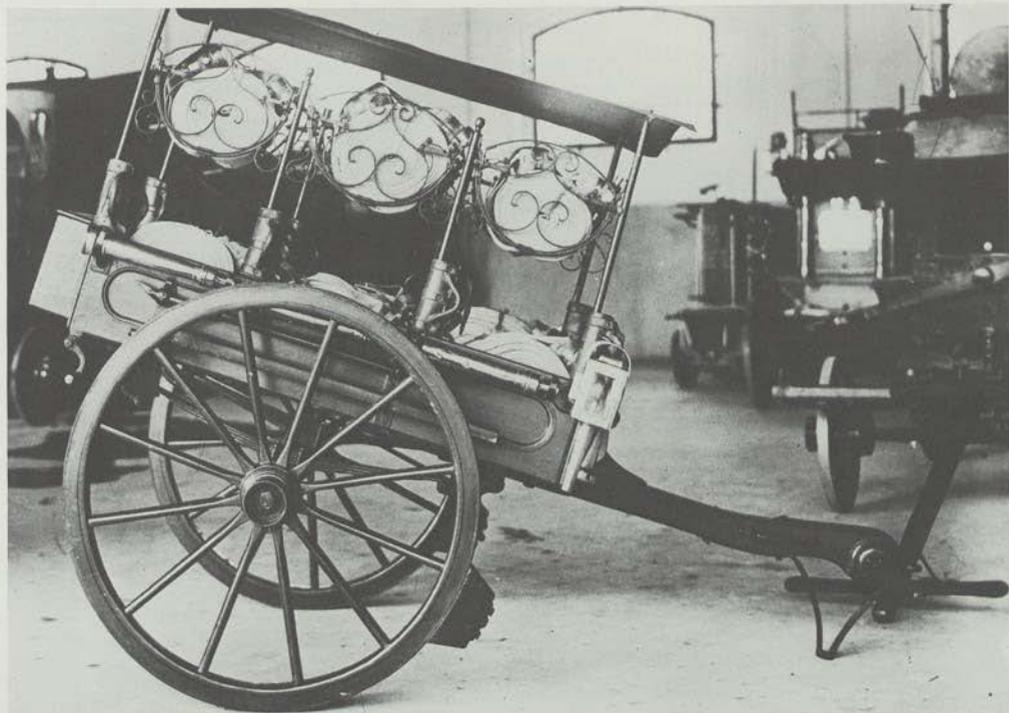
decreto de 8 de Novembro de 1851, que entre outras providências claramente estabelece a necessidade de serem «introduzidas e efectuadas todas as reformas e os melhoramentos que se mostrem mais úteis e eficazes para se prevenir e atalhar a invasão dos fogos e todas as suas funestas consequências com respeito à defesa das coisas e à salvação das pessoas».

Em 18 de Fevereiro do ano seguinte foi publicado o Regulamento Geral do decreto acima referido que patenteia claramente o desejo do Governo de melhorar os serviços de incêndio.

O decreto cria de facto um corpo de bombeiros com um bem concebido quadro de pessoal superior e subalternos, nomeadamente um chefe (Inspector Geral, engenheiro civil, três ajudantes, arquitectos ou mestres de obras, dezoito patrões, carpinteiros ou pedreiros e trinta e seis bombeiros).

Também pelo mesmo decreto ficou definido o uniforme que deviam usar.

Antigo material dos bombeiros, existente no Museu do B.S.B.: Carrinha de mangueiras



NOVA SEDE DA LIGA PORTUGUESA DOS DEFICIENTES MOTORES

Revestiu-se de grande solenidade e alto significado político-social a inauguração, no dia 1 de Outubro, da nova sede no Casalinho da Ajuda, da Liga Portuguesa de Deficientes Motores. Presentes ao acto, o Primeiro-Ministro Prof. Cavaco Silva, os Ministros da Saúde e do Trabalho e Segurança Social, o Governador Civil, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, dirigentes ligados à Liga e muitas outras individualidades.

Num breve improviso, o Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, salientou o papel dos deficientes na sociedade, apontando a necessidade de se desenvolverem esforços no sentido de aproveitar as potencialidades dos deficientes. Acrescentou que a construção de «uma sociedade mais justa» passa pela reabilitação e inserção dos deficientes e pelo aproveitamento das suas capacidades.

Em resposta à intervenção do Primeiro-Ministro, a Dr.ª Guida Faria, Presidente da Liga, agradeceu a colaboração prestada à Instituição, mormente, através do Ministério do Trabalho e Segurança Social e disse ter fé em que a Fundação Calouste Gulbenkian colabore financeiramente nos objectivos programados.

A nova sede da Liga foi construída em terreno cedido em direito de superfície mediante uma renda simbólica e custou até à data 450 mil contos, tendo a Segurança Social participado com 420 mil contos.

A Câmara Municipal de Lisboa, conforme foi publicamente reconhecido, teve um papel decisivo na viabilização do projecto pelo que, a seguir, ao acto inaugural, foi prestada homenagem ao Eng.º Nuno Abecasis.

Com as novas instalações, a Liga fica com uma capacidade de atendimento simultâneo nos diversos programas, de 3700 pessoas, dado que o equipamento de que dispõe está dotado de condições de utilização plurifuncional, de forma a obter a maior e melhor rentabilidade económica e social.

O Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva ouve explicações da Presidente da Liga, Dr.ª Guida Faria, acerca do funcionamento da oficina de mecânica instalada na sede daquela Instituição





LIVRARIA MUNICIPAL

Tendo por objectivo ser um espaço aberto à divulgação e difusão da cultura olisiponense, por forma a estimular a leitura e edição de livros sobre Lisboa, a Câmara Municipal, por iniciativa do seu pelouro da Cultura, abriu ao público no dia 1 de Outubro, a livraria municipal da Calçada Nova de S. Francisco.

Trata-se de uma iniciativa que vem preencher uma lacuna, desde há muito reconhecida e que, a partir de agora, será uma porta aberta a todos aqueles que procurem documentar-se sobre a história da cidade nos mais diversos domínios.

Presidiu à cerimónia inaugural o Eng.º Nuno Abecasis que pôs em relevo o significado cultural da iniciativa e a propósito afirmou: «A cultura é o grão de sal que

pode tornar a cidade viva quando existe, ou morta quando desaparece ou se encobre». E acrescentou: «A Câmara quer que todos os instrumentos de cultura sejam utilizados pelo maior número possível de pessoas». Lembrou, porém que, para tal, se torna indispensável «uma completa transformação da mentalidade dos funcionários camarários».

A nova livraria passa a dispor, para venda, de todas as publicações do Município, bem como publicações da Marinha Portuguesa, em consequência de um acordo estabelecido entre a Armada e a Câmara. Os interessados têm, pois, a partir de agora, num espaço simples e agradável, a possibilidade de adquirir com mais comodidade publicações do Gabinete Técnico de Habitação, culturais e turísticas, catálogos de exposições, posturas municipais, litografias, plantas topográficas, estampas ou medalhas ou medalhas comemorativas.

Para uma maior comodidade dos interessados a livraria municipal estará aberta de 2.ª a 6.ª-feira das 9 às 12.30 e das 14.30 às 19 horas e aos sábados das 9 às 13 horas.

Aspecto da cerimónia inaugural da Livraria Municipal.

Na foto, no uso da palavra, o Eng.º Nuno Abecasis

OBRAS DE REMODELAÇÃO NO LARGO DO RATO

A fim de melhorar as condições de circulação de peões através do alargamento dos passeios, o acesso aos transportes públicos no local, e aumentar a fluidez do tráfego, o característico Largo do Rato está, desde o dia 30 de Outubro, a beneficiar de profundas obras de remodelação. Espera-se, assim, aumentar substancialmente, as capacidades de escoamento de tráfego o que irá permitir diminuir as filas de espera permanente e o aproveitamento integral do percurso alternativo ao Marquês de Pombal constituído pelo eixo Conde Redondo — Alexandre Herculano-Rato — D. João V — Ferreira Borges e sua articulação com a Auto-Estrada de Cascais e o Sul.

As obras, numa primeira fase, prolongar-se-ão pelo período de 4 meses, mas espera-se que os transtornos resultantes para os utentes, pela natureza dos trabalhos, sejam largamente compensatórios, no futuro, para os automobilistas e para os peões.

Segundo os estudos feitos, findas as obras, o Largo do Rato ficará preparado para receber, com eficiência, cerca de 2500 viaturas por hora.

Obras em curso
no Largo do Rato



**ENG.º ABECASIS
PEDE AUXÍLIO
DE 49 MILHÕES DE CONTOS,
EM ESTRASBURGO,
PARA A PREVENÇÃO
DE INCÊNDIOS**

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, falando em nome da Associação Nacional de Municípios, na reunião de Outubro, em Estrasburgo, do Comité de Ministros da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPPLRE) solicitou um auxílio de 49 milhões de

contos para a prevenção de incêndios, em Portugal.

O Eng.º Abecasis, como mandatário da Associação Nacional de Municípios, pediu, na altura, que os auxílios quantificados para o caso português fossem também facultados aos demais países da Europa do Sul na medida das suas necessidades e dos riscos envolvidos na destruição pelo fogo dos seus recursos florestais.

No âmbito da sua intervenção, o Eng.º Abecasis salientou, também, a importância do meio ambiente no turismo, considerando este como «promotor da paz e do entendimento entre os diferentes povos».

O Eng.º Abecasis caracterizou o caso português referindo que «a floresta ocupa um terço da área do País, e representa 17% do produto interno bruto», valores considerados os mais altos da Comunidade.

Entretanto, o Presidente da CML apresentou à Conferência dos Poderes Locais e Regionais da Europa, uma proposta sobre uma ajuda de emergência aos municípios de Vila e de Agueda devastados pelos incêndios, a qual foi votada por unanimidade pelos representantes dos 21 países membros nesta conferência. A resolução convida o comité de Ministros do Conselho da Europa a tomar todas as disposições necessárias para que seja concedida uma ajuda de emergência, através do fundo de restabelecimento e de outros fundos adequados.

A delegação portuguesa à conferência, subordinada ao tema «Turismo e Meio Ambiente», foi presidida por Mota Amara, Chefe do Governo Regional dos Açores e constituída pelo Chefe do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, e por cinco Presidentes de Câmaras Municipais do Continente.



ANIVERSÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Lisboa, como capital e sede dos grandes acontecimentos político-sociais, celebrou, com grande solenidade, no dia 5 de Outubro, o 76.º aniversário da proclamação da República.

As cerimónias oficiais estiveram presentes os mais altos representantes da hierarquia estatal e autárquica, deputados e outras autoridades civis e militares.

A chegada à Praça do Município, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro foram saudados por milhares de pessoas que enchiam as ruas laterais, desde a Rua do Arsenal à do Comércio. Seguidamente, à entrada do Município, foram recebidos e cumprimentados pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis. O Presidente da República passou, então, revista às forças em parada após o que o Coro do Orfeão da CML acompanhou a Charanga da GNR no Hino Nacional. No final, ouviram-se vivas à República, a Portugal e à Liberdade.

Retomando uma tradição de longa data, o Presidente da República, Dr. Mário Soares, proferiu uma alocução na varanda do Salão Nobre dos Paços do Concelho, afirmando, a dada altura: «A celebração do 5 de Outubro constitui um acto de homenagem à memória dos homens generosos, lúcidos, patriotas que, num momento decisivo, souberam assumir o anseio colectivo de modernização e de reforma, dando sentido a um ideal de liberdade e a uma vontade de justiça». E acrescentou: «em 25 de Abril de 1974, outros homens igualmente generosos voltaram a saber escutar o sentido profundo da Pátria e, ao restituírem liberdade e a dignidade a um povo acorrentado e traído nos seus mais nobres ideais, cumpriram de novo o 5 de Outubro».

Como anfitrião, o Presidente do Município, Eng.º Nuno Abecasis, também proferiu um discurso em que, depois de saudar as autoridades presentes, disse não ter sido possível no ano anterior realizar esta cerimónia em virtude do intenso período eleitoral do momento e, a propósito, da presença do Chefe de Estado afirmou: «Sinto-me muito honrado com a sua presença, símbolo vivo da Pá-



tria portuguesa que quis, aqui, fazer conosco a mesma profissão de fé nos destinos de Portugal». E, mais adiante, acrescentou: «Há 76 anos, a multidão que aqui estava vivia da fé e da esperança em que o novo regime trouxesse as virtudes e a capacidade suficientes para redimir erros e recolocar Portugal na senda do progresso, baseado numa ordem mais justa, numa solidariedade mais sincera e mais vivida».

Terminada a cerimónia, o Chefe de Estado, acompanhado do Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Krus Abecasis, e Vereação, inaugurou, no átrio do edifício dos Paços do Concelho uma exposição evocativa da efeméride.

A exposição que esteve patente ao público até ao dia 19, despertou grande interesse e ficou a dever-se à iniciativa do Pelouro dos Serviços Culturais da Edilidade, com a colaboração da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais.

A exposição era composta por dezenas de peças, postais, litografias, documentos, fotografias, óleos de Presidentes da República bem como o piano que serviu a Alfredo Keil para compor «A Portuguesa». Integrava, ainda, uma colecção rara do repórter fotográfico J. Belomiel sobre aspectos do 5 de Outubro de 1910, além dos bustos de Bernardino Machado, Braancamp Freire e Teófilo Braga, e da máscara mortuária de Manuel de Arriaga, 1.º Presidente da República.

Ladeado pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares, e pelo Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, o Eng.º Nuno Abecasis, proferiu a sua alocução, na varanda do Salão Nobre dos Paços do Concelho



O Presidente da República da Venezuela, por ocasião da sua visita a Lisboa em 11 de Outubro, apresenta cumprimentos, nos Paços do Concelho, ao Eng.º Nuno Abecasis

MAYOR DE NEW BEDFORD VISITA A CML

Numa demonstração viva das boas relações intermunicipais, o Mayor de New Bedford, John Bullard, esteve, no dia 21 de Outubro, nos Paços do Concelho, onde se deslocou para apresentar cumprimentos à Câmara.

O ilustre visitante foi saudado, no Salão Nobre, na presença da Vereação e outras individualidades, pelo Presidente-Substituto, Dr. Lívio Borges que, em nome da população da Capital e da Câmara lhe apresentou cumprimentos de boas-vindas.

No seu discurso, o Dr. Lívio Borges, depois de salientar que a Cidade de Lisboa esteve no passado e se encontra no presente voltada para os mares distantes a cumprir na sua essência a vocação ecuménica de Portugal, afirmou: «Este pequeno País da Europa, com os mesmos limites territoriais em séculos de independência nacional, foi fonte e rota da civilização, foi portador de culturas diversificadas, foi criador de Nações, foi protagonista de movimentos de mudança no Mundo».

Mais adiante, recordou os objectivos dos acordos de geminação e de cooperação, com selo de uma política de aproximação e de ajuda mútua entre as populações das respectivas cidades e afir-

mu: «o Município de Lisboa lançou uma organização internacional, não governamental, de carácter municipal, sob a designação de União das Cidades Capitais Luso-Afro-Americo-Asiáticas (UCCLA), para assegurar o melhor entendimento e a cooperação entre os povos de expressão oficial portuguesa.

Em resposta, o Mayor de New Bedford agradeceu a calorosa recepção e as palavras que lhe foram dirigidas e disse da sua satisfação por se encontrar em Lisboa e das relações de amizade existentes entre as populações das duas cidades. Na oportunidade o ilustre visitante assinou o livro de Honra da Cidade.

Momento em que o Mayor de New Bedford, John Bullard, assina o Livro de Honra da Cidade





Aspecto da sessão de boas-vindas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em que o vice-presidente da Câmara de Madrid, Manuel Ortuño, assina o Livro de Honra da cidade

SEMANA DE MADRID EM LISBOA

Numa das numerosas manifestações de reafirmação das relações de amizade que unem os dois povos ibéricos, realizou-se de 25 de Outubro a 2 de Novembro, a segunda Semana de Madrid em Lisboa com um vasto programa que incluiu actividades de carácter cultural, empresarial e turístico.

No que respeita a manifestações culturais salienta-se, entre outras, a iniciativa do Ayuntamiento de Madrid de apresentar no Centro Cultural das Descobertas (Padrão dos Descobrimientos) uma Exposição subordinada ao tema «Madrid, projecto Madrid», ilustrada com aspectos urbanísticos já executados ou em projecto, tradutores de uma pequena visão sobre a capital espanhola e do seu crescente progresso, em todos os sectores.

No âmbito do programa da Semana de Madrid em Lisboa, realizou-se nos Paços do Concelho, um encontro com os representantes dos Órgãos da Informação durante o qual o Vice-presidente da Câmara da Capital espanhola, Manuel Ortuño, e o Eng.º Nuno Abecasis, Presidente da CML, apresentaram as propostas e acordos firmados entre as duas entidades.

Aproveitando a presença dos jornalistas, o Eng.º Abecasis anunciou a sua intenção de propor que a lista de prémios Cristóvão Colombo contemple trabalhos sobre história da navegação e cartografia. Recordar-se, a propósito, que estes prémios foram instituídos pela União das Capitais Ibero-Americanas, na linha das comemorações da descoberta da América.

Por outro lado e em memória do Alcalde de Madrid, Tierno Galvan, foi inaugurada uma rua com o seu nome, na zona das Amoreiras.

Na Avenida de Madrid, foi descerrada uma nova placa toponímica e na Praça de Espanha foram plantados dois exemplares de medronheiro, árvore que figura no Brasão de Madrid.

DELEGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEQUIM EM LISBOA

No Salão Nobre dos Paços do Concelho, o vice-presidente do Município de Pequim, Uan Boping, na presença do Eng.º Nuno Abecasis assina o Livro de Honra da Cidade

Uma delegação do Município de Pequim, chefiada pelo seu Vice-Presidente, Uan Boping, esteve no dia 28 de Outubro, nos Paços do Concelho para apresentar cumprimentos à Câmara. No âmbito do programa da recepção, o Eng.º Nuno Abecasis, Presidente da Edilidade, entregou a Uan Boping a Chave de Honra da Cidade de Lisboa.

Seguiu-se uma sessão de boas-vindas, em que o Eng.º Abecasis evocou as relações luso-chinesas, que já vêm do séc. XVI, e foram sempre norteadas pelo entendimento, pela paz e pelo mútuo auxílio e compreensão. E acrescentou: «... somos o único povo do mundo que estamos no território de outro país a convite...».

A concluir, o Presidente da Câmara fez votos para que as reuniões e visitas de trabalho a realizar no decurso da semana entre a delegação visitante e a Vereação e Técnicos do Município proporcionassem uma troca de experiências positivas para o reforço da colaboração entre as duas cidades.

Por sua vez, Uan Boping, depois de salientar o contributo dado às boas relações entre as duas cidades, pela visita feita a Pequim, em 1982, pela delegação de Lisboa chefiada pelo Eng.º Nuno Abecasis, disse esperar recolher úteis informações nas diversas áreas da gestão municipal, nomeadamente tráfego e urbanismo, o que permitirá, no futuro, para ambas as partes, um profícuo intercâmbio tecnológico e científico.





O apoio alimentar às crianças carenciadas é uma das preocupações da CML

**CINQUENTA MIL
CONTOS
PARA APOIO
ALIMENTAR
A ALUNOS CARENCIADOS**

No prosseguimento da sua política de apoio às crianças mais carenciadas do ensino primário oficial da cidade, a Câmara Municipal de Lisboa, através do Pelouro de Acção Social, a cargo da Vereadora Ana Sara Brito, introduziu no presente ano lectivo, um suplemento alimentar, traduzido no fornecimento de iogurte, sanduíches de queijo ou fiambre e fruta, para além de leite dado pelo IASE.

Segundo o levantamento estatístico feito, no presente ano lectivo, serão abrangidos por esta acção, 6500 alunos (cerca de 20% da população escolar matriculada). O encargo mensal a suportar com esta acção será de 7500 contos, o que até final do ano lectivo se estima em 50 mil contos.

A Câmara Municipal espera, assim, que a concretização desta acção, de carácter social e humanitário, contribua, grandemente para um melhor aproveitamento escolar e desenvolvimento integral das crianças abrangidas.



O Palácio da Rosa onde se encontra instalada a Biblioteca de Assuntos Olisiponenses

A Biblioteca de Assuntos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa que, desde 1978, se encontrava integrada no Museu da Cidade, onde não dispunha de quadro, nem condições de instalações adequadas, está, desde o dia 10 de Novembro, aberta à leitura, no segundo andar do Largo da Rosa n.º 5, a S. Cris-tóvão.

Instalada, agora, numa zona recuperada do Palácio da Rosa, por cima de sede da Academia Portuguesa de História, esta biblioteca interessa em geral a um número significativo de estudantes e de uma forma muito particular à nova geração de estudiosos de Lisboa.

Recorda-se, a propósito, que esta biblioteca olisiponense, no seu núcleo inicial, foi adquirida pelo Município aos herdeiros do Coronel Eng.º Augusto Vieira da Silva, em 1953. Continuada a actualizar, ela constitui hoje o mais completo acervo para o estudo da história de Lisboa, quer do passado, quer de tradições e pitoresco ainda dos nossos dias que não se desejam perder. Espera, assim, o Município que este novo serviço contribua para atrair o interesse dos estudiosos para novos trabalhos sobre a cidade e possa proporcionar aos ainda universitários positivo despertar da sua vocação pelos estudos olisiponenses dentro do ramo da ciência histórica. A biblioteca está aberta ao público entre as 10 e as 17 horas.

**BIBLIOTECA DE
ASSUNTOS OLISIPONENSES
DA CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA**

1.º COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO EM LISBOA

Na União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, por iniciativa desta Instituição e da Câmara Municipal, realizou-se nos dias 11 e 12 de Novembro um colóquio internacional, subordinado ao tema «O Comércio e o desenvolvimento da cidade».

Entre os temas agendados, foram, particularmente, focadas as medidas a tomar para a modernização do comércio português, as vantagens, os inconvenientes de uma política de urbanismo comercial, e a hipótese da criação de um Centro de Estudos do Comércio, em Lisboa.

Os temas do programa foram expostos e apreciados por técnicos especialistas nacionais e estrangeiros, nomeadamente Prof. G. Albert da França; Dr. Fernando Cruzeiro, da Direcção-Geral do Comércio Interno-Portugal; os Prof. Casares, da Direcção-Geral do Comércio Interior — Espanha; e Aldo Spranzi, Di-

rector do Centro de Estudos do Comércio — Itália; Dr. Luís Pombo Cardoso, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que, para além da sua conferência, desempenhou papel importante na organização e dinamização do Colóquio; e, finalmente, Dr. Teixeira Lopes.

As sessões de trabalho tiveram como moderadores a Prof.ª Manuela Silva e o Dr. Brandão de Brito, ambos do ISE e do Dr. Santos Vicente, Director do Comércio de Viveres.

Numa entrevista ao jornal «A Capital», o Dr. Pombo Cardoso, Vereador do Pelouro dos Abastecimentos, da CML, a propósito do significado e importância do Colóquio para a economia portuguesa, afirmou, nomeadamente: «O Comércio abrange 11% da nossa população trabalhadora e representa 20% do produto interno bruto. Ora, estes números são bastante significativos e justificam por si, o esforço que a Câmara Municipal de Lisboa está agora a fazer». E acrescentou: «Ao fazer este Colóquio, a Câmara Municipal de Lisboa pensa que o Comércio é um importante factor de desenvolvimento económico da Cidade e do conjunto do País».

Aspecto da sessão
em que o Dr. Luís Pombo Cardoso,
Vereador da CML
proferia a sua conferência



PRIMEIROS JOGOS DESPORTIVOS DA CIDADE DE LISBOA

A fim de tornar públicos os objectivos e o programa pormenorizado dos 1.ºs Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa, realizou-se, nos Paços do Concelho, no dia 20 de Novembro, uma Conferência de Imprensa. Na ocasião, o Dr. Vítor Gonçalves, Vereador do Pelouro do Desporto, salientou o significado da iniciativa da realização dos 1.ºs Jogos Desportivos, a levar a efeito de Dezembro do ano corrente a Junho de 1987 e destinados a jovens de ambos os sexos dos 13 aos 15 anos.

Estes jogos, que incluem as modalidades de basquetebol, andebol, futebol



Aspecto da mesa que presidiu à Conferência de Imprensa, encontrando-se no uso da palavra o Dr. Vítor Gonçalves

fase dos Torneios inter-freguesias, por de saia e atletismo-corrída urbana, terão duas fases: a 1.ª fase, denominada Torneio das Freguesias, tem em vista a qualificação dos representantes de cada Freguesia por modalidade desportiva; a 2.ª, designada Torneio da Cidade será a

forma a apurar os vencedores de cada modalidade desportiva de nível da cidade de Lisboa.

A iniciativa da realização dos 1.ºs Jogos Desportivos despertou inusitado interesse e apoio das Freguesias e da Juventude.

NOVO PLANO DE ARBORIZAÇÃO DE LISBOA

A Câmara Municipal de Lisboa, através do seu Pelouro dos Espaços Verdes, da responsabilidade do Vereador Dr. Carlos Robalo, apresentou, no dia 27 de Novembro, aos Órgãos de Informação, o novo plano de arborização de Lisboa para os próximos quatro anos. A iniciativa visa dotar a cidade, entre outros benefícios, com um lote de mais 15 mil árvores, nomeadamente, plátanos, choupos, tílias, olaias e jacarandás. Também pinheiros mansos, eucaliptos, castanheiros e freixos embelezarão zonas da cidade.

Segundo o Dr. Carlos Robalo, foram estabelecidas zonas com prioridade, consoante as carências em revestimento

florestal, casos entre outros, de Benfica, Carnide, Zona Circular, Olaias e Telheiras. Assim, as Olaias receberão árvores do seu nome, enquanto a Av. Almirante Reis recebe tílias, visando a criação de

efeito paisagístico na época da floração e ainda a separação do tráfego.

O custo do novo plano de arborização de Lisboa está orçado em cerca de oito mil contos, excluindo a mão-de-obra.

O novo plano de arborização em plena execução



SALÃO DE VELHARIAS

Na Nave de Exposições da Estufa Fria foi inaugurada, no dia 28 de Novembro, mais uma edição (13.ª) do Salão de Velharias e Objectos de Colecção.

Fruto da iniciativa e exclusivo patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa e colaboração de uma Comissão organizadora, este Salão que se realiza duas vezes no ano — na Primavera e Outono — des-

peritou o maior interesse e registou elevado número de visitantes.

Esta venda-exposição destinada, principalmente, aos munícipes de Lisboa pode classificar-se, pelo seu conteúdo, de artística e cultural, tendo, assim, merecido, desde o início a atenção e interesse de comerciantes e simples colecionadores de velharias valorizadas pela sua «antiguidade».

Dada a grande variedade dos objectos que, neste XIII Salão de Velharias, estiveram patentes ao público, poder-se-á dizer que esta exposição-venda possuía capacidade de respostas para todos os gostos e potencialidades económicas, pois o seu multifacetado recheio compreendia desde raras peças artísticas valiosas (ourivesaria, loiças, móveis, relógios e outras), até simples caixas de fósforos, selos, bonecas, postais românticos, lunetas plásticas, etc. De salientar ainda que todos os objectos expostos se enquadravam numa época posterior ao séc. XVIII.

Exemplares de peças expostas no 13.º Salão de Velharias





O Eng.º Nuno Abecasis entrega ao Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Carlos Vilhena Ralha, a medalha de ouro de mérito municipal

COMEMORAÇÕES DO 1.º DE DEZEMBRO

O aniversário do restabelecimento da independência de Portugal, em 1640, foi mais uma vez assinalado condignamente em todo o País. Em Lisboa, as cerimónias revestiram-se de grande brilhantismo e contaram com a presença de um representante do Presidente da República, dos Governadores Civil e Militar, do

Presidente da Câmara Municipal, de deputados e de dirigentes da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, e teve lugar em plena Praça dos Restauradores, junto do monumento de homenagem a todos aqueles que contribuíram para a independência.

No decurso da cerimónia houve a deposição de flores na base do Monumento e a entrega pelo Eng.º Nuno Abecasis ao Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Carlos Vilhena Ralha, da medalha de ouro de mérito municipal, atribuída pela Câmara àquela Sociedade.

À tarde e no âmbito do programa das comemorações foi inaugurada, no Palácio Galveias, organizada pelos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa — Arquivo Municipal, uma exposição alusiva aos «Cem anos do Monumento dos Restauradores».

De natureza documental e iconográfica, a exposição despertou o maior interesse aos visitantes para quem esteve patente até ao fim de Dezembro.

10.º ANIVERSÁRIO DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O décimo aniversário das Primeiras Eleições Autárquicas foi, solenemente, assinalado pela Assembleia Municipal de Lisboa que para o efeito reuniu, extraordinariamente, no dia 12 de Dezembro, na sua sede, na Rua Teixeira de Pascoais.

No decurso da sessão usaram da palavra o Presidente da Assembleia, Dr. Correia Afonso, o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e representantes de todas as forças políticas com assento naquele órgão autárquico, que, nas suas exposições, puseram em relevo o significado da efeméride e traçaram uma resenha da acção desenvolvida pela Assembleia. Assim, usando da palavra, o Eng.º Nuno Abecasis dirigiu uma saudação especial ao Dr. Correia Afonso, Mário Nunes da Silva, Armando Soares, Eng.º António Santos Gonçalves e a Tomás Vacas. Acrescentou, porém, que a sua saudação era extensiva ao Vereador Pedro Feist, que na Câmara é o único da 1.ª hora, ainda em funções. Anunciou a propósito que, em breve, proporia à Câmara que às personalidades acima mencionadas seja atribuída, como é de inteira justiça, a medalha de mérito municipal no grau ouro. «A todos eles», disse, ainda, «esta cidade e o seu povo muito devem e «o mérito municipal não se destina a distinguir antiguidades, mas a consagrar dedicações».

Mais adiante e quase a concluir, o Presidente da Câmara caracterizou o verdadeiro autarca como «aquele que está mais próximo do seu povo, que com ele partilha as mesmas carências, os mesmos anseios e vive as mesmas ambições e frustrações» e salientou: «Talvez por isso, em Portugal se esteja a gerar uma nova classe política, para a qual o poder tem o sabor do Serviço e a realização pessoal exija o esforço tenaz, a imaginação fértil, a capacidade da persistência e do sacrifício, a insatisfação operante que não dá por finda a tarefa enquanto a felicidade não for partilhada, a

injustiça subjugada, a riqueza aumentada e repartida e a face do mundo, que lhes foi confiada, transformada e resplandescente.

Por sua vez, no seu discurso o Dr. Correia Afonso referiu o significado da efeméride e o trabalho realizado no decurso dos dez anos e, a dada altura, afirmou: «O poder autárquico tem uma dinâmica que nos obriga a não olhar apenas o passado. Impõe que se olhe para a frente, que se preveja e construa o futuro» e acrescentou «devemos olhar o Poder Local na sua globalidade e dinâmica, no passado, presente e futuro, como uma realidade cultural e política, que traduz uma conquista democrática».

Outro orador da sessão foi o Dr. Ataide Carvalhosa (PSD) que a propósito da actividade desenvolvida, após as eleições autárquicas de 1976, disse: «fazendo o balanço do trabalho realizado desde então ninguém poderá deixar de reconhecer, pese embora os erros cometidos, o enorme saldo qualificativo verificado no nível de vida das populações. Ninguém poderá, também, deixar de reconhecer o quanto essa mudança se fica a dever à iniciativa ou à influência dos autarcas».

Por seu turno, o Dr. Ramada Curto, do CDS, salientou o alto significado da comemoração e, a certa altura, afirmou: «A nossa homenagem, hoje, na comemora-

ção deste aniversário, vai acima de tudo, para esses homens e mulheres que servem e trabalham em prol do bem comum, sem honrarias ou benesses, pelo Amor à sua terra, às suas gentes, à Comunidade. A nossa homenagem tem, pois, hoje, como destinatários esses autarcas anónimos que pelo Portugal fora constroem, cada dia, essas pequenas pátrias».

Falou, também, Acácio Barreiros (PS) que, depois de várias considerações sobre o Poder Local, afirmou, a dado passo: «Para nós socialistas comemorar 10 anos de Poder Local é manifestar um justo orgulho pelo muito que foi possível realizar, mas também ter clara consciência de que o futuro do Poder Local está indissolivelmente ligado a um vasto quadro de descentralização que está, em grande parte, por realizar».

Finalmente, Jorge Cordeiro (APU) fez incidir, também, a sua intervenção sobre o Poder Local e, a propósito, afirmou, nomeadamente: «O Poder Local tal qual se encontra consagrado na Constituição da República representa virtualidades e potencialidades que a realidade não deixa desmentir. Ainda que com diferenças é possível afirmar, que as autarquias locais fizeram mais pelo progresso das suas terras e populações nestes últimos 12 anos do que foi feito em 5 décadas de fascismo».

Aspecto da sessão comemorativa do 10.º Aniversário das primeiras eleições autárquicas



NOVAS ESPLANADAS

No âmbito de uma política que tem em vista dotar a cidade com novos espaços de lazer, acolhimento e atracção turística, foram inauguradas, em Dezembro, duas novas e modernas esplanadas, respectivamente, na Av. da Liberdade e no Jardim do Príncipe Real, nos dias 4 e 31 daquele mês.

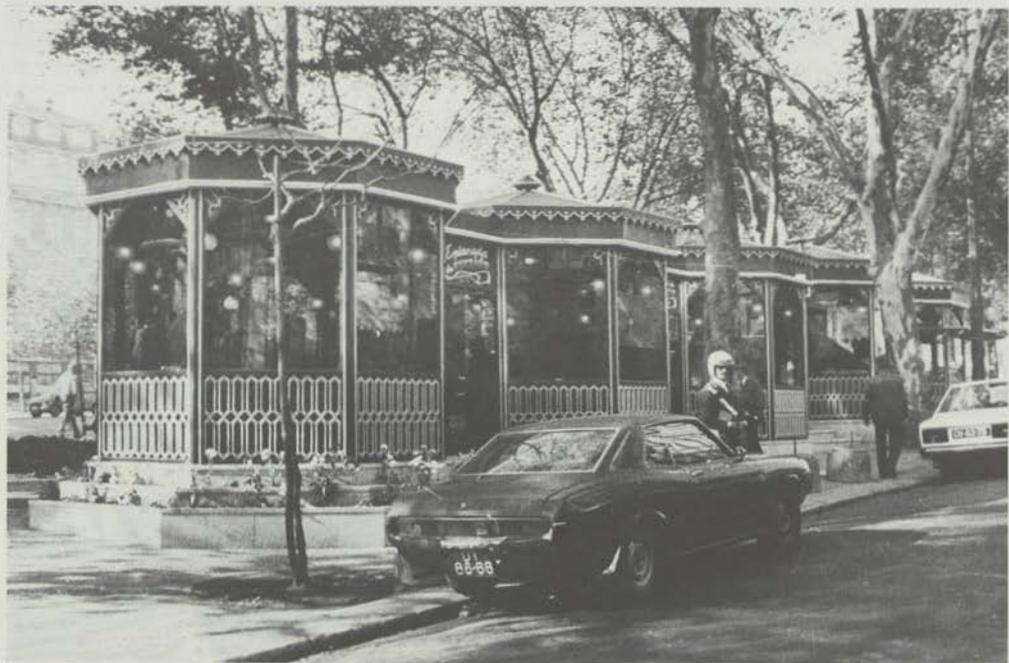
Recorda-se, a propósito, que a esplanada da Avenida, se enquadra na traça dos históricos quiosques e representa um investimento da ordem dos 60 mil contos, ganha em concurso público pelo empresário Sousa Cintra, que a explorará durante dez anos.

Por sua vez, o novo restaurante-esplanada «O Paço do Príncipe», no Jardim do Príncipe Real, implicou também, um avultado investimento do empresário Joaquim Rodrigues Pereira. Igualmente enquadrado no meio ambiente tem capacidade para 65 pessoas no interior e uma esplanada que alberga, comodamente, mais 110 pessoas.



À entrada do «Paço do Príncipe» o Presidente do Município troca impressões com alguns Vereadores e representantes dos Órgãos da Comunicação Social

Aspecto da nova esplanada da Av.ª da Liberdade



PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1987

A Câmara Municipal de Lisboa reuniu, em sessão extraordinária no dia 29 de Dezembro, sob a presidência do Eng.º Nuno Abecasis, para debater e aprovar o Orçamento e o Plano de Actividades para 1987. De salientar que, pela primeira vez, de há vários anos a esta parte, a Câmara apreciou tais documentos em ano anterior ao da sua execução.

De acordo com o texto aprovado a Câmara espera arrecadar em 1987 uma receita de cerca de vinte e quatro milhões e setecentos mil contos, representando as receitas correntes (impostos directos: predial rústica, urbana, derrama, sisa, etc., impostos indirectos, transferências correntes e Fundo de Equilíbrio Financeiro) cerca de quinze milhões e quinhentos mil contos e as receitas de capital (venda de bens de investimento, FEF, empréstimos a longo prazo, etc.) nove milhões e duzentos e quarenta mil contos.

Do total de despesas correntes (doze milhões e setecentos e cinquenta mil contos) uma parte significativa será consumida nos encargos com o pessoal do Município (nove milhões e duzentos mil contos).

As verbas para investimentos inscritos no Plano de Actividades rondam os dezasseis milhões e oitocentos mil contos, o que representa um acréscimo de cerca de cinco milhões de contos relativamente a 1986.

Os programas de construção de habitações Sociais e de melhoria da rede viária e do controlo do tráfego em ordem à redução do tempo gasto nos transportes, dada a sua grande incidência social, continuam, à semelhança de anos anteriores, a constituir as duas prioridades fundamentais do Município para 1987. Estas em conjunto, absorvem mais de dez milhões e seiscentos mil contos ou seja 63,4% da dotação global do Plano.

No que diz respeito ao primeiro destes objectivos, a Câmara irá dispendir



A construção de novas habitações sociais constitui uma das prioridades fundamentais do Município para 1987

O programa de redução do tempo gasto nos transportes irá absorver, em 1987, cerca de três milhões de contos

sete milhões e setecentos mil contos no lançamento de novos empreendimentos de construção de habitação social de que se destaca o arranque em obra do Alto do Lumiar que absorverá, só por si, dois milhões e seiscentos mil contos.

Serão ainda lançados no próximo ano, 1445 novos fogos no prosseguimento das acções de construção em Chelas, Olivais, S. Domingos de Benfica, Furnas, Padre Cruz, etc.

Na recuperação dos Bairros de Alfama e Mouraria a Câmara vai aplicar quinhentos e setenta mil contos, repartidos pela aquisição e expropriação de edifícios, reparação e beneficiação de fogos e reconstrução das ruas de S. Pedro e dos Remédios.

No âmbito do Programa de Recuperação dos Imóveis Degradados estão previstos cerca de duzentos e sessenta mil contos relativos à utilização final do empréstimo contratado com a Caixa Geral de Depósitos em 1985 e ainda quatrocentos e trinta mil contos de um novo empréstimo a contrair junto daquela entidade credora para aplicar na execução de obras em prédios degradados com destaque na Freguesia de N.º Sr.ª de Fátima, Bairro Alto, Alfama e Mouraria, em imóveis classificados e de um modo geral em obras dispersas um pouco por toda a cidade.

As restantes dotações do Plano com expressiva incidência orçamental repercutem-se nas seguintes acções:

— Construção do Grande Interceptor e Estações de Tratamento de Esgotos (um milhão e seiscentos mil contos)

— Construção do Aterro Sanitário do Vale do Forno (cento e cinquenta mil contos)

— Recuperação e Ampliação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos para 1050 toneladas dia (quatrocentos e vinte mil contos)

— Novas instalações para a Biblioteca Municipal Central e Arquivo Histórico (cem mil contos)

— Recuperação das Termas Romanas da Rua da Prata (vinte mil contos)

— Conservação de pavimentos (duzentos e trinta mil contos)

— Remodelação do Largo do Rato (noventa mil contos)

— Reconstrução da Rua Conde de Redondo (vinte mil contos)

— Subsídios para o fomento desportivo (trinta e dois mil contos)

— Construção do novo cemitério no Vale do Forno e ampliação de outros (duzentos e quinze mil contos)

— Conservação e ampliação de diversas Escolas Primárias (cento e sessenta mil contos)

— Transferências para as Juntas de Freguesia (duzentos e noventa mil contos)

Em 1987, a Câmara, conforme previsto no Plano de Actividades irá proceder à recuperação de novos espaços para peões de que se destaca a Rua Augusta, a Rua Vieira Portuense, o Largo do Chiado e o Largo do Carmo.

Por último refira-se a realização das obras de remodelação paisagística do Campo Grande e o arranjo paisagístico da Av. Almirante Reis, a recuperação de Chafarizes, a conclusão do Mercado de Alcântara e a reparação do Mercado 24 de Julho.

A aprovação do Orçamento e Plano de Actividades viria a ocorrer já no dia 30 na continuação da sessão extraordinária iniciada no dia anterior. Os documentos colheram os votos favoráveis dos Vereadores do CDS, PSD e PS, a abstenção do PPM e os votos contra da APU.

No decurso da discussão na especialidade de tais documentos viria a ser aprovada por unanimidade uma proposta dos Vereadores da APU, na qual foram introduzidas pequenas correcções, no sentido de ser cativada uma verba de cem mil contos, a ser utilizada na 1.ª Revisão Orçamental de 1987, para a aquisição de um parque de máquinas, com vista à realização de obras de pequena e média dimensão por administração directa.



